

A necrópole romana da Caldeira, Tróia de Setúbal.  
Escavações de Manuel Heleno das décadas de 40-60 do século XX

## Resumo:

A necrópole romana da Caldeira foi escavada pela primeira vez em 1948 pelo então Director do Museu Nacional de Arqueologia, Manuel Heleno Júnior. As intervenções prolongaram-se até meados da década de 60 e colocaram a descoberto cerca de 150 contextos funerários. Durante este trabalho foi possível identificar um importante espólio fotográfico e material resultante destas intervenções. Através da análise deste conjunto foi possível identificar duas grandes fases de utilização da necrópole, correspondentes aos rituais de incineração e inumação. A primeira, compreende um período que vai desde os meados do séc. I d.C. até ao início do séc. III e a segunda inicia-se ainda nos finais do séc. II e estende-se até ao séc. V d.C. Durante estas duas fases, é notória a forte influência norte-africana, em um primeiro momento pelas semelhanças na arquitectura funerária, e mais tarde, a partir do séc. III, pela presença de enterramentos em ânfora.

Os dados disponíveis revelam uma crescente ocupação no local a partir do séc. II, atingindo o seu auge em termos de população entre os sécs. III e V d.C. o que, de certa forma, é concordante com a actividade oleira no Baixo Sado.

**Palavras-chave:** Tróia, Necrópole, Época Romana, Incineração, Inumação.

## Abstract

The roman necropolis of Caldeira, Tróia-Setúbal, was excavated for the very first time in 1948 by the National Museum of Archaeology's Director, Manuel Heleno Júnior. These interventions lasted for about 15 years and unveiled 150 funerary contexts. During the present work, we identified a vast number of photographs and materials recovered during the excavations. During our analysis, we identified two major phases that we can divide by two kinds of rituals: incineration and inhumation. The first one, was practiced between the middle first century AD and the beginnings of the third century AD, and the second one started in the late second century and lasted until the fifth century AD. During these occupation is very clear that North African influences were present, on one hand in the burials architecture, on the other hand the so-called amphora burials. These informations reveal a rise of population

on the second century AD and it reaches it's height during the fourth and fifth centuries AD similar to the pottery industry in the lower Sado estuary.

**Key-words:** Tróia, Necropolis, Roman Period, Incineration, Inhumation

A necrópole romana da Caldeira, Tróia de Setúbal.  
Escavações de Manuel Heleno das décadas de 40-60 do século XX

*Aos meus pais*

A necrópole romana da Caldeira, Tróia de Setúbal.  
Escavações de Manuel Heleno das décadas de 40-60 do século XX

*“ Não somos nada e não existimos, tú, leitor, reflecte sobre como nós os mortais passamos  
velozmente do nada, a nada ”* (CIL VI, 26003)

*“ O meu corpo foi consumido, a minha alma vive, já sou agora um deus ”* (CIL VI, 30157)

*(apud in Desiderio Vaquerizo, 2001)*

## **Agradecimentos**

A conclusão deste trabalho não seria possível sem a ajuda de todos aqueles que me ajudaram e que se mantiveram disponíveis mesmo nos momentos mais difíceis.

Em primeiro lugar quero agradecer ao Professor Carlos Fabião, pela constante disponibilidade, pela bibliografia e revisão de textos, pelos sábios conselhos e capacidade crítica, mas sobretudo pelo facto de ter acreditado que este barco chegaria a bom porto, mesmo depois de sucessivos abrandamentos.

Á Teresa, pela ajuda tremenda que me deu até ao fim, nos desenhos, nos textos, mas sobretudo pela fé inabalável que teve ao longo destes anos. Sem ti, não seria possível.

Ao MNA, em especial ao Luís Raposo e à Ana Isabel pela disponibilidade e acesso às colecções. Á Luísa que nunca negou a sua ajuda nem quando o caos se instalou no sector de Inventário, ao Salvador ao Luís e à Lita que muito trabalharam para me ajudar, à Carmo sempre disponível e com uma inesgotável paciência, ao Mathias pelos momentos de boa disposição e pela iniciação ao mundo da fotografia, e a todos os colegas do Inventário que por lá passaram.

Aos colegas do Centro de Arqueologia, à Patrícia pelas longas discussões sobre metodologia, à Elisa, ao Carlos, ao Rimbo sempre presentes.

Á Catarina Viegas, pela bibliografia e pela ajuda preciosa na abordagem ao universo da cerâmica, à Ana Arruda pela disponibilidade durante este trabalho, ao Amílcar Guerra e as suas sábias considerações.

Ao José Ruivo pela enorme disponibilidade e motivação.

Á equipa de Tróia, em especial à Inês Vaz Pinto pela bibliografia e ajuda na análise da cerâmica, e à Patrícia por toda a ajuda prestada.

A todos os meus amigos que releguei para segundo plano durante todo este tempo.

Aos meus pais, pela compreensão.

A todos, muito obrigado.

## Índice

### Volume I

Agradecimentos

Introdução.....	8
1. Metodologia e fontes disponíveis.....	10
2. Estado da questão.....	12
3. O sítio arqueológico de Tróia.....	14
3.1 Enquadramento.....	14
3.1.1 Geográfico e administrativo.....	14
3.1.2 Geo-morfológico.....	15
3.1.3 Hidrográfico. Algumas considerações sobre a dinâmica do estuário....	16
3.2 Enquadramento histórico.....	17
3.2.1 A península de Setúbal nos finais do séc. I a.C.....	17
3.2.2. A indústria de transformação de preparados de peixe e suas actividades subsidiárias na foz do Sado durante a época romana. ....	18
4. A estação romana de Tróia.....	22
4.1. Historial.....	22
4.1.1 Um século de investigação. ....	22
4.1.2 Manuel Heleno e a escavação da necrópole da Caldeira.....	25
4.2. Proposta de localização e limites da necrópole.....	27
5. Estudo .....	29
5.1. Identificação e breve descrição das sepulturas .....	29
5.2.1 Incinerações: Fase 1A .....	30
5.2.2 Incinerações: Fase 1B.....	37
5.2.3 Incinerações: Fase 1C.....	42
5.2.4 Inumações: Fase 2A .....	49
5.2.5 Inumações: Fase 2B .....	49
5.2.6 Inumações: Fase 2C.....	51
5.2.7 Inumações: Fase 2D.....	57
5.3 Arquitectura/tipologia funerária e rituais de enterramento: da Antiguidade clássica aos cultos orientais.....	64
5.3.1 Incinerações.....	65
5.3.1.1 Arquitectura Funerária – incinerações.....	67
5.3.2 Inumações.....	70
5.3.2.1 Arquitectura Funerária - inumações.....	71
5.4 Orientação das sepulturas de inumação.....	73
6. Estudo de materiais.....	74
6.1. As lucernas.....	74
6.1.2 Pastas das lucernas.....	77
6.1.3 Motivos decorativos.....	79
6.1.4 Análise dos tipos de lucernas.....	81
6.2 As ânforas.....	93
6.2.2 Pastas das ânforas.....	93
6.2.3 Análise dos tipos de ânforas.....	94
6.3 A <i>terra sigillata</i> .....	99

6.3.2 A <i>terra sigillata</i> recolhida em contexto funerário.....	99
6.3.3 A <i>terra sigillata</i> da área de frequência da necrópole.....	100
6.4 Pastas da cerâmica comum.....	107
7. Conclusão.....	111
Bibliografia.....	115

## **Volume II**

### **Anexo 1:**

- Mapas
- Fotografias das sepulturas
- Estampas
- Plantas
- Tabelas Fases 1 e 2
- Arquitectura funerária 1 e 2 (incinerações e inumações)
- Cadernos de campo e relatórios

## Introdução

O presente trabalho surgiu na sequência de um conjunto de felizes coincidências, a minha actividade profissional no Museu Nacional de Arqueologia desde 2001 e o contacto particular com a imensa colecção proveniente do sítio arqueológico de Tróia, fez aumentar o interesse sobre a Época Romana e a questionar-me sobre a razão de tão importante espólio do universo arqueológico português ainda não ter sido sistematicamente tratado.

O paradigma inerente a este cenário desolador não fazia sentido nem para mim, nem para os colegas de trabalho e sobretudo para grande parte dos investigadores que frequentam e desenvolvem trabalho no MNA. A resposta estava no próprio Museu. À época em que as escavações foram dirigidas por Manuel Heleno, a investigação era elitista, quase reservada e a informação produzida sobre estas intervenções não conheceu nenhuma publicação. Os famosos cadernos de campo do então Director tornaram-se imprescindíveis para a descodificação da elevada quantidade de materiais depositados. Esta foi, na minha opinião, a principal razão que impediu outros, antes do autor destas palavras, a optar por trabalhos específicos sobre um tipo de material.

Como já referi, a experiência com o cruzamento desta informação num trabalho sistemático de inventário que ainda hoje decorre, revelava em cada investida novos dados que urgiam um tratamento detalhado.

Em uma das visitas do Doutor Carlos Fabião ao Museu na sequência de um trabalho sobre ânforas e marcas em ânfora, surgiu de modo informal a oportunidade de inscrever aquele espólio numa dissertação de mestrado. A ideia amadureceu, reuniu condições e hoje, deu os seus frutos com o meu humilde contributo para a investigação do sítio romano mais importante do nosso país.

A necrópole da Caldeira como espaço de morte, e à semelhança de outras necrópoles romanas, é o reflexo de um grande leque de características do mundo dos vivos. É possível através da arqueologia da morte recolher informações sobre as vertentes sociais, culturais, comerciais, políticas e religiosas, entre outras, de uma determinada população. Devido às características excepcionais dos materiais, associada à disponibilidade de um muito útil



manancial de informação, foi possível fazer considerações para além do estudo sintético dos materiais, “aproximando-nos” de uma população de forma menos abstracta.

Este trabalho não será com toda a certeza o fim de um ciclo, nem estanque ou imune a novos dados e propostas que surjam entretanto. Estou certo que a investigação sobre o sítio romano de Tróia ganhou novo fôlego nos últimos anos, e pretendo apenas que este seja mais um contributo para o seu conhecimento e divulgação.

## 1. Metodologia e fontes disponíveis

A abordagem ao método de trabalho desenvolveu-se a partir de dois pressupostos muito simples: a análise sistemática dos materiais e da documentação existente até ao momento sobre as intervenções.

No início deste trabalho os materiais depositados no MNA estavam na sua grande maioria devidamente identificados, inventariados e acondicionados, embora durante cerca de cinquenta ou sessenta anos tenham passado por várias formas de acondicionamento e depósito. As galerias do andar superior do edifício albergavam grandes quantidades de materiais arqueológicos expostos em grandes vitrines com pequenos apontamentos onde se podia ler a proveniência das colecções. Nos inícios dos anos 80, os técnicos do MNA, tiveram como missão, acondicionar estes materiais num espaço concebido para reserva e rever os inventários antigos. Neste processo complexo foi impossível relacionar alguns destes materiais com os sectores da estação em que foram recolhidos. Durante este trabalho foi também possível, devolver a algumas peças a sua proveniência original, graças à análise das fotografias antigas e de algumas marcações nas peças que até aqui não tinham nenhum significado ou tinham passado despercebidas.

Ainda assim, existem vários objectos que ainda hoje se mantêm sem proveniência e que com grande probabilidade foram recolhidos em contextos funerários, sem que no entanto fosse possível recuperar no decurso desta investigação quaisquer desses contextos ou proveniências.

A colecção de materiais arqueológicos de Tróia foi sempre conhecida pelo seu elevado volume e pelo extraordinário estado de conservação para o qual contribuíram bastante as características do terreno (praticamente coberto por areia fina de duna), razão pela qual muitas peças figuraram com grande frequência em exposições temporárias em outras instituições e assumiram papel de destaque na exposição permanente do MNA.

No conjunto proveniente das escavações da necrópole da Caldeira, encontram-se praticamente todos os tipos de materiais arqueológicos. É bom salientar que este trabalho não pretende ser um estudo aprofundado e monográfico sobre cada um destes tipos em particular, mas sim um estudo dos contextos funerários.

Dentro desta linha conceptual, todos os materiais contextualizados e de relevância científica foram devidamente registados, desenhados e fotografados.

A documentação existente é extensa e foi indispensável no estudo da necrópole. As fontes mais importantes, entre outras, no que diz respeito à área da necrópole que permitem a associação entre materiais e sepulturas são os cinco cadernos de campo redigidos por Manuel Heleno no decurso das escavações e alguns apontamentos em forma de diário da autoria de Jaime Roldão, funcionário do MNA.

Estes cadernos de campo que se encontram no arquivo do MNA não dizem respeito apenas às escavações de Tróia. Fazem parte de um espólio pessoal que contém os registos de várias escavações feitas por Heleno durante a sua actividade no MNA e foram adquiridos pelo Estado Português à sua família em 2002. Sem estes registos, seria praticamente impossível contextualizar os materiais depositados no MNA, daí a sua relevância para o estudo da necrópole.

O conjunto que se refere à necrópole da Caldeira está datado entre 1948 e 1956. Nos cadernos de campo posteriores a esta data existem breves referências à necrópole, mas já não se trata de registos e descrições dedicadas às sepulturas daquele sector, mas sim da área das termas e das chamadas “fábricas de salga”.

Outra fonte de grande importância diz respeito aos registos fotográficos produzidos maioritariamente durante os trabalhos e alguns deles aquando da entrada das peças no MNA. Existe um vasto arquivo, nem sempre fácil de consultar, mas que no essencial regista pelo menos uma vez, cada uma das sepulturas escavadas. Em número reduzido, infelizmente, contam-se algumas em que é possível ver a o monumento funerário antes da escavação, e posteriormente o resultado da escavação, por vezes com o espólio e os restos osteológicos *in situ*, mas como referi, a grande maioria tem apenas um registo de uma ou outra das fases de

escavação. Em certos casos, algumas sepulturas são referidas nos cadernos de campo e/ou inventário do museu e plantas, mas não foi possível até à data encontrar as respectivas fotografias não sendo de descartar a hipótese de se encontrarem associadas a outros núcleos fotográficos, desta ou de outra estação escavada por Manuel Heleno.

Por fim, a existência de plantas no arquivo de desenho do MNA, desenhadas por outro colaborador de Manuel Heleno, Bandeira Ferreira, e de fotografias da escavação, permitiu relacionar a esmagadora maioria das sepulturas entre si e planificá-las no terreno, e não menos importante permitiu identificar a dinâmica da intervenção e possibilitar uma melhor aproximação da área escavada.

Através do cruzamento dos dados obtidos nestas três fontes foi também possível, por um lado, confirmar os registos escritos, e por outro, desfazer algumas imprecisões que atribuíram, por lapso, alguns objectos a outras sepulturas. Em caso de dúvida, nunca foram atribuídas peças a nenhum contexto em particular, pelo que se podem considerar seguras as informações de cada peça e respectivo contexto apresentadas neste trabalho.

## 2. Estado da questão

A necrópole da Caldeira encontra-se até ao momento inédita enquanto conjunto, embora parte do seu espólio já tenha sido anteriormente publicado ou figurado em diversas exposições. Uma parte deste conjunto, portanto, não pode ser considerado inédito ou totalmente desconhecido, uma vez que numa perspectiva monográfica foi alvo de estudos mais ou menos aprofundados. Neste âmbito o meio científico é conhecedor de alguns exemplos que abarcam praticamente todos os tipos de materiais. O panorama editorial baseado nos materiais de Tróia assume um carácter específico, diria mesmo que quase isolado do restante espólio, o que não permite uma leitura de conjunto nem permite estabelecer com segurança uma associação entre materiais apenas pela consulta dos dados publicados, salvo algumas excepções, como por exemplo a sepultura de *Galla* (VASCONCELOS, 1897: pp. 201-220).

Pode pensar-se que este cenário desolador, quase inacreditável se deve exclusivamente à inoperância dos investigadores, mas na verdade a inexistência de trabalhos de investigação que produzam mais dados do que aqueles obtidos através da análise de um objecto ou de um conjunto de objectos do mesmo tipo, é apenas o reflexo de vários anos sem acesso a informação crucial para o estudo destes materiais. Referimo-nos não só aos materiais recolhidos na necrópole da Caldeira, mas em toda a estação durante as campanhas que se estendem desde os finais da década de 40 até aos finais da década de 60, cujos relatórios produzidos sob a direcção de Manuel Heleno se mantiveram desconhecidos até há muito pouco tempo. O esforço levado a cabo pela actual direcção do MNA na figura de Luís Raposo, permitiu alargar o espectro da investigação arqueológica em Portugal através da compra dos muito falados cadernos de campo de Manuel Heleno que permitiram por um lado identificar centenas de peças até então de proveniência duvidosa ou desconhecida, e por outro, que investigadores das mais diversas áreas pudessem finalmente ter acesso à informação que tornou possíveis trabalhos como o que aqui se apresenta. É importante frisar que as intervenções arqueológicas levadas a cabo por Manuel Heleno enquanto Director do MNA durante décadas, não só em Tróia mas em praticamente todos os sítios arqueológicos onde escavou, mantinham-se completamente desconhecidas da comunidade científica, e mesmo depois de terem sido tornadas públicas, alguns desses registos, sobretudo os que se referiam às escavações em arqueosítios pré-históricos, estavam inclusive codificados, num sistema que tem sido desvendado pelos técnicos do MNA durante os últimos anos.

Em suma, até à aquisição destes cadernos, seria praticamente impossível recuperar os contextos arqueológicos reais em que os materiais da necrópole da Caldeira foram recuperados. Neste sentido, apresentam-se pela primeira vez todos os registos que se referem às intervenções na necrópole da Caldeira adquiridos pelo MNA e que foram produzidos no decorrer das intervenções, em que se incluem fotografias inéditas do sítio e dos materiais, plantas e alguma correspondência que se considerou relevante para este estudo.

### 3. O sítio arqueológico de Tróia

#### 3.1. Enquadramento

##### 3.1.1 Geográfico e administrativo

A estação arqueológica de Tróia (CNS0002), localizada no distrito de Setúbal, concelho de Grândola, está representada na folha 465 da Carta Militar Portuguesa 1:25000 com as seguintes coordenadas hectométricas de Gauss: x. 134,2 / y. 169,1 (Anexo 1, fig.1) e situa-se no extremo ocidental da Península Ibérica, na área da antiga província romana da Lusitânia (Anexo 1, fig.2) (ALARCÃO, 1988: p. 128-131). Abrange uma pequena parcela de uma extensa península com o mesmo nome na margem esquerda do Rio Sado, a Sul da cidade de Setúbal. Esta língua de areia, que se estende por 17 km com cerca de 1,5 Km de largura (GONÇALVES, 1994: p.16), é banhada a Sul pelo Oceano Atlântico numa área conhecida como Costa da Galé, e a Norte pelo Rio Sado (Anexo 1, fig. 3). Supostamente, a península de Tróia já se encontra referida na “Ora Marítima” de Rufus Avieno, autor do séc. IV d.C. que se baseou em um périplo massaliota do último quartel do séc. VI a.C. Transcrevemos o excerto onde esta área está descrita, segundo José Ribeiro Ferreira (1985: p.22):

*“ (...) em seguida, sobressai o cabo Cêmpsico. Mais adiante, e subjacente fica a ilha que os habitantes chamam Ácala. É de difícil credibilidade o que se narra devido ao seu maravilhoso, embora não falte o testemunho dos autores a comprová-lo: contam que, nos confins desta ilha, nunca o aspecto do mar é igual ao restante. Em todos os lugares existe nas ondas um esplendor e um brilho cristalinos sendo certo que nas profundidades do mar as águas apresentam uma imagem azulada. Aí porém o mar está sempre desfigurado por um lodo sujo, como lembram os antigos, e com a sujidade as águas tornaram-se espessas (...)”*

O canal da Comporta, a SE do sítio arqueológico de Tróia, encontra-se separado do oceano Atlântico apenas por uma faixa de areia com pouco mais de 500m de largura. É possível que através da progressão das areias de Sul para Norte se tivesse formado uma restinga responsável pela ligação da antiga ilha ao continente (MANUPPELLA, 1999: p.126).

Não existe portanto qualquer dúvida sobre o facto da península ter sido em tempos uma ilha, resta saber se assim o seria ainda no Alto Império (CASTELO BRANCO, 1965: p.45-56) hipótese contestada pelo geólogo Phillipe Quevauviller que sugere a transformação da ilha em península na passagem para o primeiro século da nossa Era (*apud in* ÉTIENNE, MAKAROUN e MAYET: 1994: p.16)

Esta configuração única confere-lhe uma posição privilegiada formando um porto de abrigo natural situado na foz do Sado. É uma área classificada como Monumento Nacional por decreto-lei datado de 16 de Junho de 1910 e publicada no Diário do Governo nº136 de 23 de Junho de 1910 e considerada uma Zona Especial de Protecção segundo o Diário do Governo nº155 de 2 de Julho de 1968.

### **3.1.2 Geo-morfológico**

Esta área é pouco diversificada em termos geológicos, assentando na grande bacia Cenozóica do Tejo-Sado com elevada concentração sedimentar traduzindo-se genericamente em areias fluviais e dunas. Este tipo de solo arenoso e salino na nossa área de estudo, do tipo Regossolos Psamíticos não húmidos (Anexo 1, fig.4) revela-se pouco propício para a prática agrícola suportando apenas a vegetação nativa que se caracteriza genericamente por espécies de baixa envergadura do tipo arbusto e manchas de pinhal que acompanham a extensão da península.

Citando o relatório síntese de Julho de 2007 do Plano de Ordenamento e Gestão para a Reserva Natural do Estuário do Sado do Instituto da Conservação da Natureza: *“A bacia do Sado é dominada por uma tectónica frágil resultante na maior parte da sua extensão pela reactivação dos acidentes tectónicos do soco. Na península de Setúbal este sistema é afectado também pela fracturação alpina que está associada ao levantamento da cadeia da Arrábida.”*

### **3.1.3 Hidrográfico. Algumas considerações sobre a dinâmica do estuário**

O rio Sado nasce na Serra da Vigia a cerca de 230m de altitude e segue uma orientação invulgar: de Sul para Norte. Tem uma extensão de cerca de 180km e é considerado um rio de planície situando-se em mais de metade do seu percurso total (95km) junto a altimetrias abaixo dos 50m e com um declive médio de 5,6%, com excepção para relevos mais elevados, como a área da foz do rio nomeadamente na Serra da Arrábida (501m), seguindo-se a Serra de Grândola (326m), a Serra do Cercal (373m) e junto dos relevos interiores onde se incluem a Serra da Vigia (393m) e a Serra de Portel (421m).

Em condições propícias é navegável até cerca de 70km a partir da sua foz até Porto de Rei assumindo durante largos anos um papel fundamental como via de penetração no Baixo Alentejo, simetricamente ao Guadiana (Plano da Bacia Hidrográfica do Sado, vol. III.1 Ministério do Ambiente 1999) ([www.cedr-a.gov.pt/app/pbhsado/index.html](http://www.cedr-a.gov.pt/app/pbhsado/index.html)), sendo muito provável que esta situação se verificasse também em Época Romana.

A foz do Sado possui uma dupla batimetria caracterizada por um canal Norte e um canal Sul que se unem perto da barra numa zona de forte curvatura (Anexo 1, fig.5). Esta característica força a entrada de uma forte corrente de água proveniente do Atlântico pelo canal Norte e a saída das águas fluviais pelo denominado canal Sul. Nos dias de hoje é possível observar que esta entrada por Norte, junto à zona do Outão é assumida como rota preferencial dos transportes marítimos de grande capacidade, sendo plausível que o mesmo trajecto fosse utilizado durante a Antiguidade. A este propósito é interessante referir a hipótese formulada por Vasco Mantas na sequência de uma passagem de Estrabão para a possível existência de um farol precisamente na zona do Outão (MANTAS, 1996: p.355-356) reforçada por Alarcão (2004: p.318)

Objectivamente, existiu até há poucos anos um farol nesta zona, tendo sido desactivado aquando da construção do actual farol da Azeda, numa zona alta da cidade de Setúbal, que se mantém na actual linha de navegação do estuário. Esta insistência, aliada às características já referidas, abona a favor da rota preferencial de entrada pelo chamado canal Norte do Estuário.



Uma outra característica assinalável é a grande depressão localizada sensivelmente a meio do Sado entre Tróia e Setúbal conhecida por fundeadouro de Tróia (CNS22660) (PIMENTEL, 2004), onde os vestígios recolhidos em intervenções subaquáticas revelam a permanência de embarcações no rio Sado, entre Tróia e Setúbal, aguardando o transbordo de mercadoria com destino/origem em um ou outro sítio uma vez que a profundidade junto a estes locais, principalmente junto a Tróia não permitiria a acostagem segura de transportes de grande capacidade.

## **3.2 Enquadramento histórico**

### **3.2.1 A península de Setúbal nos finais do séc. I a.C.**

As fontes arqueológicas confirmaram o que vários autores clássicos haviam escrito sobre este território e são hoje conhecidos vários núcleos de ocupação humana com uma larga diacronia. Colocando de parte a análise de um período histórico que não é objecto desta dissertação, existe a necessidade de assinalar um conjunto de sítios arqueológicos que espelham o ambiente vivido numa fase de transição entre a II Idade do Ferro e a Época Romana e que antecedem o período de estabilidade económica e social que permitirá mais tarde a instalação dos vários núcleos de transformação de pescado na região.

A partir desta premissa, e analisando artigos recentes sobre este território (GUERRA, 2004; SILVA, 2001), encontramos um cenário diversificado em termos culturais com maior ou menor continuidade cronológica. É hoje geralmente aceite que na passagem para o séc. I a.C., a região não estaria completamente pacificada, não se conhecendo no entanto com exactidão o grau de instabilidade existente, ou esporadicamente gerada. Ainda segundo este raciocínio, o caso do povoado de Chibanes, passível de ser identificado com o topónimo antigo *Caepiana* (GUERRA, 2004), ilustra bem esta dúvida existente em torno do conceito de romanização desta zona. A alteração do sistema arquitectónico destinado à defesa do local nos finais do séc. II a.C. e a perda das suas características defensivas já em meados do séc. I a.C. (SILVA, 2001: p.85) em detrimento de estruturas habitacionais é um forte indício

progressivo domínio romano do território, embora, como referi anteriormente, esta ocupação tenha encontrado alguma resistência. Ainda segundo Carlos Tavares da Silva e Joaquina Soares, a localização privilegiada do ponto de vista estratégica no lado oriental da Serra de São Luís e os vestígios militares recolhidos no sítio do Pedrão, outro dos povoados em altura da Serra da Arrábida revelam alguma insegurança e instabilidade social.

Porventura o local mais importante quando nos referimos a uma fase proto-histórica na área da Península de Setúbal, foi Alcácer do Sal – *Salacia*. Este sítio conheceu uma extensa diacronia de ocupação, que apesar da sua reconhecida importância no panorama arqueológico português, ainda não revelou todo o seu potencial arqueológico. Com os dados disponíveis, e reportando-nos apenas aos finais do séc. I a.C. conhecemos uma intensa actividade neste núcleo urbano onde se registam inclusive vários exemplares numismáticos cunhadas nesta cidade onde supostamente se reconhecem influências ou até dependências gaditanas (FARIA, 1989). O estatuto municipal de *Salacia* deveria dominar administrativamente a região revelando-se por certo o mais importante centro político e comercial da região.

Em suma, a estabilidade política concretizada no principado de Augusto, permitirá não só alterar o tecido urbano na foz do Sado na passagem para o primeiro século da nossa Era como certamente promoverá o desenvolvimento industrial na região. De que forma toda esta indústria e actividades subsidiárias se implanta é por enquanto alvo de várias propostas (ÉTIENNE, MAKAROUN e MAYET, 1994: p.161) embora seja genericamente aceite a possibilidade da produção de preparados piscícolas em Tróia, por exemplo, ter sido explorada por um ou vários proprietários privados .

### **3.2.2 A indústria de transformação de preparados de peixe e suas actividades subsidiárias na foz do Sado durante a época romana.**

Para além do grande complexo industrial romano implantado em Tróia, aliás o único de conhecido na margem esquerda do Sado, existem diversos vestígios de actividade de transformação de pescado na margem oposta do rio. Estes núcleos, já identificados por Marques da Costa no início do século XX estendem-se desde o Creiro (COSTA, 1905) (SILVA, 1987), em plena Serra da Arrábida e sobranceira à praia com o mesmo nome, a Ocidente até Oriente da actual cidade de Setúbal. Entre os dois extremos, foram ainda

identificadas pequenas unidades de produção na Comenda (COSTA, 1905), Rasca (COSTA, 1925/26) e na baixa da cidade de Setúbal, nomeadamente na Travessa Frei Gaspar e na Praça do Bocage escavadas pela equipa do MAEDS (SILVA, 1981). Nenhum destes núcleos é, segundo os dados disponíveis, anterior à primeira metade do séc. I d.C.

O funcionamento deste tipo de indústria está directamente relacionada com várias outras actividades subsidiárias criando entre si uma complexa rede de interdependências que têm como objectivo principal a obtenção de um produto pronto a ser exportado. A matéria-prima devia ser obtida no rio e no mar, condicionada pela disponibilidade dos recursos em certas épocas do ano, referindo-me naturalmente aos tipos de peixe e às suas rotas, assim como aos períodos do ano em que era possível proceder em segurança à captura do peixe. A pesca era a primeira fase da produção de preparados piscícolas e dinâmica de produção desta indústria estava à partida condicionada pela quantidade, disponibilidade e por que não dizê-lo, da qualidade dos recursos marinhos. Parece-nos que este raciocínio é por vezes relegado para um plano secundário quando se interpretam algumas alterações na capacidade ou o abandono das estruturas de produção de preparados piscícolas. Um exemplo claro desta é o caso da crise na área da indústria conserveira em Setúbal nos finais dos anos 60 onde em última análise o decréscimo da taxa de captura, quer fosse devido à alteração das rotas migratórias, quer pela pesca massiva e esgotamento das espécies, ditou o abandono de várias unidades de produção mergulhando numa profunda crise económica uma comunidade que vivia quase exclusivamente da pesca. Obviamente que este é apenas um dos muitos factores destabilizadores de uma equação complexa que não pode ser analisada de uma forma simplista e redutora.

A outra actividade directamente associada a esta produção é o da extracção de sal, que infelizmente não deixou vestígios arqueológicos até hoje conhecidos. No entanto, é sobejamente conhecida a capacidade de produção de sal marinho no Rio Sado, devido às suas características naturais, pelo que embora o estuário do Sado devesse ter uma configuração diferente da actual, esta actividade deveria corresponder às necessidades das unidades de produção da região. Por fim, e não menos importante, o fornecimento de contentores apropriados para o armazenamento e transporte destes derivados. Referimo-nos obviamente à produção anfórica, neste caso, devidamente atestada através de registos arqueológicos.

Importa salientar que todos os centros oleiros conhecidos até á data se localizam na sua esmagadora maioria na margem direita do Sado e que a sua implantação se situa na primeira metade do séc. I d.C. produzindo formas arcaicas de Dressel 14, variante a (MAYET e SILVA, 2002) embora alguns artigos recentes proponham re-classificar este tipo lusitano antigo (MORAIS e FABIÃO, 2007: p.129; ARRUDA *et alii*, 2006: p. 238) e sugiram inclusive recuar a datação proposta por Mayet e Silva para os meados do séc. I a.C. (MORAIS, 2003: p.40).

Faremos apenas uma breve síntese dos conhecimentos sobre esta matéria, uma vez que esta temática foi alvo de um artigo de Carlos Fabião (FABIÃO, 2004) onde estão reunidas todas as informações disponíveis sobre os centros oleiros da Lusitânia, onde se incluem naturalmente os centros produtores sadinos.

Os centros oleiros conhecidos situam-se na margem direita do Sado, e entre os mais antigos contam-se o do Largo da Misericórdia na baixa de Setúbal, datado entre os reinados de Tibério e Cláudio ; o da Quinta da Alegria, numa área afastada em direcção a Este da cidade de Setúbal e que também iniciou a sua produção ainda durante o séc. I d.C., embora se encontre ausente a forma mais antiga de Dressel 14 identificada nos fornos anteriormente referidos. Para além desta produção “antiga” no panorama das ânforas sadinas, está também atestada a presença de Keay XVI, Almagro 50, Keay LXXVIII, Almagro 51c, Almagro 51 a-b e eventualmente de Lusitana 3 o que revela um longo período de laboração até ao Baixo Império (FABIÃO, 2004). Os fornos do Pinheiro, Alcácer do Sal, serão porventura os que se encontram melhor conservados, e talvez por isso seja no actual estado dos conhecimentos considerado o maior centro oleiro conhecido no Sado. Escavado durante a década de 90 pela Mission Archéologique Française em Portugal (MAYET e SILVA, 1998) também produziu ânforas num momento recuado do séc. I e apesar de algum abrandamento nos finais do séc. II, inícios do terceiro, volta a ganhar novo fôlego nos dois séculos seguintes. As produções conhecidas deste centro são as Dressel 14, variante a, b e c, Lusitana 3, Keay XVI, Keay LXXVIII ou Sado 1 – segundo a classificação dada pelos autores – Almagro 51c, Almagro 50 e Lusitana 9 o que significa que terá funcionado até meados do século V.

Outro dos centros oleiros escavados por esta equipa foi o de Abul (MAYET e SILVA, 2002) , também em excelente estado de conservação e implantado junto a estruturas da primeira

Idade do Ferro. Este centro terá iniciado a sua produção durante o reinado de Cláudio a que se atribuiu a designação de Abul A e que produziu formas inspiradas nas formas Haltern 70 e Dressel 7-11. A dinâmica de produção parece, segundo os autores, semelhante àquela verificada no Pinheiro e neste sentido está atestada a produção de Dressel 14, Lusitana 3, Keay XVI, Keay LXXVIII, e Almagro 51c, numa variante de maiores dimensões e Lusitana 9 (FABIÃO, 2004: p.396). Entre os restantes centros oleiros também da área de Alcácer do Sal, encontram-se o da Xarrouqueira na margem esquerda do estuário que pode ser um centro que reúne vários complexos, entre eles o de Vale da Cepa (DIOGO, 1983), e que produziu/produziram as formas típicas do Sado e, embora se encontre mal documentado, é possível reconhecer uma diacronia entre o séc. I d.C. e pelo menos o séc. III, não se registando até agora quaisquer exemplares precoces que se caracterizam pelos lábios de fita (FABIÃO, 2004: p. 396).

Também nas proximidades de Alcácer foi identificado um centro oleiro, do Bugio, (DIOGO, 1980) que parece ter tido uma longevidade curta, produzindo ânforas do tipo Dressel 14 e materiais de construção, o que sugere uma laboração apenas nos dois primeiros séculos da nossa Era (MAYET, SCHMITT e SILVA, 1996). Por fim, o centro oleiro da Herdade da Barrosinha dividido em dois momentos, 1 e 2, situação análoga ao centro oleiro de Abul. O primeiro, mais antigo, do qual é sobejamente conhecida a marca de ânfora proveniente de Alcácer do Sal (VASCONCELOS, 1898) sobre a asa de uma Dressel 14, produziu para além de ânforas, cerâmica comum e materiais de construção e deverá ter funcionado, à semelhança do centro oleiro do Bugio durante o séc. I e II d.C., e o segundo que aparentemente terá apenas uma produção tardia. (FABIÃO, 2004: p.397)

## **4. Estação romana de Tróia**

### **4.1. Historial**

#### **4.1.1 Um século de investigação**

A primeira referência conhecida sobre o sítio arqueológico de Tróia é feita por André Resende ainda no séc. XVI, mas as primeiras intervenções de que há notícia são feitas sob o patrocínio da Infanta D. Maria I, depois de uma passagem pelo Sado em direcção à Herdade do Pinheiro (COSTA, 1933) onde avistou o local e fez questão de o visitar. Ainda hoje, o local onde a futura rainha passeou é conhecido pela Rua da Princesa.

Em 1850, inicia-se a primeira campanha da Sociedade Arqueológica Lusitana, um ano depois de ter sido constituída em Setúbal e que teve na figura do Padre Manuel da Gama Xaro um dos seus principais promotores. Neste ano começam as escavações sistemáticas sob a protecção Real de D. Fernando II e sob o patrocínio do primeiro Duque de Palmela. Esta Sociedade pretendia constituir um museu público e promover um conjunto de acções culturais através da constituição de uma biblioteca e de um plano editorial consistente baseado nos seus trabalhos futuros. Teve, no entanto, um tempo de vida curto entre 1849 e 1857 um ano após a última das duas campanhas em Tróia. Destes trabalhos resultaram os *Annaes da Sociedade Archeologica Lusitana* publicados em três volumes onde, sucintamente, se descrevem alguns materiais assim como algumas das estruturas encontradas.

A continuidade da Sociedade ficou praticamente condenada ao fracasso logo nos primeiros anos de existência, devido à morte do Duque de Palmela, que, como já foi referido, foi o principal mecenas deste grupo. A extinção da Sociedade não fez, no entanto, adormecer o interesse crescente sobre Tróia, e durante toda a segunda metade do séc. XIX vários monarcas se mostraram fascinados pelo sítio, inclusive D.Carlos I que promoveu uma exploração no sítio. (VASCONCELOS, 1897)

Em 1895, José Leite de Vasconcelos com a colaboração de um funcionário do MNA, Maximiano Apolinário, procedeu à escavação da conhecida sepultura de incineração de *Galla*, da qual conheceu a inscrição funerária (IRCP 210 ; RIBEIRO, 2002: p.543 n.º282) alguns anos antes através de uma notícia no *Século*. Esta é a primeira referência devidamente documentada de um enterramento em Tróia e segundo os dados disponíveis situava-se no lado norte da península em oposição à necrópole da Caldeira, ou seja, junto ao rio. (Anexo 1, fig.6)

No início do séc. XX, Inácio Marques da Costa publica uma série de estudos recuperando grande parte das descrições feitas anteriormente por outros autores, ao mesmo tempo que elabora algumas considerações sobre as estruturas que ainda se mantinham à vista. Dos resultados, descreve casas com dois pisos, com pinturas a fresco e inclusive mosaicos nos pisos superiores, um *baptisterium*, entretanto destruído, e refere ainda a presença de um crismón nas paredes da basílica, também hoje desaparecido (COSTA, 1930/3: p.3). Os trabalhos de Marques da Costa têm o mérito de, pela primeira vez, apresentar um considerável lote de imagens e reconstituições, pese embora o facto de alguns autores os situarem no domínio da sua imaginação.

Durante praticamente toda a primeira metade do séc. XX não existem registos nem evidências de intervenções no local. O aparente esquecimento e abandono do local não deve, no entanto, ter sido impedimento para sucessivas pilhagens e explorações clandestinas.

Mais tarde, concretamente desde o final da década de 40 até meados de 60, as escavações estendem-se um pouco por zonas não exploradas, sob a direcção de Manuel Heleno, que encontrou a maior necrópole associada ao complexo que se conhece até hoje, uma parte do grande complexo industrial e mais tarde uma zona de banhos. Nos finais dos anos 60, quando “passava testemunho” das escavações para D. Fernando Almeida com a colaboração de Bandeira Ferreira, Farinha dos Santos e José Luís de Matos identificaram uma construção de planta rectangular com nichos nas paredes destinadas a conter urnas cinerárias. Esta edificação parece ter sido construída por cima de uma estrutura anterior onde a foram encontradas uma série de ânforas Dressel 14, dispostas verticalmente, o que levou Françoise

Mayet e Carlos Tavares da Silva a interpretar esta estrutura mais antiga como um armazém de ânforas, entretanto desactivado. (ÉTIENNE, MAKAROUN e MAYET: 1994: p.81)

Em meados dos anos 70, o último arqueólogo residente afecto ao então IPPC, mais tarde IPPAR, António Cavaleiro Paixão, escavou algumas zonas de necrópoles tardias: uma delas situa-se na área que ainda hoje envolve a parede norte do Columbário acima referido, sem que se conheçam até hoje os resultados ou as conclusões destes trabalhos. A outra zona de necrópole identificada por este investigador encontra-se junto a uma estrutura de captação de água onde se encontraram os únicos enterramentos em *mensae*, com paralelos no Norte de África (ALMEIDA *et alii*, 1978).

Recentemente, durante os anos 90, Tróia foi alvo de prospecções e intervenções nas áreas industriais e das termas, no âmbito do projecto luso-francês da Exploração Arqueológica do Sado., cujos resultados foram publicados na década de 90 (ÉTIENNE, MAKAROUN e MAYET, 1994).

Em 2004, sob a direcção de Álvaro Figueiredo, a área de necrópole anteriormente escavada por A. Cavaleiro Paixão na duna que cobre parcialmente a parede Norte do chamado Columbário, foi alargada revelando a continuidade desta em direcção a Oeste. Os três enterramentos identificados revelam uma construção tardia, que em paralelo com os dados obtidos no decurso desta dissertação se podem enquadrar na fase 3B (sécs. IV-V d.C.).

Actualmente, os trabalhos são dirigidos por Inês Vaz Pinto, arqueóloga contratada pela empresa que gere os terrenos onde se encontram as ruínas e tem vindo a revelar novos dados sobre a dinâmica da implantação do complexo industrial (PINTO e MAGALHÃES, no prelo).



#### 4.1.2 Manuel Heleno e a escavação da necrópole da Caldeira

Ao contrário de outras áreas do sítio arqueológico de Tróia, a zona de necrópole situada a sul do complexo industrial não tinha sido alvo de intervenções metódicas até aos finais da década de 40. Na capa do primeiro caderno de campo de Manuel Heleno está indicada a data de 28 de Julho de 1948, dia em que visitou o sítio:

Transcrição:

Caderno nº1, pág.1

Estive em Tróia no dia 28 / de Julho de 1948. Visitei / o palácio onde vi a pe- / dra de Mitra e várias / antiguidades romanas. /

(h) D (h) M (h) S (h)

PACCIAE LEPIDINE

AVIAE MEAE PIEN

TISSIME NA LXXX

POSVIT Q L FELIX NE

POS S T T L

Encontrada junto do / cemitério romano na lagoa.

Cad.1; Pág.2

Junto apareceram dois / unguentários. / Colunas, capitéis, bilhas / etc. / Há uma telha, espécie / de tijolo com um carimbo / L CARR / Pedra lavrada, em / adamascado.

Na página seguinte, faz a primeira referência à necrópole da seguinte forma:

Cad.1; Pág.3

Cemitério Romano / Fica junto dum chaparro / na costa, a 15m para / o lado oposto ao pala- / cete (para W). 1A / A ânfora onde estava / a ossada orientada de L. / para W. Dentro ossos, / um dente. Criança.

Manuel Heleno foi o sucessor de José Leite Vasconcelos num percurso preparado em grande parte por este último. Afastou-se da linha conceptual iniciada por José Leite de Vasconcelos, que foi durante a sua actividade no Museu, etnólogo e linguista com a arqueologia como pano de fundo, sem que no entanto se desviasse da sua principal linha de investigação subordinada às origens do homem português. Esta quebra com o pensamento leitiano faz com que a História e a Arqueologia ocupassem um lugar de destaque na vida e no trabalho de Heleno, em oposição à linha conceptual que o precedeu e que se revestia, sobretudo, de um carácter etnográfico. No final da década de 40 o Museu Nacional de Arqueologia vivia um período de excepcional actividade arqueológica que tinha como figura de proa o seu próprio Director. As intervenções multiplicavam-se um pouco por todo o país e eram frequentemente asseguradas por colaboradores do museu, que enviavam relatórios para Manuel Heleno mantendo-o a par do progresso das escavações. A mais conhecida terá sido a *uilla* de Torre de Palma em Monforte, descoberta em Fevereiro de 1947. No mês seguinte, Manuel Heleno já se encontrava no terreno. Esta descoberta, com grande impacto junto da comunidade científica devido à excepcional qualidade dos mosaicos ainda conservados, absorveu grande parte dos fundos orçamentais do museu, como se depreende dos esforços desenvolvidos por Manuel Heleno para trazer a Portugal uma equipa italiana especialista em mosaicos que durante vários anos fez o seu levantamento e consolidação e os deslocou posteriormente para o MNA. Um ano depois, Tróia seria alvo de escavações sob orientação científica de Heleno, e embora os dados que permitam compreender o que o motivou a iniciar este projecto sejam bastante escassos, é possível que a “chave” desta iniciativa se encontre na figura de Marques da Costa. Durante a pesquisa efectuada no epistolário de Manuel Heleno nos arquivos do MNA, em particular na correspondência remetida por José Marques da Costa, foi encontrada uma fotografia com a data manuscrita no reverso “Tróia 28/7/48” onde se vê claramente uma ânfora fragmentada do tipo Almagro 51 A/B, identificada no decurso deste trabalho como Sepultura 1A (Anexo 1, fig.139), aliás a primeira a ser identificada. A presença deste registo fotográfico junto da correspondência de Marques da Costa, pode indiciar que este último teve alguma responsabilidade pela decisão tomada por Heleno, provavelmente identificando a sepultura na zona da Caldeira e reconhecendo o potencial do sítio poderá ter comunicado a Manuel Heleno, como era aliás comum na época, a descoberta de um “achado arqueológico”. Em rigor nenhuma das cartas recebidas por Manuel Heleno remetidas por José Marques da

Costa dizem respeito a Tróia, mas é perfeitamente possível que esta informação pudesse ter sido transmitida pessoalmente.

Como referimos anteriormente, Manuel Heleno viveu durante o final da década de 40 um período de grande actividade profissional que o dividia entre o cargo de Director do MNA, docente catedrático e arqueólogo responsável por uma série de escavações. A figura de Heleno é muitas vezes associada a uma fase muito elitista no contexto da história da arqueologia portuguesa. E compreende-se porquê, já que a maior parte das informações recolhidas por Heleno se mantiveram inéditas até há muito pouco tempo (vide *supra*). A escavação em Tróia, em particular na necrópole, fez-se com a presença intermitente de Heleno no terreno. Conhecemos esta situação sobretudo pela correspondência remetida por Jaime Roldão e Bandeira Ferreira, estes sim, os colaboradores que passaram a maior parte do tempo no local. A escavação propriamente dita era feita sob a orientação destes dois colaboradores, e chegada a fase de registo fotográfico era solicitada a presença de Heleno, que aliás se encarregou da maior parte dos registos fotográficos e da memória descritiva dos contextos escavados. Esta análise não pretende ser minimamente depreciativa, sobretudo no que diz respeito à ausência do director da escavação, apenas a constatação de facto, que à época seria encarado de forma perfeitamente natural.

Em suma, o volume de informação e sobreposição de escavações no tempo em sítios tão díspares como Alentejo, Tróia e no centro do país fez com que Manuel Heleno acumulasse bastante informação, a maior parte dela inédita durante toda a sua vida. A recolha destes materiais no MNA é, na nossa opinião o verdadeiro contributo científico de Heleno que permitiu, e permite ainda no presente, que muitos sítios possam agora ser estudados como a necrópole que aqui se apresenta, ao invés de se terem perdido para sempre.

#### **4.2 Proposta de localização e limites da necrópole**

O tratamento de informação produzida por terceiros condiciona à partida a apresentação de dados e propostas com margem mínimo de erro. É importante referir que a escavação da necrópole da Caldeira não deixou, em princípio, quaisquer tipos de vestígios materiais que possam localizar a área escavada com precisão. É certo porém que a grande depressão no terreno que se observa quando chegamos ao sitio é genericamente aceite como a área onde se

localizava a necrópole escavada por Manuel Heleno (Anexo 1, fig.7). Concordamos obviamente com esta evidência física, no entanto a área intervencionada não se circunscreve apenas a esta zona, principalmente quando sabemos que grande parte das sepulturas escavadas a Oeste desta perturbação no terreno estavam a uma cota superior deixando muito poucos ou praticamente nenhuns vestígios de intervenção, especialmente se atendermos à movimentação rápida dos terrenos que cobriram qualquer indicio de intervenção.

Com esta informação no horizonte, propomos uma divisão do faseamento das intervenções, aliás como é patente na informação contida nas plantas. Assim, na planta 1 (Anexo 1, fig.8) estamos perante a primeira fase de escavação decorrida sensivelmente entre os finais de 1948 e uma fase indeterminada do ano de 1949, e que colocou a descoberto um número significativo de sepulturas que correspondem grosso modo à nossas Fases 1B, 1C, 2A, 2B e 2C e em número menos significativo alguns contextos da Fase 2D (Anexo 1: Fases). Foi também durante esta primeira fase de escavação que se identificou parte da estrutura que mais tarde seria posta a descoberto e interpretada como “muro do cemitério”. Esta primeira fase de escavação situa-se no limite da linha de praia e desenvolve-se em direcção à vegetação de arbustos e pinhal, embora não tenha penetrado nesta área de vegetação mais densa, que, como veremos adiante, corresponderá à última fase de escavação da necrópole, precisamente onde se situam os enterramentos mais antigos no interior da estrutura acima referida.

A segunda fase da escavação parece ter-se iniciado depois de um hiato de cinco anos, cujos motivos não se afiguram fáceis de compreender. A data constante no caderno de campo nº3 (Anexo 1, caderno de campo 3) é de Maio de 1954 e só voltamos a encontrar registo de uma data em Agosto de 1955 no caderno nº4 (Anexo 1, caderno de campo 4) e o último destes registos (caderno nº5) apenas refere o ano de 1955. Uma vez que o início da última fase da escavação já se encontra registada no caderno nº3, podemos afirmar que a fase em questão terá sido das campanhas mais curtas acrescentando o facto de que estas intervenções devem ter decorrido em regime sazonal sujeitas a condições meteorológicas favoráveis. Esta segunda campanha estendeu-se em direcção a NE e aparentemente não foi escavada até ao nível inferior da necrópole no sentido lato. Identificaram-se várias sepulturas tardias que correspondem na sua maioria à nossa Fase 2D sendo que a sua esmagadora maioria se

encontrava a uma cota superior àquela observada na primeira fase de escavação. É muito provável que a área inicialmente escavada possa estender-se paralelamente à lagoa, ou seja em direcção a Este, uma vez que a tendência das intervenções não foi continuar em profundidade nesta segunda fase mas sim alargar em direcção a Norte a primeira fase de escavação (Anexo 1, fig.9).

É assim que chegamos à área sob o pinhal e a vegetação mais densa, e atinge-se a maior potência estratigráfica da escavação – entre 5 a 7 metros. Esta zona corresponde num primeiro momento às sepulturas da nossa Fase 2D que continuam a surgir em cotas mais elevadas muito próximas da superfície. Num segundo momento a escavação é então desenvolvida em profundidade revelando duas estruturas a Sul e Este que aparentemente circundam uma área exclusivamente ocupada por contextos funerários (Anexo 1, fig.10). Quanto ao muro do lado Este e após várias tentativas para identificar parte desta estrutura no terreno é possível que nenhuma destas se conserve, sobretudo atendendo aos materiais de construção que se encontram espalhados pela zona, reutilizados nos dias de hoje como pequenas áreas de lareira ou de apoio à montagem de tendas. Existe no entanto um pequeno muro a Oeste desta depressão que pela largura apresentada e a distância que apresenta em relação a esta área, dificilmente corresponderá a alguma das estruturas identificadas no decurso destas intervenções. No extremo Norte desta intervenção foi ainda posto a descoberto uma estrutura de captação de água e uma cisterna para armazenamento (Anexo 1, fig.11). Estas estruturas marcam o limite da intervenção da necrópole a Norte e a Oeste. Foi esta terceira fase de escavação que criou a depressão que se pode observar hoje no terreno.

## **5. Estudo**

### **5.1. Identificação e breve descrição das sepulturas**

Da análise da documentação disponível para o estudo da necrópole da Caldeira foi possível identificar cerca de 39 contextos funerários com ritual de incineração. Não é um número exacto como teremos oportunidade de comentar mais adiante, uma vez que em alguns destes casos se torna extremamente difícil afirmar com segurança se se tratam de enterramentos, ou de simples libações cuja relação com as sepulturas não é clara.

Importa desde já fazer uma distinção entre o espaço que nós consideramos “intramuros” (Anexo 1, figs.12 e 13) e o exterior da estrutura identificada durante os trabalhos na necrópole, referindo-nos durante este trabalho a estas duas realidades distintas, que, segundo a nossa proposta, nos oferecem uma visão sobre a organização espacial dos enterramentos e do subsequente significado.

É precisamente dentro desta estrutura que encontramos as sepulturas mais antigas do conjunto aqui apresentado. Doravante será referida como a Fase 1A e compreende uma cronologia entre os meados do séc. I até ao final da mesma centúria.

### **5.2.1 Incinerações: Fase 1 A – meados do séc. I – 3º quartel do séc. I d.C.**

Desta fase foram identificados oito contextos funerários com diferentes características. O **Cinzeiro B** (Anexo 1, fig.14), trata-se de uma sepultura *in bustum*, do tipo **A2.1** que se caracteriza por uma mancha escura de areia e cinzas, onde os restos humanos terão sido cobertos por uma telha, e depositados nos cantos norte, lado esquerdo, e sul lado direito, respectivamente, uma lucerna do tipo Deneauve V-G de pasta L5.1 (Est.I, nº1) com paralelo na necrópole de Puppit (BONIFAY, 2004: p.316, fig.176 nº1) e um púcaro de duas asas de cerâmica comum de pasta A3 (Est. I, nº2). São ainda referidos dois pregos no inventário do MNA, provavelmente recolhidos no final da combustão da pira, ou simplesmente material descontextualizado que poderá ter sido misturado durante a cobertura da sepultura. A datação proposta por Deneauve para esta lucerna situa-se na primeira metade do séc. I d.C. (DENEAUVE, 1969: p.158), embora Bonifay, por exemplo, proponha uma cronologia diferente reportando-se neste caso às produções africanas deste tipo, situando-as entre o final do séc. I e a segunda metade do séc. II d.C. (2004: p. 313). O exemplar aqui apresentado, de pasta L5.1, insere-se nas produções de Mérida, às quais Rodriguez Martín atribui uma produção inicial que ronda os meados do séc. I d.C. mas que pode estender-se até à primeira metade do século seguinte (RODRIGUEZ MARTIN, 2002: pp. 30-31). Na mesma obra a maior parte dos autores citados concordam de uma maneira geral para uma cronologia que abrange todo o séc. I d.C.

De cronologia mais recuada, está presente na necrópole uma lucerna de volutas (Est.II, nº3) do tipo Dressel / Lamboglia 9C que poderá ser datada do 2º ou 3º quartel do séc. I d.C. Esta última, no entanto, é o único contexto funerário da fase 1A que se encontra fora da delimitação da necrópole, e infelizmente não foi devidamente registada aquando da sua descoberta.

Depois de escavação da **sepultura 40** (vide *infra* Fase 2) – sem registo fotográfico -, uma simples fossa com um cadáver inumado, é identificado junto desta, e numa cota inferior, um contexto de incineração, sendo muito difícil distinguir qual o ritual representado, *in bustum* ou eventualmente *ustrinum* como se pode analisar do caderno nº 2 de Manuel Heleno (Anexo I) . Esta lucerna foi erradamente atribuída à sepultura 40 mas aparece claramente associada a outros materiais que infelizmente não foram registados ou inventariados, podendo eventualmente encontrar-se neste momento nas colecções do MNA com uma proveniência “desconhecida”. No entanto, pela descrição destes materiais, facilmente se depreende que houve uma acção do fogo sobre os mesmos, fruto de uma combustão prolongada, ou seja, indício de incineração.

No mesmo âmbito cronológico, embora com uma maior variedade formal de materiais, encontra-se o **Cinzeiro I** que também se situa na área intramuros da necrópole - do qual também não identificámos qualquer registo fotográfico no MNA - , com um alfinete de cabelo decorado (Est.II, nº4), três lucernas do tipo Bailey O (=Deneauve VIIA), sendo que duas se enquadram no grupo (i) (nºs 5 e 6, esta não ilustrada) e uma delas no grupo (v) deste autor (nº7, não ilustrada). O grupo (i) está datado por Bailey a partir entre o reinado de Cláudio e o início dos Flávios, e o grupo (v) a partir dos Flávios e não deve ultrapassar o início do reinado de Trajano (BAILEY, 1980: p.294 e 303). Estas lucernas também estão presentes em Pompeia e Vindonissa, durante a segunda metade do séc. I d.C. (DENEAUVE, 1969: p.165) A primeira foi produzida na Península Itálica na pasta L2.1 e apresenta uma cena erótica bem demarcada e legível de grande qualidade. Já a segunda parece ter sido uma sobremoldagem local, com decoração ilegível no disco, com um arranque de asa e produzida com grande probabilidade em algum centro oleiro da área do Sado Montante, cuja pasta tem algumas semelhanças com o nosso grupo A2 (vide *infra*, capítulo 6.4 Pastas).

A outra lucerna (nº7), ainda dentro deste tipo O de Bailey, que corresponde ao grupo (v) deste autor, é mais pequena, encontra-se muito fragilizada e com vestígios de ter sido exposta à acção do fogo. Esta lucerna apresenta uma decoração na orla que é constituída por pequenos óvulos, ou meios círculos de difícil leitura devido ao seu estado de conservação.

Ainda no conjunto do **Cinzeiro I** foi possível identificar um fragmento de disco decorado com uma Fortuna à esquerda do tipo Dressel 9 (nº.8 não ilustrado) um bico triangular também do mesmo tipo e da mesma produção itálica observada no contexto “junto à sepultura 40”.

Para além destes conjuntos anteriormente referidos, caracterizados pela ausência de grandes estruturas funerárias, contam-se nesta fase mais antiga outras quatro sepulturas, onde se regista pela primeira vez a presença de epigrafia funerária. Todas estas sepulturas encontram-se dentro da área murada, e todas elas apresentam características formais distintas no que diz respeito à sua tipologia arquitectónica revelando uma construção cuidada e elevado sentido estético como poderemos ver adiante.

A **sepultura 80** (Anexo 1, figs.15 a 18) faz parte do nosso tipo A1.3(?), caracterizado por uma estrutura cupiforme assente numa plataforma que reveste a fossa funerária, de onde foram recolhidos alguns pregos (não ilustrados) e uma lucerna do tipo Dressel Lamboglia 11B (est.IV, nº10), datada do segundo e terceiro quartéis do séc. I d.C. Esta lucerna apresenta uma decoração com um busto de Mercúrio de frente e respectivo caduceu em segundo plano. A superfície está nitidamente alterada devido à acção do fogo, mas é possível reconhecer a característica pasta emeritense – pasta L5.1 - cuja datação proposta por Rodriguez Martín a situa nos reinados de Tibério-Cláudio até ao início do séc. II d.C. (RODRIGUEZ MARTIN, 2002: p.26).

A epígrafe recolhida na face SO da cupa (IRCP nº218) revela-nos o nome e a idade da defunta, neste caso uma criança de nove anos. (Anexo 1, fig.16). Infelizmente não foi possível localizar esta lápide nas colecções do MNA, pelo que apresentamos aqui uma fotografia do arquivo, provavelmente registada na década de 50. A estrutura inicialmente



rebocada foi profusamente pintada a fresco, da qual apenas nos resta hoje a descrição feita por Manuel Heleno da decoração que ainda era possível observar (Anexo 1, fig.17) :

Caderno 3, páginas 57 a 60 (Anexo I)

“(…) Inscrição da sepult. 80 / D.M / MERSINAE / ANN VIII / H.S.E / S.T.T.L / Alt. das letras / 2 cm aproxima- / -damente / Diis manibus sacrum / Mersinae annorum / Hic sita est / Sit tibi terra levis (sic) / Aos deuses manes de Marsina, aos / 9 anos de idade, / Está aqui sepultada / que a terra lhe seja leve.

p.58

A sepultura é constituída por / uma base ou plataforma for- / -mada por cal e tijolos, sobre / a qual assenta no meio uma / espécie de cupa ou base, ao / meio da qual, de lado / se encontra a inscrição acima / transcrita. / A sepultura era pintada. / A plantaforma (sic) era rodeada na / margem por uma faixa / de ar de tijolo molhado, que em alguns / sítios tinham de larg. 0m,05. / Rodeando a cupa na ligação / com a base outra faixa da mesma cor em volta. / A inscrição era também envol- / -vida por identifica faixas (sic) / Rodeando o arco no topo da

p.59

cupa mas sobre o corpo da / mesma outra faixa encarna- / -da de um e doutro lado. / Algumas faixas vermelhas eram / acompanhadas por um (ilegível) / verde-cinzento, / A largura das faixas é irregular / Nos topos da cupa havia / flores. Vêem-se no topo desta / flores com pedúnculos verdes, / azuis acinzentados e cor de rosa / velho. Os pés azulados. / Do lado norte a cupa tinha / linhas incisadas formando lo- / -sangos. / Era também ornada a flores / com coroas de 5 pétalas de cor / castanho cor de rosa. / Tinha também os pés com folhas / que lembram as dos cravos.

p.60

Noutro sítio / tinha as mesmas flores em verde / Dimensões da plantaforma (sic). / Compr. 2m,13, larg. 1m,13 a / 1m,16. / Comprimento da campa 1m,31 / a 1m,33, larg. 0m,60 a 0m,63 / Alt. 0,35 e 0m,33. / Lápide – compr. (ao lato) 0m,27 / larg. 0,26, espessura da / placa de mármore 0m,02 / Orientação da sepultura. / W 346 g. N. (...)"

A inscrição era a seguinte:

*D(is) . M(anibus) / MERSINAE / ANN(orum) . VIII (novem) / H(ic) . S(ita) E(st) / S(it) .  
T(ibi) . T(erra) . L(evis)*

Aos deuses Manes. Mersina de nove anos, aqui jaz. Que a terra te seja leve.

Para além destas sepulturas com materiais ditos datantes, principalmente pela análise das lucernas encontradas, existem três outras sepulturas que embora não tenham oferecido qualquer tipo de espólio que as permita datar, poderão, a título de proposta, ser integradas nesta fase precoce da ocupação da necrópole. Referimo-nos às **sepulturas 79** (Anexo 1, figs.21 e 22) ; **sepultura 84** (Anexo 1, fig.23) ou **cinzeiro 84** como também é descrita em outro trabalho académico (Anexo 3, p.X) e a **sepultura 86** (Anexo 1, fig.24). Parece-nos admissível integrar estas sepulturas nesta fase, por um lado porque também se trata de incinerações típicas desta fase, mas principalmente porque aparentemente estarão à mesma cota que a sepulturas 80 e 105 (vide *infra*) como podemos verificar na fotografia nº 25 do anexo 1.

A **sepultura 79**, de tipo indeterminado, corresponde a uma ara de forma genericamente cúbica (figs.21;22), construída por tijolos e posteriormente estucada e pintada com uma faixa vermelha que moldura as quatro faces do monumento. Esta sepultura apresentava uma pequena lápide funerária (IRCP, nº212; RIBEIRO, 2002: p.543, nº281) (Anexo 1, fig.26) , também na face SO, à semelhança da sepultura anterior. Também esta se reporta a um indivíduo juvenil de cinco anos de idade.

Inscrição:

*D(is). M(anibus) . S(acrum) / LIBERIVS / ANNOR(um) V (quinque) / H(ic) . S(itus) . E(st) .  
(sit tibi) T(erra) . L(evis)*

Consagrado aos deuses Manes. Aqui jaz Libério de cinco anos. Que a terra te seja leve.

Nesta sepultura é referida a presença de pregos, que faziam parte do sistema de fixação da lápide à estrutura, duas bilhas e uma moeda. Infelizmente não foi possível identificar nenhum destes materiais no inventário do MNA.

A **sepultura 84** corresponde ao nosso tipo A1.1 e, à semelhança das anteriores, não oferece nenhum tipo de espólio datante, mas está aparentemente à mesma cota que as restantes sepulturas circundantes (Anexo 1, fig.25).

Em relação à **sepultura 86** (Anexo 1, fig.24), trata-se de uma estrutura do tipo A1.3, de tipo cupiforme, genericamente semelhante à sepultura 80 (vide *supra*), embora não apresente, ou não tivesse conservado até à altura em que se procedeu à escavação, qualquer tipo de decoração. Conservou-se, no entanto, uma pequena lápide epigrafada (Anexo 1, nº27) (IRCP nº208) e um notável conjunto de instrumentos, nomeadamente um compasso (est.IV, nº11) e um punhal (est.IV, nº12). A lápide apresenta a seguinte inscrição:

*D(is) (hedera) M(anibus) (hedera) S(acrum) / L(ucius) (hedera) ATTIVS / HELVIANVS /  
AN(norum) XX (viginti) . H(ic) . S(itus) . E(st) . S(it) . T(ibi) . T(erra) . L(evis)*

Consagrado aos deuses Manes. Aqui jaz Lúcio Átio Helviano, de vinte anos. Que a terra te seja leve.

O compasso e o punhal poderão com as reservas que o tema aconselha, estar relacionados com uma actividade profissional do defunto, embora não exista nenhum indício na lápide que acompanha este monumento, como sucede na sepultura 88 que mais adiante teremos oportunidade de comentar.

Estes dois objectos são por si só raros no nosso território, mas revestem-se de grande importância pelo seu actual estado de conservação que permitiu identificar algumas características muito interessantes. Em relação ao punhal, e devido ao ambiente em que se manteve conservado, é possível identificar o arranque e o sistema de fixação do cabo à lâmina, onde ainda se reconhecem vestígios de madeira e um sistema de rebites. Quando analisamos o compasso, podemos observar um aro aberto de suspensão que provavelmente servia para o prender a um sistema portátil que permitiria, por exemplo transportá-lo num cinto, ou em conjunto com outros materiais. Após uma observação mais atenta das pontas do compasso<sup>1</sup>, são visíveis algumas gotas solidificadas de um composto que à primeira vista parece tratar-se de uma liga de chumbo. Sabemos que o chumbo quando em contacto com outras superfícies pode deixar um vestígio, ou seja, poderia ser utilizado para riscar madeira ou pedra, e, de forma repetida voltar a mergulhar a ponta em chumbo derretido quando este composto se esgotasse. Se for este o caso e atendendo à idade do defunto poderemos estar perante um conjunto de instrumentos que pertenceu a um artífice ligado à carpintaria ou à escultura/cantaria.

Naturalmente que estas considerações não passam por agora de meras propostas, uma vez que não foram feitas quaisquer análises químicas que possam confirmar esta hipótese.

Em suma, a fase precoce denominada 1A poderá corresponder aos primeiros enterramentos na necrópole da Caldeira. Com excepção dos materiais junto da sepultura 40, todos os outros enterramentos aqui analisados encontram-se dentro da estrutura que delimita o espaço funerário, e o seu âmbito cronológico situa-se nos meados do século I d.C. e poderá estender-se até ao 3º quartel do mesmo século.

---

<sup>1</sup> Agradeço ao Dr. Mathias Tissot, Conservador-Restaurador do Museu Nacional de Arqueologia a ajuda prestada na observação deste objecto.

### 5.2.2 Incinerações: Fase 1B – Finais do séc. I, inícios do séc. II d.C.

Nos finais do séc. I d.C., parece existir uma pequena transformação no padrão anteriormente observado, onde surgem vários enterramentos marginais fora da estrutura funerária e que se situam a sul da delimitação física deste espaço. (Anexo 1, fig.28)

Esta fase está representada por cerca de doze contextos funerários e caracteriza-se grosso modo, pela presença de materiais típicos do final da primeira centúria e que se estendem até meados do século II d.C.

O ritual funerário dos enterramentos que a seguir se descrevem, continua a ser a incineração, e embora seja contemporâneo das primeiras inumações na segunda metade do séc. II (vide *infra* **Fase 2A**), continua a ser bastante popular junto da população.

Ao contrário da fase mais precoce, a tendência de espaço reservado entre cada enterramento inverte-se e a mancha de dispersão dos enterramentos torna-se muito mais densa, alterando significativamente a paisagem funerária desta área. Esta fase 1B representa cerca de 33% dos enterramentos identificados desta primeira fase.

Sensivelmente a norte da sepultura 79, encontramos a **sepultura 105** (Anexo 1, figs. 19; 29), do tipo A1.1. Esta é uma estrutura composta por vários elementos, nomeadamente uma fossa forrada por tégulas (Anexo 1, fig.20) que formam uma caixa onde foi documentada a presença de cinzas, quatro alfinetes(?) de cabelo, um deles com decoração antropomórfica que parece ser uma representação de Vénus (est.V, nºs 13 a 16), seis fragmentos de osso (est. V, nºs 17 a 22), uma concha (est.V, nº23), uma lucerna do tipo Dressel / Lamboglia 11 B com decoração no disco (est.V, nº24), fragmentos de vidro e uma cadeia de bronze que não foi possível identificar. Esta caixa foi coberta por sucessivas camadas de tégulas de menores dimensões. Ligeiramente a sul desta construção, mas claramente relacionada com esta sepultura, encontrava-se um grande bloco paralelepípedo de granito, com um pequeno sulco no topo onde por sua vez se encaixava uma ara epigrafada (IRCP nº220) ; RIBEIRO, 2002: p.542, nº280) (Anexo 1, fig.19) de grande qualidade de execução.

Esta sepultura foi também registada e descrita por um aluno na sequência de um trabalho académico da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, o qual está transcrito no anexo I.

É de estranhar que um indivíduo do sexo masculino se fizesse acompanhar de um espólio que em princípio seria atribuído a uma mulher, no entanto, não existe qualquer dúvida em relação à presença destes artefactos neste contexto funerário.

Quanto à lucerna, enquadramo-la sem grande dificuldade no grupo L.2.1 que corresponde a uma produção itálica, e a sustentar esta proposta há que relacionar a presença de uma marca nominal C.OPPI.RES que pertencerá a um oleiro itálico (BAILEY, 1980: p.99; RODRIGUEZ MARTÍN, 2002: p.154) e que corresponde ao *tria nomina* de C(AIUS) OPPI(US) RES(TITUTUS) que cuja produção se situa entre os reinados Flavianos e o início dos Antoninos . Será provavelmente uma das marcas mais comuns na Península Ibéria como observa Amaré Tafalla (*apud* RODRIGUEZ MARTÍN, 2002: p.154)

O **cinzeiro H** de tipo indeterminado, sem registo fotográfico, será porventura um dos mais emblemáticos enterramentos verificados na necrópole da Caldeira. Encontraram-se fragmentos de alfinetes de osso, dos quais foi possível identificar apenas um (est.VI, nº25), fragmentos de cerâmica não identificados, e um conjunto de artefactos metálicos, sobre os quais recai a nossa proposta de datação.

Os artefactos aqui apresentados (est. VI, nº26 a est. VII nº58) fazem parte de uma arca funerária, cujo material de que foi feita, certamente perecível, não chegou até aos nossos dias. Pelo contrário, o sistema de fecho, duas máscaras decorativas de grande qualidade datadas do séc. I d.C. (PINTO, 2002: p.410 e 442, nºs 311 e 314) e várias tachas e placas de bronze e ferro fazem parte dos materiais depositados no MNA.

O **cinzeiro E** (Anexo I, figs.30 e 31) de tipo indeterminado, encontra-se no limite sul do muro da necrópole, e não revelou qualquer tipo de estrutura. Apenas são visíveis na fotografia alguns fragmentos de cerâmica e uma camada de areia e cinzas. No inventário do MNA estão registados vários pregos, um púcaro trilobado com uma asa de pasta A2(?) muito

queimada (est. VIII, nº59), uma bilha ou garrafa com bico, de produção local de pasta A2 (est.VIII, nº60) e um conjunto de sete lucernas do tipo Rio Tinto/Aljustrel, duas delas inteiras (est.IX, nº61 ; est.X, nº62 ), uma fracturada com decoração perolada e representação fállica entre as volutas (est.XI, nº63) e as restantes fragmentadas. Está também registada a presença de uma moeda bastante desgastada mas que aparentemente parece representar, embora com algumas reservas, o imperador Domiciano, o último dos imperadores Flávios que reinou entre 81 e 96 do séc. I d.C. (est. XI, nº64)

O estado de conservação da moeda revela um desgaste significativo o que indicia que esteve alguns anos em circulação, pelo que se a proposta de identificação da cunhagem estiver correcta, poder-se-á tratar de um contexto datado dos finais do séc. I inícios do II, datação que aliás é coerente com as lucernas do tipo Rio Tinto/Aljustrel (LÓPEZ RODRÍGUEZ, 1981: p.14)

A **sepultura 3-A** (Anexo 1, fig.32) do tipo A2.1 encontra-se fora da estrutura da necrópole e regista dois púcaros, um deles de paredes finas de pasta B1 com decoração brunida, (est. XII, nº65) o outro em cerâmica comum de pasta A1 com decoração no bojo (est.XII, fig.66), e ainda um objecto de osso, não localizado. O púcaro de paredes finas poderá corresponder a uma produção da área de Mérida, embora a pasta do grupo B1 de características caulínicas possa ter outra origem. Sobre esta questão vide *infra* capítulo 6.1.4 - Pastas. O púcaro de cerâmica comum não encontra paralelo formal em nenhuma outra peça deste conjunto.

A **sepultura 8** (Anexo 1, fig.33) do tipo A1.1, está situada a sul da estrutura e continha no seu interior uma pequena urna/potinho (est.XII, nº67) de pasta A2, um púcaro de duas asas de cerâmica comum de pasta A3 (est.XII, nº68), um prato de cerâmica comum (est.XII, nº69) de pasta A3, e outro prato de bordo pendente (est.XII, nº70) também de cerâmica comum de pasta A1.

Ao púcaro nº68, publicado por Nolen no catálogo R.L. (NOLEN, 2002: p.522, nº237) , é atribuída por esta autora uma datação de meados do séc.I – séc. II d.C., cronologia com a qual concordamos e reiteramos a nossa proposta de se tratar de um tipo produzido nos finais do séc.I até meados do século seguinte. Quanto ao prato nº 70, encontrámos um paralelo formal no trabalho de Joaquim Tremoleda i Trilla embora a datação do exemplar Tarraconense seja da segunda metade do séc. II d.C.(TREMOLEDA i TRILLA, 2000: p.99, nº10).

Da **sepultura 10** (Anexo 1, fig.34) do tipo A1.4, encontramos registada a presença de um unguentário de vidro, outro recipiente de vidro e duas fíbulas de ouro, classificadas nos inventários do MNA como brincos. Deste espólio apenas foi possível identificar uma das fíbulas de ouro (est.XIII, nº71), no entanto existe outra com o nºAu 578 com referência “cemitério da Caldeira” (est.XIII, nº72) que pode corresponder àquela referida por Manuel Heleno.

Através da análise da fotografia desta sepultura e da sua localização em planta, é possível constatar que se encontra a um nível inferior à sepultura 14 (vide *infra*), e neste sentido, e atendendo também ao tipo do enterramento podemos inclui-la na nossa fase 1B.

A **Sepultura 47** sem registo fotográfico, de tipo indeterminado, apenas documentada nos cadernos de campo, refere a presença de pregos, ossos calcinados, uma pequena lucerna (est.XIII, nº73), provavelmente de produção local correspondente ao tipo L4(?), e três púcaros (est.XIII, nºs 74 e 75 ; est.XIV nº76) de produção norte africana com uma asa, que correspondem à pasta C. Estes púcaros, porventura um dos conjuntos mais interessantes – também pela sua novidade no território português – da necrópole da Caldeira, correspondem à forma 131 de Hayes. Este tipo de recipiente foi produzido em duas versões que se distinguem pelo diâmetro do bordo e pela sua capacidade, o mais pequeno – que é o caso dos púcaros aqui apresentados – Hayes 131, oscila entre 7,2 e 9,6cm. O maior, não representado no nosso conjunto, Hayes 200, caracteriza-se por um bordo maior que o anterior.

O tipo 131 de Hayes surge na incineração Patel 13 de Emporiae ainda na época de Nero e no nível IV de *Caesaraugusta* nos inícios do séc. II. Continua documentada em níveis dos meados do séc. II e na primeira metade do séc. III na inumação Bonjoán III de Emporiae e em Sentromá, respectivamente (AGUAROD, 1991: p.296 e 297).

Este tipo está ainda documentado com o nº84 do nosso catálogo (vide *infra*), em um contexto funerário também da fase 1B, pelo que nos parece viável situar esta sepultura entre a primeira metade do séc. II d.C.. Infelizmente não localizámos nenhum registo fotográfico que nos permitisse visualizar o aspecto geral desta sepultura, no entanto ela encontrar-se-ia numa zona muito próxima do canto sudoeste no lado exterior do muro como se pode atestar pela análise da planta nº2 (Anexo 1, planta nº2 )



O **cinzeiro M** (Anexo 1, fig.35) poder-se-á tratar de um local de libações, e não propriamente de um enterramento. Esta interpretação é feita com base na observação deste contexto através da fotografia disponível, onde é visível um conjunto de materiais depositados sobre uma camada de cinzas (Anexo 1, fig.35). Oito destes artefactos encontram-se registados nos inventários do MNA, a saber: uma urna/potinho de cerâmica comum de pasta A3 (Est.XIV, nº77), quatro púcaros de duas asas, de cerâmica comum (Est.XIV, nºs 78 a 81) um copo de duas asas imitando um *Kantharos*, de cerâmica comum (Est.XV, nº 82) e uma anforeta de cerâmica comum (NOLEN, 2002: p.521, nº235) (Est.XV, nº83) com paralelo na necrópole de Puppūt (BONIFAY, 2004: p.289, nº2). Por fim, ainda neste “cinzeiro” um púcaro de produção africana do tipo Hayes 131 (vide supra, nºs 74 a 76) (Est.XV, nº84).

Como já tivemos oportunidade de comentar, a presença deste tipo de púcaro está atestada apenas neste contexto e no anterior, perfazendo deste modo um total de quatro recipientes desta forma. A anforeta nº83 está bem atestada durante o séc. II, sendo que a sua forma mais tardia – da primeira metade do séc. III d.C. - apresenta as asas mais próximas do bordo e a base extrovertida. Pela forma da nossa anforeta, e pela posição das asas mais afastadas do bordo, assim como pela presença do púcaro nº 84, parece-nos coerente datar este complexo de meados do séc.II d.C..

Á mesma cota que o cinzeiro M, encontram-se dois outros enterramentos. O **cinzeiro O** (Anexo 1, fig.36) apenas apresenta um aglomerado de ossos incinerados, sem que se tenha registado qualquer tipo de material. Pode tratar-se de uma fossa simples, mas na verdade a dispersão da mancha de cinzas é muito maior que o conjunto osteológico. A sua proximidade com o cinzeiro M pode indiciar um local de incineração de cadáveres. Também a esta cota e de difícil interpretação encontram-se três urnas/panelas com os nºs **108, 109 e 110** – não ilustradas -, provavelmente fruto de libações no local embora a ausência de elementos descritivos nos cadernos de campo não coloquem totalmente de lado a hipótese de se tratar de urnas cinerárias, mas como referi, não existem registos da presença restos humanos no seu interior.

Também à mesma cota, encontramos o **cinzeiro L** (Anexo 1, nº37). É um enterramento simples do tipo A2.1, semelhante ao “cinzeiro B” da fase 1A. Infelizmente não localizámos o

púcaro que é visível na fotografia, e detectámos uma falha no catálogo R.L. que atribui a lucerna nº5 (vide *supra*) do nosso catálogo a este complexo. No entanto a marcação da lucerna refere-se ao cinzeiro I e os cadernos de campo parecem confirmar a ausência desta peça no cinzeiro L, sendo fácil a confusão entre as duas letras.

Outro complexo de difícil leitura é o **cinzeiro N** (Anexo 1, nº38). Aparentemente estaria relacionado com a sepultura 101-A, mas através da análise atenta da fotografia parece-nos que este complexo está a uma cota inferior da base do monumento da sepultura 10-A cuja construção se sobrepôs a este enterramento. Assim sendo, estaria à cota dos contextos anteriores e poder-se-á considerar como contemporâneo desta fase 1B. Em relação aos materiais referidos localizámos apenas metais (est.XVI, nºs 85 a 93). Parece-nos que pela segunda vez podemos assinalar a presença de uma caixa, ou arca funerária à semelhança do cinzeiro H (vide *supra*) devido ao registo do espelho de fechadura, e respectivo sistema de fecho.

Já durante o decurso deste trabalho foi possível verificar que a **sepultura 101-A** também se tratava de uma incineração, conforme descrição no caderno 5-A de Jaime Roldão (Anexo I). Esta sepultura (Anexo 1, fig.149) do tipo A2.6 continha duas agulhas de osso, não ilustradas, e um conjunto de cinco lucernas, uma do tipo Bussiére DIII2 de pasta L5.1 com o disco decorado com três máscaras teatrais (Est.XVI-B, A), três do tipo Dressel / Lamboglia 20 sem decoração com marca CIVNALEX, de pasta L3 (Est.XVI-C, B ; Est.XVI-D, C; Est.XVI-E, D) e uma do mesmo tipo , de pasta L5.2 com decoração de um *Kantharos*(?) muito esbatido e vestígios de marca de difícil identificação que pode corresponder ao oleiro CIVNDRA (Est.XVI-F, E).

### **5.2.3 Incinerações: Fase 1C – segunda metade do séc. II – início do séc. III d.C.**

A **Sepultura 9A** (Anexo 1, fig.39) do tipo A1.1, regista a presença de uma prato de *sigillata* clara A, forma 27 de Hayes (Est.XVII, nº94), um púcaro de duas asas de cerâmica comum de pasta B1 (Est. XVII, nº95), uma lucerna do tipo Rio Tinto /Aljustrel de pasta L1.2 (Est.XVII, nº96) e uma moeda muito desgastada de Augusto (Est.XVII, nº97) onde ainda se lê PERM [CAE] [AVG] no anverso e no reverso as duas primeiras linhas C[OLONIA] e PA[TRICIA]

respectivamente, dentro de uma coroa. Esta moeda foi cunhada entre 19/18 e 2 a.C. mas não é incomum que se mantenham em circulação durante vários anos.

A presença de sigillata clara A neste contexto, assim como nos outros contextos desta fase, marca uma diferença em relação aos enterramentos anteriores, onde, e por enquanto, não existe registo da presença de terra sigillata no interior das sepulturas, à excepção de um contexto mal definido rotulado como sepultura 50 inferior como teremos oportunidade de comentar no final do presente capítulo.

A datação deste contexto, atendendo à presença da forma 27 de Hayes deverá portanto situar-se entre a segunda metade do séc. II e a primeira metade do séc. III d.C.

A **sepultura 14** (Anexo 1, fig.40) do tipo A2.5, encontra-se sobreposta à sepultura 10, da fase 1B, como se pode observar pela fotografia. Regista a presença de uma tigela de cerâmica comum de pasta A4 (Est. XVIII, nº98), um púcaro de duas asas também de cerâmica comum, de pasta X (Est.XVIII, nº99) e duas lucernas. A primeira destas não oferece dúvidas em relação à sua classificação: trata-se de uma lucerna do tipo Dressel / Lamboglia 20, com decoração esbatida no disco representando duas folhas de palma na vertical, e marca de oleiro no fundo: CIVNDRA, com a particularidade da grafia da letra “n” se apresentar em retro (Est.XVIII, nº100) .Sobre este assunto vide *infra* capítulo 6.1.1- Lucernas. A segunda lucerna (Est.XIX, nº101) produzida localmente insere-se nosso grupo A2 e apresenta uma forma pouco comum no âmbito da morfologia deste material. Ainda colocámos a hipótese de se tratar de um recipiente para conter/servir líquidos devido ao reservatório aberto mas os vestígios de utilização no bico parecem afastar esta hipótese. Torna-se no entanto difícil reconhecer alguma influência ou inspiração nesta forma, uma vez que os paralelos mais próximos são helenísticos e portanto cronologicamente incoerentes. O inventário do MNA regista também uma moeda (Est.XIX, nº102) muito desgastada mas que se pode classificar como um *nummus* da família de Constantino, portanto do séc. IV d.C. A presença desta moeda não está descrita no caderno de campo de Heleno e pela discrepância cronológica com os restantes materiais, cremos que se trata de uma atribuição errada a esta sepultura.

A **sepultura 30** (Anexo 1, fig.41) do tipo A2.1, continha no seu espólio um prato de *sigillata* clara A do tipo Hayes 6B (Est.XIX, nº103), um púcaro de cerâmica comum com duas asas,

de pasta A1 (Est.XIX, nº104) e uma taça imitando a forma de “paredes finas” Mayet XXVIII de pasta B2 (Est.XIX, nº105). O tipo 6B de Hayes está datado por Hayes na segunda metade do séc. II d.C. (HAYES, 1972: p.29) e a presença de uma moeda de Antonino Pio, muito desgastada, (Est.XIX, nº106) parece confirmar esta proposta.

Da **sepultura 34** (Anexo 1, fig.42) do tipo A1.2, parcialmente sobreposta pela sepultura 29 (vide *infra*), registamos a presença de um púcaro de cerâmica comum com duas asas, de pasta A2 (Est.XX, nº107), uma taça/copo? de cerâmica comum com duas asas (Est.XX, nº108) de pasta A2, vagamente semelhante ao nosso catálogo nº82 (vide *supra*) e um prato de *sigillata* clara A do tipo Hayes 16 (Est.XX, nº109). A cronologia deste autor aponta para a produção desta forma entre 150-250 d.C. mas Michel Bonifay propõe um início de produção mais tardia para esta forma situando-a nos finais do séc. II (BONIFAY, 2004: p.159).

A **sepultura 44** (Anexo 1, fig.43) do tipo A1.1 continha um pequeno pote/urna de cerâmica comum, de pasta A2 com a superfície queimada (Est.XX, nº110), um prato de *sigillata* clara A do tipo Hayes 27 (Est.XX, nº111), fragmentos de vidro e um copo de vidro aparentado com a forma 32 de Isings, não ilustrado. Mais uma vez, a datação proposta por Bonifay (2004: p.159) para esta o tipo Hayes 27 não admite uma cronologia anterior aos finais do séc.II d.C.. O nosso copo Isings 32, admitindo que a semelhança formal possa ter também uma relevância cronológica, tem, segundo a autora, um leque cronológico muito alargado, podendo mesmo ser datado de finais do séc. I até ao séc.IV (ISINGS, 1957: 46-47). Atendendo aos dados disponíveis e ao tipo tardio do monumento funerário poderíamos datar este contexto a partir do último quartel do séc. II, inícios do séc. III d.C.

**Sepultura 36B** (Anexo 1, fig.44), tipo A1.1

No inventário do MNA foi possível identificar três artefactos de metal (Est. XXI, nº112 a 114) e uma moeda perfurada, ilegível, não ilustrada. Propomos a inclusão desta sepultura na fase mais tardia das incinerações sobretudo pela tipologia do monumento, aproximando-se bastante da arquitectura da sepultura 44 (vide *supra*). Em relação aos três artefactos de metal, de muito difícil classificação poder-se-ão tratar de címbalos ou de apliques de mobiliário,

embora reconheçamos que com os dados disponíveis é muito difícil tecer qualquer tipo de considerações a este nível.

O **cinzeiro D**, (Anexo 1, fig.45) de tipo indeterminado consistia na simples deposição de espólio sobre uma camada de cinzas como se pode ver na fotografia supracitada. Entre o espólio recolhido é referida a presença de um prato de cerâmica comum, não ilustrado, uma lucerna do tipo Dressel Lamboglia 20 com decoração de um pássaro no disco, de pasta Bética L1 (Est.XXI, nº115), uma urna/panela muito fragmentada – não ilustrada –, um púcaro de cerâmica comum de bordo trilobado e com uma asa, não ilustrado e um pequeno recipiente de bronze de paredes verticais, que poderá tratar-se de um tinteiro (Est.XXI, nº116). A presença da lucerna poderá situar este contexto nos meados do séc. II, até aos finais da mesma centúria.

A **sepultura 123** (Anexo 1, fig.46), tipo A1.1 apenas regista um prato de sigillata clara A do tipo Hayes 14 (Est.XXII, nº117) e um alfinete de osso decorado, não ilustrado. Embora seja visível na fotografia desta sepultura um púcaro de duas asas, infelizmente não foi possível localizá-lo no MNA. Mais uma vez, a presença de sigillata clara, desta vez da forma 14 de Hayes A1/2 assim como a arquitectura do enterramento, permite situar, em este contexto nos meados / segunda metade do séc. II d.C.

A **sepultura 17** (Anexo 1, fig.47) do tipo A2.4, regista a presença de um artefacto composto de ferro e osso (Est.XX, nº118) que poderá tratar-se de um elemento de um instrumento de fiação. Foram ainda recolhidos um copo de vidro decorado (ALARCÃO, 1981: p.109 e 110, nº21) (Est.XX, nº119) um conjunto de artefactos de osso (Est.XX, nº120 a 125). Sobre os artefactos de osso - fragmentos de agulha, alfinetes de cabelo e um pequeno fragmento que poderá pertencer a uma caixa - não é possível precisar qualquer tipo de cronologia, uma vez que estes artefactos são relativamente comuns durante toda a Época Romana. Sobre o copo, ou *Charchesium*, da forma Isings 36 c, esta autora reúne a informação de uma série de achados e refere um destes copos proveniente de Colónia com o fundo semelhante aos que aqui se apresenta – ligação do corpo com a base em forma globular, como uma conta – e decoração aplicada tipo “snake-thread”. (ISINGS, 1957: p.51). Infelizmente estes copos não estão datados, mas a autora situa-os nos finais do séc. II d.C. Pensamos que pela presença

deste copo e pela tipologia do enterramento, mas sobretudo pela presença de uma estrutura em “V” invertido no seu interior, indício de um enterramento mais tardio, que este contexto se deve situar nos finais do séc. II, inícios do séc. III d.C.

Outro contexto de difícil datação é a **sepultura 33-A** (Anexo 1, nº48) do tipo A1.4. Esta sepultura encontra-se ao nível de outras sepulturas mais tardias, e parece situar-se entre as últimas incinerações, se a análise dos dados contidos nos cadernos de campo estiverem correctos. Registam-se assim uma taça de cerâmica comum de pasta A2, muito parecida com a forma Hayes 14/17 de *sigillata* clara A (Est.XX, nº126), e um púcaro de duas asas com uma carena pronunciada, também este de cerâmica comum de pasta A2 (Est.XX, nº127), e com algumas semelhanças com o nosso púcaro nº79 proveniente do cinzeiro M (vide *supra*). Infelizmente não foi possível identificar a lucerna que fazia parte deste espólio que seria certamente um bom elemento datante. Apesar de tudo, e dadas as semelhanças já referidas, parece-nos que esta sepultura poder-se-á datar a partir meados do séc. II, eventualmente até ao início do séc. III d.C.

A **sepultura 31** (Anexo 1, nº49) do tipo A2.3, não ofereceu nenhum outro tipo de espólio para além de fragmentos de alfinete de osso referidos por Manuel Heleno, mas não identificados nas colecções do MNA. A nossa proposta de inclui-la nesta fase prende-se sobretudo com a tipologia da sepultura, e mais uma vez, à semelhança da anterior, da pequena estrutura em “V” no seu interior.

O **cinzeiro J**, do qual não encontrámos qualquer registo fotográfico impedindo assim de o tipificar, continha um aplique de ferro (Est.XXIII, nº128) e um púcaro de cerâmica comum com decoração em “guilhoché” (Est.XXIII, nº129).

Um contexto que parece estar entre as sepulturas mais tardias da Fase 1 é a **sepultura 37** (Anexo 1, fig.50). Esta sepultura, do tipo A2.6, continha uma lucerna do tipo Deneauve VII-B (=BUSSIÈRE DX2) com um bico inspirado da forma Dressel Lamboglia 20 mas com um disco de diâmetro superior a este tipo (Est.XXIII, nº130). Está datada por Deneauve dos finais do séc. II, primeira metade do III d.C. e encontrámos um paralelo, mais uma vez em

Pupput, datada dos meados, ou segunda metade do séc. III d.C. (BONIFAY, 2004: p.329), associada a outra lucerna do mesmo tipo e a uma ânfora Africana II C.

Para além desta lucerna esta sepultura continha ainda no seu espólio uma magnífica travessa de vidro, imitando protótipos metálicos (ALARCÃO, 1979: p.106-107, nº3), do tipo Isings 97C, obtida através de molde (Est.XXIV, nº131), e geralmente datada nos sécs. II e III d.C.

Pelos dados acima apresentados, parece-nos aceitável fechar a cronologia deste contexto entre os finais do séc.II e meados do séc. III d.C.

Para além destas três fases e das cronologias propostas, encontramos o registo de oito contextos que oferecem algumas dúvidas, ou que simplesmente não os podemos incluir em nenhuma destas fases com toda a segurança e que passamos a descrever:

O **cinzeiro A**, do qual não temos nenhum registo fotográfico nem escrito localizados, e o **cinzeiro G** (Anexo 1, nº51) do tipo A2.1, encontram-se no interior da estrutura. O cinzeiro A regista um púcaro de cerâmica comum de pasta A2 (Est.XXIV, nº132) e um artefacto de ferro que se assemelha a uma bainha com um instrumento de osso no seu interior (Est.XXIV, nº133). Poder-se-á tratar de uma lâmina de osso, das quais aliás conhecemos uma pequena faca obtida por talhe, de osso, na conhecida sepultura de *Galla* (VASCONCELOS, 1897: pp. 201-220). O cinzeiro G também regista a presença de um púcaro de cerâmica comum de duas asas de pasta A2 (Est.XXIV, nº134) vários artefactos de bronze de difícil interpretação (Est.XXIV, nºs 135 a 137). Para além destes objectos ambos os contextos registam um púcaro de duas asas. O que torna esta situação mais interessante é a semelhança destes púcaros, exactamente com a mesma forma e produzidos no mesmo tipo de pasta – A2. O cinzeiro G, pela semelhança que tem com o enterramento do Cinzeiro I, e pelo facto de se encontrar no interior da estrutura, poder-se-ia datar da Fase 1A ou 1B, mas sem outros elementos que permitam confirmar esta proposta, parece-nos pouco correcto avançar com uma cronologia tão estrita.

A **sepultura 48**, sem registo fotográfico, e que continha um púcaro de duas asas, de cerâmica comum de pasta A2 (Est.XXV, nº138) ; à **sepultura 32** (Anexo 1, fig.52) do tipo A2.2, apenas com o registo de uma moeda ilegível (Est.XXV, nº139) provavelmente de um dos

imperadores Flávios. O **Cinzeiro C** não tem qualquer registo fotográfico no MNA mas regista a presença de uma garrafa/bilha(?) (Est.XXV, nº140).

Do **Cinzeiro F** também não conseguimos localizar qualquer tipo de registo.

Mais problemática é a presença de um prato de sigillata hispânica de Andújar da forma Drag. 15/17 (Est.XXV, nº141) inventariado no MNA com o complexo “sepultura 50, 2ªcamada” e “**sepultura 50 inferior**”. Esta situação ocorre em outros complexos mas neste caso em particular não é claro se faz parte da sepultura 50 – o que se afigura pouco provável – ou se se tratava de outra sepultura a um nível mais profundo, ou em última análise se é realmente espólio de uma sepultura.

A sepultura **107** (Anexo 1, fig.53), trata-se de uma inumação infantil e situa-se junto à sepultura de cupa nº101A. Este tipo de ritual rompe com o cenário observado nesta fase onde apenas se registam incinerações. O facto de se tratar de um recém-nascido poderá ser determinante na opção pela inumação, embora não se afigure fácil justificar a alteração nos padrões anteriormente observados.

Da **sepultura 88** não localizámos nenhum registo fotográfico individual, mas é possível observar esta sepultura *in situ* na fig.54, anexo 1, ao fundo. Aparentemente parece pertencer ao nosso grupo A1.3, embora não tenhamos a certeza de como seria a fossa funerária. Esta sepultura apresentava também uma pequena lápide epigrafada, bastante destruída (IRCP 223), e que nos foi impossível de localizar nas reservas do MNA. Apresentamos uma fotografia do arquivo MNA (Anexo 1, fig. 55) A inscrição é a seguinte:

*D(is). M(anibus) . S(acrum) / L[....IV]S / LA[....]S / LA[....?]V[....] AN(norum) LX (sexaginta)  
/ H(ic) . S(itus) . E(st)*

Aos deuses Manes. Aqui jaz L....., de sessenta anos.

Esta lápide tem gravados no final da inscrição dois recipientes. José de Encarnação sugere que estas duas gravuras representem uma urna e um anforisco de vidro relacionando-as com a



profissão do defunto, sobretudo devido à profícua idade que alcançou. Concordamos com a última sugestão, mas parece-nos difícil que a representação se reporte a objectos de vidro, parecendo-nos mais verosímil a hipótese de se tratarem de produções cerâmicas, obviamente estilizadas, de um púcaro e de uma ânfora.

#### **5.2.4 Fase 2A – segunda metade do séc. II – inícios do séc. III d.C.**

As primeiras inumações registadas na necrópole ocorrem já na segunda metade do séc. II d.C. numa altura em que ainda é praticado o ritual de incineração. Este momento que designámos por Fase 2A, marca a transição numa fase em que a incineração é ainda o ritual mais utilizado, mas que vai perdendo importância nas primeiras décadas do séc. III d.C.

**Sepultura 35** (Anexo 1, fig.56) do tipo B3.5, continha um pote/panela de cerâmica comum não ilustrado e fragmentos de disco de lucerna do tipo Dressel / Lamboglia 28(?) de pasta L1.3, muito fragmentada e com vestígios de decoração muito esbatida, não desenhada mas da qual apresentamos uma fotografia do disco (Est.XXV, nº142). É referida a presença de uma moeda, não localizada.

A presença deste tipo de lucerna, provavelmente uma produção muito tardia, poderá situar este contexto nos finais do séc.II, ou eventualmente nos inícios do séc. III d.C.

A **sepultura 46** (Anexo 1, fig.57) do tipo B3.3, apenas regista a presença de um fragmento de vidro da forma Isings 97 (Est.XXVI, nº143), datado dos finais séc. II d.C., mas que perdura até ao Baixo Império.

#### **5.2.5 Fase 2B – primeira metade do séc. III d.C.**

A **sepultura 9 inferior** (Anexo 1, fig.58) do tipo B1.4, corresponde a uma inumação e regista a presença de um copo Isings 32 (Est.XXVI, nº144), um pequeno prato de cerâmica comum de pasta A1 (Est.XXVI, nº145) e uma lucerna do tipo Rio Tinto Aljustrel (Est.XXVI, nº146). Regista ainda a presença de uma urna não ilustrada e uma taça de vidro não localizada. No inventário do MNA, existe um complexo sob a designação sepultura 9 que compreende uma série de peças de várias sepulturas, nomeadamente esta que aqui se apresenta e peças da

sepultura 9 superior. Esta distinção só foi possível graças à leitura dos cadernos de campo e do cruzamento com os registos fotográficos, revelando que a sepultura 9 (superior) se tratava de um cadáver depositado na cupa do monumento funerário da sepultura 9 inferior. (vide *infra*, **Fase 2D – sepultura 9 superior**)

Da **sepultura 15** (Anexo 1, fig.59) do tipo B3.6, localizámos apenas uma moeda muito desgastada e ilegível que não ilustrámos. Nos cadernos de campo existem ainda referências a um pote, uma lucerna, pregos, duas taças de vidro, alfinetes de osso e outra panela, mas infelizmente não foi possível localizar nenhum destes materiais. Pela análise da fotografia é possível ver que esta sepultura se encontra sensivelmente à mesma cota que a sepultura 17, da Fase 1C, pelo que podemos sugerir que este contexto se situe na fase de transição do tipo de ritual praticado (vide *infra*, 5.3.). Neste sentido propomos uma cronologia situada na primeira metade do séc. III d.C.

Da **sepultura 36** (Anexo 1, fig.60) do tipo B3.1, identificámos uma argola de bronze (Est.XXVII, nº147), uma argola de suspensão de ferro (Est.XXVII, nº148), um fusilhão de fíbula, de bronze (Est.XXVII, nº149), um anel e um anzol de cobre (Est.XXVII, nºs 150 e 151), e uma cavilha de bronze sem vestígios de utilização (Est.XXVII, nº152). Em relação à cerâmica recolhida neste contexto, registamos a presença de um almofariz (Est.XXVII, nº153) de bordo praticamente horizontal com um pequeno ressalto imediatamente abaixo deste de produção lusitana, pasta A2 com um paralelo formal nas produções do centro oleiro do Pinheiro (MAYET e SILVA, 1998: p.174, nº14). É uma forma que se aproxima da classificação de José Carlos Quaresma (2006: p. 153) no seu tipo 3, fase 2 – Almofarizes de lábio reentrante –. Este é um recipiente de grandes dimensões, sem as estrias interiores características deste tipo de cerâmica e com uma concentração de elementos não plásticos igual ou superior ao das ânforas, de forma a constituir uma superfície rugosa com vertedouro horizontal obtido através da abertura de um pequeno canal no limite do bordo. A base, plana, poderá indicar uma produção mais tardia (*ibidem*: fase 2, p.153). Identificámos também um púcaro de paredes finas, de pasta B1 (Est.XXVII, nº154), um púcaro de cerâmica comum de duas asas, paredes verticais e bordo extrovertido de pasta A1 (Est.XXVII, nº155), um púcaro de duas asas de maiores dimensões que os anteriores de pasta A1 (Est.XXVIII, nº156), uma taça de cerâmica comum com o interior bastante concrecionado (Est.XXVIII, nº157) e uma

lucerna de pequenas dimensões (Est.XXVIII, nº158). Através da análise da fotografia podemos observar que esta sepultura se situa sensivelmente à mesma cota que uma das sepulturas da Fase 1C, sepultura 33A. Datação proposta: primeira metade do séc. III d.C.

**Sepultura 9C** (Anexo 1, fig.61) do tipo B1.1, regista a presença de um púcaro e duas fíbulas de ouro, mas nenhum destes materiais foi localizado até à data. Este enterramento encontra-se a um nível ligeiramente inferior que o da sepultura 9A da Fase 1C, o que pode indicar uma cronologia próxima deste enterramento. Com as cautelas que esta proposta aconselha, situamos este contexto na primeira metade do séc. III d.C.

**Sepultura 43** (Anexo 1, fig.62) do tipo B1.1, regista a presença de uma lucerna do tipo Dressel Lamboglia 28 A com representação de Diana no disco, de pasta L1 (Est.XXVIII, nº159) e de fragmentos de conchas de vieira, não ilustrados. Este tipo de lucerna tem uma cronologia muito alargada (vide *infra* cap. Lucernas) embora pela cota a que situa em relação à sepultura 42 parece aceitável datar este contexto na primeira metade do séc. III d.C.

**Sepultura 3-B** (Anexo 1, fig.63) do tipo B3.4, regista a presença de um prato de *sigillata* clara C do tipo Hayes 45-A, não ilustrado, um pote/panela de cerâmica comum de pasta A1 (Est.XXX, nº160), um prato/tampa de cerâmica comum de pasta A1 (Est.XXX, nº161) e uma lucerna do tipo Dressel / Lamboglia 20 de pasta L4.2, decorada no disco com um leão á direita (Est.XXXI, nº162). É possível que esta lucerna se trate de uma produção muito tardia deste tipo, copiando modelos que conheceram grande popularidade durante o séc. II. Esta sepultura deverá situar-se nos meados do séc. III d.C, ou seja no início da produção do tipo 45 de Hayes.

## **5.2.6 Fase 2C – 2ª metade do séc. III – inícios do séc. IV d.C.**

### **2C.1 – 2ª metade do séc. III d.C.**

A **sepultura 4** (Anexo 1, fig.64), do tipo B1.5 encontra-se perfeitamente alinhada com a sepultura anterior mas provavelmente de uma cronologia mais recuada como teremos oportunidade de comentar. Dos materiais registados no MNA localizámos duas moedas, não

ilustradas, uma delas muito desgastada e ilegível, a outra também muito desgastada do Império Gaulês um objecto de ferro que parece ser composto por dois elementos distintos (Est.XXXI, nº163), cuja proximidade durante o depósito fez com que se concrecionassem e juntassem numa única peça, sem no entanto o ser. O único passível de leitura será porventura o de forma lunular que parece tratar-se de uma lâmina de foice, embora com algumas reservas. Também de ferro foi identificada uma tacha, ou um pequeno aplique, não ilustrado. Recolheram-se também um pote/panela de cerâmica comum, com um grafito no bojo (Est.XXXI, nº164) e um prato de sigillata clara A da forma Hayes 14/17 (Est.XXXII, nº165). A datação proposta por este autor para esta forma situa-se entre 200 e 250 d.C. , embora a presença desta moeda não permita recuar a cronologia para uma data anterior a 260 d.C.

A **sepultura 28** (Anexo 1, fig.65) do tipo B1.3 regista a presença de um púcaro de cerâmica comum de duas asas de pasta A2 (Est.XXXII, nº166), duas conta de azeviche, quatro contas de pasta vítrea , um elemento móvel de pulseira de osso , um fragmento de vidro do tipo Isings 86, não ilustrados, um balsamário ou garrafa de vidro do tipo Isings 103 (Est. XXXII, 167), uma moeda de Gordiano III (Est. XXXII, 168) e um fragmento de taça de cerâmica comum cinzenta de bordo pendente (Est. XXXII, 169). Os vidros aqui apresentados assim como a moeda permitem situar esta sepultura nos meados do séc. III d.C.

## **2C.2 – 2ª metade do séc. III d.C. – inícios do séc. IV d.C.**

**Sepultura 2B**, sem registo fotográfico, podemos no entanto tipificar esta sepultura no nosso tipo B1.1 segundo a descrição no caderno de campo. De todo o espólio descrito por Manuel Heleno, apenas foi possível localizar um prato de sigillata clara C, do tipo Hayes 45 A. (Est.XXXIII, nº170) e uma moeda muito desgastada e ilegível, não ilustrada. Apenas pela presença deste prato sugerimos uma datação de meados do séc. III, inícios do IV d.C.

**Sepultura 17-A** (Anexo 1, fig.66) do tipo B2, trata-se de uma ânfora do tipo Africana IID, já publicada por Manuel Maia (MAIA, 1975: p.156) mas não localizada nas reservas do MNA. Este enterramento tinha ainda associado um púcaro de cerâmica comum, de duas asas, de pasta A3 muito fragmentado (Est.XXXIII, nº171) e uma conta de pasta vítrea azul – não

ilustrada. Bonifay situa este tipo de ânfora entre os meados do séc. III e o primeiro terço do séc. IV (BONIFAY, 2004: p.117).

**Sepultura 19** (Anexo 1, fig.67) do tipo B2, trata-se de uma ânfora do tipo Keay 78 (Est. XXXIII, nº172). O inventário deste complexo refere ainda uma lucerna de tipo indeterminado (Est. XXXIII, nº172-B) (vide *infra* capítulo 6.1.1 – Lucernas) de pasta L6, mas esta informação não se encontra registada nos cadernos de campo, sendo provável que esta peça não pertencesse ao espólio deste enterramento. Sugerimos uma datação dos meados/finais do séc. III para esta ânfora (vide *infra* capítulo – Ânforas)

**Sepultura 20** (Anexo 1, fig.68) do tipo B2, trata-se de um enterramento em ânfora que não foi possível localizar no MNA, nem é possível identificar o tipo através da fotografia.

**Sepultura 23** (Anexo 1, fig.69) do tipo B2, trata-se de uma sepultura em ânfora cujo tipo não conseguimos identificar com segurança.

**Sepultura 27** (Anexo 1, fig.70) do tipo B2, trata-se de um enterramento em ânfora, não localizada no MNA, e cujo tipo é impossível de identificar. Continha apenas restos humanos.

**Sepultura 41** (Anexo 1, fig.71) do tipo B3.3, apenas regista a presença de uma lucerna de pasta L4, aproximada à forma Loeschcke VIII, embora se trate de uma produção claramente local copiando este modelo (Est. XXXIV, nº173).

**Sepultura 42** (Anexo 1, fig.72) do tipo B2, trata-se de um enterramento em ânfora, do tipo Almagro 50 de pasta A2, (Est. XXXIV.B), nº173-B. Não foi localizado nenhum tipo de espólio embora seja referida a presença de um fragmento de alfinete de osso e uma conta.

A **sepultura 56 A** (Anexo 1, fig.73) do tipo B2, é também um enterramento em ânfora, do tipo Keay 78 (Est. XXXV, nº174). Regista a presença de fragmentos de alfinetes e uma conta, não ilustrados.

A **sepultura 59** (Anexo 1, fig.74) do tipo B3.7 cuja cobertura continha a parte superior de uma ânfora do tipo Almagro 51C, não ilustrada.

A **sepultura 61-A** (Anexo 1, fig.75) do tipo B2, é um enterramento em ânfora do tipo Keay 78, não localizada.

**Sepultura 72** (Anexo 1, fig.76) do tipo B2, enterramento e ânfora do tipo Keay 78 (Est.XXXV, nº175), com uma telha na parte inferior a suportar o enterramento.

A **sepultura 36-A** (Anexo 1, fig.77) do tipo B2, é um enterramento em ânfora do tipo Keay 78, muito fragmentada, não localizada no MNA.

A **sepultura 58** (Anexo 1, fig.78) do tipo B2, é um enterramento em ânfora do tipo Keay 78? Sado 1, variante A? (XXXVI, nº176).

A **sepultura 89** (Anexo 1, fig.79) do tipo B2, é um enterramento em ânfora do tipo Keay 78 (Est.XXXVI, nº177).

A **sepultura 103**, sem registo fotográfico, do tipo B2, é um enterramento em ânfora do tipo Keay 78 (Est.XXXVII, nº178).

A **sepultura 115** (Anexo 1, fig.80) parece corresponder ao nosso tipo B2, e caracteriza-se por um aglomerado de vários fragmentos de ânforas, não localizadas no MNA.

**Sepultura 3**, sem um registo fotográfico claro, não se encontra descrita nos cadernos de campo. Apesar de tudo, localizámos no MNA uma ânfora do tipo Keay 78 com esta marcação (Est.XXXVII, nº179) e uma moeda de Diocleciano (Est. XXXVII, nº180), em excelente estado de conservação, cunhada em Alexandria entre 296-297 que nos permite datar este contexto nos finais do séc. III, inícios do séc. IV.

IMP C DIOCLETIANVS P F AVG anverso: Imperador à esquerda, recebe a estátua de Vitória de Jupiter à direita. Exergo: ALEX(ANDRIA). Marca de controlo B.

### **Fase 2C.3 – finais do séc. III – inícios do séc. IV d.C.**

Da **sepultura 9-B** (Anexo 1, fig.81) do tipo B1.1, recolheram-se uma moeda muito desgastada não ilustrada, uma taça de *sigillata* clara C Hayes 46 (Est. XXXVIII, nº181) e dois púcaros de cerâmica comum de duas asas ambos da pasta A2 (Est. XXXVIII, nº182 e 183). Infelizmente não foi possível localizar duas lucernas e um vaso de vidro referidos nos cadernos.

**Sepultura 11** (Anexo 1, fig.82) do tipo B3.8, apenas continha um púcaro de cerâmica comum de duas asas, de pasta A1 de manufactura muito rude (Est. XXXVIII, nº184).

**Sepultura 21** (Anexo 1, fig.83) do tipo B1.1, trata-se de um indivíduo depositado sobre o anexo da sepultura 22, com uma cronologia posterior a esta portanto. Continha um pote/panela de cerâmica comum de pasta A2, de produção muito imperfeita no que diz respeito à horizontalidade do bordo e da espessura exagerada das paredes, não ilustrado.

**Sepultura 24** (Anexo 1, fig.84) do tipo B3.7, trata-se de um enterramento múltiplo conforme descrito no caderno de campo nº2 sem qualquer tipo de espólio associado.

Depois de escavada a sepultura 24, é encontrado outro enterramento que se designou por **Sepultura 24 inferior** (Anexo 1, fig.85), do tipo B1.5. Regista-se a presença de um pote/panela não ilustrado, uma lucerna de cerâmica de pasta x de produção muito rude (Est. XXXIX, nº186), e um prato de cerâmica comum de pasta A1 que parece imitar a forma Hayes 45 (Est. XXXVIII, nº185). Se este prato se tratar de facto de uma imitação do tipo Hayes 45A, e uma vez que esta se encontra a um nível ligeiramente superior à sepultura 22, datada dos finais do séc. III (vide *supra*), sugerimos uma datação entre os finais do séc. III, inícios do séc. IV d.C.

A **sepultura 22** (Anexo 1, fig.86) do tipo B1.9, é sem dúvida uma das mais ricas em termos de espólio. Da longa lista registada nos inventários do MNA, assinalam-se um fragmento de bronze (alfinete?) (Est. XXXIX, nº187), um espevitador de lucerna de bronze (Est XXXIX,

nº188), um anel-chave (Est. XXXIX, nº189), um conjunto de 28 contas de azeviche (Est. XXXIX, nº190, apenas uma está ilustrada, uma vez que são sensivelmente do mesmo tamanho), erradamente atribuídas à sepultura 9, dois elementos de fecho de colar de ouro, não ilustrados, sete fragmentos de alfinetes de cabelo de osso (Est. XXXIX, nºs 191 a 197), um fragmento de agulha de osso (Est. XXXIX, nº198), dois pratos de sigillata clara C, um deles da forma Hayes 50A com grafito no fundo FAIV? (Est. XL, nº199), o outro da forma Hayes 48B (Est. XL, nº200), uma colher de prata (Est. XL, nº201), uma concha de vieira – não ilustrada -, dois elementos de uma caixa de osso (Est. XL, nº202), um botão(?) de osso (Est. XL, nº203), três lucernas, duas do tipo Dressel Lamboglia 28-A (Est. XL, nº204 e Est.XLI, nº205), de pasta L1 a outra do tipo Dressel Lamboglia 30-A(?) (Est. XLI, nº206) de pasta L4(?), com decoração de Diónisos, Selene e Vitória alada respectivamente. Regista-se ainda a presença de duas moedas da série DIVO CLAUDIO, um pote/panela não ilustrado e uma taça de vidro não localizada. É ainda de assinalar a presença de cascas de ovo nesta sepultura, certamente com um significado ritual. (vide *infra* capítulo 5.3- Arquitectura/tipologia Funerária ). A presença destas moedas permite situar esta sepultura nos finais do séc. III d.C. ou início do IV d.C.

A **sepultura 5** (Anexo 1, fig.87) do tipo B1.6, continha um grande pote/panela de cerâmica comum, pasta A2, (Est.XLII, nº207) um prato de sigillata clara C do tipo Hayes 48A de pasta C1/2, (Est. XLII, nº208) duas moedas, uma delas ilegível, a outra corresponde a uma emissão DIVO CLAUDIO em 270 d.C., e uma lucerna do tipo Dressel Lamboglia 20 com marca CIVNALEX (Est. XLII, nº209), provavelmente de produção itálica, de pasta L2.2. A discussão sobre este tipo de lucerna e sobretudo sobre a marca de oleiro (vide *infra*, capítulo 6.1.1- Lucernas), leva-nos a admitir a hipótese de que esta peça não faria parte da sepultura, uma vez que a cronologia sugerida para este oleiro situa-se entre 120 e 180 d.C., sendo admissível que perdurasse até 200 d.C. conforme os dados de Óstia na chamada fase x de para estas lucernas. Atendendo à presença da moeda com emissão de DIVO CLAUDIO esta forma e a marca teriam de ter perdurado até ao 3º quartel do séc. III d.C., o que não se nos afigura possível até porque neste caso nem se trata de uma imitação, mas ao invés, uma excelente produção. Após a análise em pormenor da fotografia da sepultura (anexo 1, fig.87) podemos observar a lucerna, do lado esquerdo do observador, sob uma camada de areia mais



clara, o que indicia a contaminação da sepultura com outros terrenos. Esta situação não é de estranhar por duas razões: em primeiro lugar porque estamos perante um tipo de solos volátil e pouco compacto que pode sofrer alterações ao nível da deslocação de sedimentos, e por outro, não é caso único o de lucernas recolhidas sem contexto associado na área da necrópole, como parece ser este o caso (vide *infra*, capítulo 6.1.1– Lucernas). Neste sentido, atendendo à cronologia da moeda e da presença do prato de SCC, situamos este contexto no último quartel do séc. III d.C.

A **sepultura 7** (Anexo 1, fig.88) do tipo B1.6, não regista qualquer tipo de material no inventário do MNA, mas o facto de se encontrar à mesma cota que a sepultura 5 (vide *supra*) e partilhar o mesmo tipo de construção que esta, parece-nos ser aceitável situar esta sepultura nesta fase.

**Sepultura 2** (Anexo 1, fig.89) do tipo B1.9, regista a presença de um prato de *sigillata* clara C da forma Hayes 50 A de pasta C1/2 (Est.XLIII, nº210), um pote/panela de cerâmica comum de pasta A2 (Est.XLIV, nº211), uma lucerna do tipo Dressel Lamboglia 28-A(?) de pasta L5.2 (Est.XLV, nº212), duas moedas, uma delas muito desgastada e ilegível, não ilustrada, a outra corresponde a uma emissão da série DIVO CLAUDIO (Est.XLVI, nº213) um par de brincos de ouro (Est.XLVI, nº214) e um fragmento de cavilha de ferro (Est.XLVI, nº215). Apesar de mencionadas nos cadernos de campo não foram localizadas duas taças de vidro. O prato Hayes 50 A está datado entre 230/240 d.C. e perdura até 325, mas a presença da emissão de DIVO CLAUDIO de 270 d.C. permite-nos situar esta sepultura no último quartel do séc. III d.C.

### 5.2.7 Fase 2D – séc. IV-V d.C.

A **sepultura 65** (Anexo 1, fig.90) do tipo B2, enterramento em ânfora do tipo Keay 78 (Est.XLVI, nº216). Esta ânfora parece corresponder a um tipo diferente daquele a que tradicionalmente se classifica como Keay 78, uma vez que apresenta o bordo e asas claramente dentro deste tipo, mas o corpo e o fundo fusiforme parece corresponder a uma produção do tipo Almagro 51C. Sobre esta peça em particular, vide *infra* capítulo 6.1.2 - Ânforas.

**Sepultura 85**, sem registo fotográfico no terreno, do tipo B2 corresponde a um enterramento em ânfora do tipo Almagro 51C de produção um tanto rude, assimétrica. (Est.XLVII, nº217).

A **Sepultura 67-A** (Anexo 1, fig.91) do tipo B2 corresponde a um enterramento em ânfora, não localizada que não é possível identificar.

A **sepultura 56** (Anexo 1, fig.92) do tipo B2, é um enterramento em ânfora do tipo Almagro 51C, muito fragmentada, não localizada no MNA.

A **sepultura 16** (Anexo 1, fig.93) do tipo B3.9 apenas regista a presença de dois brincos de bronze (Est.XLVII, nº218). O tipo destes brincos apontam para uma cronologia mais tardia entre os sécs IV e V.

A **sepultura 77** (Anexo 1, fig.94) do tipo B3.7, regista apenas a presença de dois brincos de bronze (Est.XLVII, nº219).

**Sepultura 82** (Anexo 1, fig.95) do tipo B1.8, regista a presença de vários pregos de ferro – não ilustrados – e um grampo (?) de bronze (Est.XLVII, nº220).

**Sepultura 116** (Anexo 1, fig.96) do tipo B1.1, apresenta um púcaro de duas asas de pasta A2 com *cognomen*(?) grafitado abaixo do bordo : **AFRI (CANO)** (Est.XLVII, nº221) e um fragmento de madeira.

**Sepultura 4A** (Anexo 1, fig.97) do tipo B3.7, não continha espólio, apenas restos humanos.

**Sepultura 6** (Anexo 1, fig.98) do tipo B3.7, apenas encontramos registada no inventário do MNA uma moeda muito desgastada e ilegível, não ilustrada, provavelmente um Antoniniano.

**Sepultura 12** (Anexo 1, fig.99) do tipo B1.9, não continha espólio, apenas restos humanos.

**Sepultura 13** (Anexo 1, fig.100) do tipo B3.1, não continha espólio, apenas restos humanos.

**Sepultura 18** (Anexo 1, fig.101) do tipo B3.7, apenas continha restos humanos.

**Sepultura 25** (Anexo 1, fig.102) do tipo B1.1, apenas continha restos humanos. Esta sepultura tinha a particularidade de ter depositada por cima do cadáver uma ânfora do tipo Keay 78, não localizada, que se designou como **Sepultura 25-A**, do tipo B2, e que poderá corresponder a um enterramento infantil. O interior desta ânfora regista ainda a presença de 25 contas de pasta vítrea azul, não ilustradas. É difícil precisar se este enterramento secundário no interior da sepultura 25 foi ou não deliberado. Apesar das nossas reservas, parece-nos sugestiva a colocação da ânfora junto ao limite interior das paredes da sepultura 25, indiciando portanto uma violação intencional do enterramento anterior, aliás como sucede na sepultura 24. Esta característica por si só significa que estamos perante uma atitude mental perante o local de enterramento diferente das fases anteriores (vide *infra* capítulo 5.3 – Arquitectura/Tipologia funerária), típica de uma época mais tardia.

**Sepultura 26** (Anexo 1, fig.104) do tipo B1.7, apenas continha restos humanos.

**Sepultura 29** (Anexo 1, fig.105) do tipo B3.3, apenas continha restos humanos.

**Sepultura 33** (Anexo 1, fig.106) do tipo B1.4, apenas continha restos humanos.

**Sepultura 38** (Anexo 1, fig.107) do tipo B3.7, continha apenas restos humanos.

**Sepultura 39** (Anexo 1, fig.108) do tipo B1.1, continha apenas restos humanos. É referida a presença de uma moeda, não localizada.

**Sepultura 45** (Anexo 1, fig.109), do tipo B3.7, continha apenas restos humanos.

Da **sepultura 45 inferior A**, não encontramos nenhum registo fotográfico mas através da análise da planta e da descrição no caderno de campo nº2 (Anexo I) parece-nos ser enquadrável no tipo B1.1. Regista apenas a presença de um jarro de cerâmica comum de pasta A2 (Est.XLVII, nº222).

A **sepultura 45 inferior-B**, sem registo fotográfico poderá corresponder ao nosso tipo B1.1, segundo a descrição do caderno de campo nº2 (Anexo I). Não existe registo de qualquer tipo de materiais.

**Sepultura 50** (Anexo 1, fig.110), do tipo B1.1, continha apenas restos humanos.

**Sepultura 51** (Anexo 1, fig.111) do tipo B3.2, regista a presença de fragmentos de vidro inclassificáveis – não ilustrados – e uma pequena lucerna de pasta x (Est.XLVIII, nº223). Não encontramos paralelo formal para esta peça, embora possa ser uma inspiração na forma VI/VII de Atlante (BONIFAY, 2004: p.355) (vide *infra* capítulo 6.1.1- Lucernas). A orla está decorada com elementos vegetalista e o bico parece ser a continuação de um canal que parte do disco.

**Sepultura 52** (Anexo 1, fig.112) do tipo B3.7, apenas continha restos humanos.

**Sepultura 53** (Anexo 1, fig.113) do tipo B3.7, apenas continha restos humanos.

**Sepultura 54** (Anexo 1, fig.114), do tipo B3.7, continha apenas restos humanos.

**Sepultura 54-A** (Anexo 1, fig.115), do tipo B3.7(?), continha apenas restos humanos.

**Sepultura 55** (Anexo 1, fig.116), do tipo B3.7, continha apenas restos humanos.

**Sepultura 57** (Anexo 1, fig.117), do tipo B1.1, continha apenas restos humanos.

**Sepultura 57 A** (Anexo 1, fig.118), do tipo B3.7, continha apenas restos humanos.

**Sepultura 60** (Anexo 1, fig.119), do tipo B3.7, continha apenas restos humanos.

**Sepultura 62** (Anexo 1, fig.120), do tipo B3.7, continha apenas restos humanos.

A **sepultura 53 A** (Anexo 1, fig.121), do tipo B3.7 não regista nos cadernos de campo nenhum tipo de espólio, à excepção de um fragmento de *sigillata* marmoreada que provavelmente se misturou nos terrenos quando a fossa foi escavada/coberta. Apesar disto, o inventário do MNA regista um pequeno pote que imita as paredes finas, de pasta B1 com uma aguada branca. É possível que esta peça não faça parte deste enterramento, no entanto apresentamo-la na Estampa 48, n°224.

A **sepultura 62 A** (Anexo 1, fig.122) do tipo B3.10, continha apenas restos humanos.

A **sepultura 52 A** (Anexo 1, fig.123) do tipo B3.10, continha apenas restos humanos.

A **sepultura 65 B** sem registo fotográfico, do tipo B1.1, continha apenas restos humanos.

A **sepultura 63** (Anexo 1, fig.124) do tipo B1.7.1, continha apenas restos humanos.

A **sepultura 64** (Anexo 1, fig.125) do tipo B3.7, continha apenas restos humanos.

A **sepultura 66** (Anexo 1, fig.126) do tipo B3.7, continha apenas restos humanos.

A **sepultura 71** (Anexo 1, fig.127) do tipo B3.7, continha apenas restos humanos.

A **sepultura 73** (Anexo 1, fig.128) do tipo B3.7, continha apenas restos humanos.

A **sepultura 74** (Anexo 1, fig.128) do tipo B3.7, continha apenas restos humanos.

A **sepultura 74-A** (Anexo 1, fig.129) do tipo B3.7, continha apenas restos humanos.

A **sepultura 75** (Anexo 1, fig.130) do tipo B3.7, continha apenas restos humanos.

A **sepultura 76** (Anexo 1, fig.131) do tipo B1.1, continha apenas restos humanos.

A **sepultura 81** (Anexo 1, fig.132) do tipo B1.5.1, continha apenas restos humanos.

A **sepultura 101** (Anexo 1, fig.133) do tipo B3.7, continha apenas restos humanos.

A **sepultura 106** (Anexo 1, fig.134) do tipo B3.7, continha apenas restos humanos.

A **sepultura 115** (Anexo 1, fig.135) do tipo B1.10, é um enterramento descrito nos cadernos como sendo um enterramento duplo, tendo um indivíduo orientado de NO-SE, e um crânio fragmentado sobre o tronco deste, cobertos por fragmentos de ânforas.

A **sepultura 119** (Anexo 1, fig.136) do tipo B1.7.1, continha apenas restos humanos.

A **sepultura 120** (Anexo 1, fig.137) do tipo B3.7, continha apenas restos humanos.

A **Sepultura 9 superior** (Anexo 1, fig.138), ou simplesmente 9 como se encontra registada no arquivo fotográfico do MNA, do tipo B1.5.1, trata-se de enterramento depositado sobre o monumento funerário da sepultura 9 inferior (vide *supra*). Posteriormente, foram colocadas vários *lateres* dispostos em forma de “V” invertido que cobriam o cadáver. Deste contexto identificámos um brinco tardio e um anel com decoração, ambos de bronze (Est.XLVIII, n°225 e 226).

A **sepultura 67** sem registo fotográfico, do tipo B2, trata-se de um enterramento em ânfora do tipo Almagro 51C (Est.XLIX, n°227)

A **sepultura 1-A** (Anexo 1, fig.139) do tipo B2, trata-se de um enterramento em ânfora do tipo Almagro 51-a/b (Est.XLIX, n°228).

As **sepulturas 102-A e 103-A**, ambas sem registo fotográfico, encontram-se descritas por Jaime Roldão no caderno 5-A (Anexo I). Optámos por considerar estes dois contextos nesta fase mais tardia, com algumas reservas, pelo facto de se situarem a uma cota muito superior às restantes.

A **sepultura 68** (Anexo 1, fig.140) do tipo B2, trata-se de um enterramento em ânfora do tipo Almagro 51-a/b (Est.L, n°229).

A **sepultura 114** (Anexo 1, fig.141) do tipo B2, trata-se de um enterramento em ânfora que não foi possível identificar ou localizar no MNA.

A **sepultura 64-A** (Anexo 1, fig.142) do tipo B3.7, continha apenas restos humanos.

A **sepultura 70** (Anexo 1, fig.143) do tipo B3.7, continha apenas restos humanos.

A **sepultura 69** (Anexo 1, fig.144) do tipo B3.7, continha apenas restos humanos.

A **sepultura 78**, sem registo fotográfico, encontra-se apenas descrita no caderno de campo nº3 (Anexo I) e parece corresponder ao nosso tipo B1.1. Nesta descrição é feita uma breve nota a vários esqueletos sendo impossível determinar se este apontamento se refere à sepultura em questão.

### **Interrogadas**

Da **sepultura 49**, sem registo fotográfico, mas provavelmente do tipo B1.8(?) pela descrição do caderno de campo nº2, apenas foi possível localizar um fragmento de sigillata clara A do tipo Hayes 14/17, provavelmente descontextualizado, embora se encontre registada a presença de uma urna e um vaso (?) com duas asas.

As sepulturas **40** do tipo B1.1 (Anexo 1, fig.145) ; **2-A** do tipo B1.2 (Anexo 1, fig.146) ; **113** do tipo B1.7.1 (Anexo 1, fig.147) e **1-B** do tipo B3.4 (Anexo 1, fig.148) não permitem uma datação segura, pelo que não as podemos incluir em nenhuma das Fases acima apresentadas.

### **5.3 Arquitectura / tipologia funerária e rituais de enterramento: da Antiguidade clássica aos cultos orientais.**

Interpretar a atitude perante a morte na Antiguidade não é tarefa fácil. Depois do falecimento de um indivíduo inicia-se um processo complexo desde a preparação e exposição do cadáver até à sua deposição no *locus* funerário.

A escolha do local onde seriam depositados os restos mortais não é escolhido nem preparado aleatoriamente, mas obedece a uma série de pressupostos, uns de índole legal, outros intimamente relacionados com as crenças e convicções.

O local onde foi implantada a necrópole da Caldeira não foi certamente escolhido ao acaso e obedeceu a critérios bem definidos. A proibição explícita na Lei das Doze Tábuas, promulgada no séc. V a.C. impedia qualquer tipo de manifestações rituais funerárias no interior da cidade de Roma, distinguindo claramente os dois mundos, o dos vivos e o dos mortos. É neste sentido que encontramos a esmagadora maioria das necrópoles do Alto Império à saída das cidades, muitas vezes acompanhando o traçado das vias, como é o caso de Pompeia ou Mérida, por exemplo, criando verdadeiras cidades mortuárias à vista de quem chegava ou saía dos centros urbanos.

Por esta ordem de ideias, a área da Caldeira poderia corresponder a uma zona limítrofe do complexo industrial na época em que ocorreram os primeiros enterramentos na necrópole. Podemos assim questionar se a área que hoje se encontra descoberta corresponde de facto à ocupação mais antiga do local, já que a proximidade com uma zona pública – as termas – não faz muito sentido com o espaço disponível a Este desta zona. Também sabemos que a necrópole se estende precisamente em um eixo Oeste-Este acompanhando a linha da lagoa da Caldeira, pelo que também é válido questionarmo-nos se os enterramentos aqui apresentados correspondem à fase mais antiga, principalmente quando conhecemos outro contexto funerário Alto Imperial (sepultura de *Galla*) numa zona oposta a esta.

De qualquer forma, a instalação da necrópole e respectivas delimitações parecem ter sido claramente projectadas. A presença de uma cisterna e de um poço no interior desta zona



(Anexo 1, planta nº9 ; Anexo 1 fig.11) poderia levar-nos a pensar que a necrópole se havia instalado numa zona previamente ocupada, no entanto este tipo de estruturas pode estar relacionado com a manutenção dos monumentos funerários, e a necessidade de água no local para os rituais e libações no local, tal como observado em diversas necrópoles de Córdoba (DESIDERIO VAQUERIZO, 2001: p.157).

### 5.3.1 Incinerações

Como já tivemos oportunidade de referir, os primeiros enterramentos (Fase 1A) situam-se dentro da área murada e correspondem todos ao mesmo ritual funerário, a incineração. Com os dados disponíveis, sobretudo tratando-se de informação produzida por terceiros, é necessário cautela quando analisamos os rituais praticados nesta fase. Referimo-nos aos dois tipos possíveis de incineração: *in bustum* e *ustrina* (com deposição secundária). É importante lembrar que os vestígios de incinerações não têm necessariamente de corresponder a um enterramento (MOLANO BRÍAS e ALVARADO GONZALO, 1994: p.333), pelo que é fundamental analisar os dois tipos de ritual mencionados para uma análise correcta deste contexto.

Por *ustrinum* entende-se o local onde foi produzida a incineração do cadáver, normalmente depositando-o sobre uma pira com quantidade de madeira suficiente para eliminar a maior parte da matéria orgânica, de forma a reduzir o cadáver a uma pequena quantidade de restos osteológicos através de uma combustão prolongada. Aparentemente a escolha do combustível era secundário e dependente da matéria-prima disponível, uma vez que o mais importante é ser bem sucedido na incineração do cadáver. Durante a escavação da sepultura 79, foram identificados carvões e pinhões carbonizados (Anexo 1, caderno de campo nº5, p.27) o que indicia a utilização de pinho durante o processo de combustão. Este é um dado importante, por um lado porque nos permite reconhecer a utilização de um tipo de madeira em particular, e por outro podemos sugerir, embora com reservas, que aquele tipo de vegetação já estaria presente no sítio ou na envolvente em Época Romana.

Durante a combustão do *rogus* eram lançados perfumes e óleos no fogo dos quais resultam em registo arqueológico peças carbonizadas ou liquefeitas como é o caso dos unguentários. A

ausência generalizada de carvões no interior das urnas funerárias na maior parte das necrópoles escavadas, reforça a ideia de uma escolha cuidada dos restos humanos e da sua lavagem com água e/ou vinho (GONZÁLEZ VILLAESCUSA, 2001: p.87). A breve síntese aqui apresentada corresponde ao processo comum entre os dois tipos de enterramento acima referidos.

Se o local de enterramento fosse diferente daquele onde se praticou a incineração do cadáver, os ossos carbonizados –*ossilegia*– eram trasladados do local e depositados em urnas de diversos tipos de material que posteriormente seriam enterrados no solo. É este processo que se designa por *ustrina* e que corresponde a grande parte do ritual utilizado durante a fase 1 como teremos oportunidade de comentar mais à frente. Em Tróia, podemos identificar pelo menos três tipos de urnas utilizadas para a deposição dos *ossilegia*, a saber: urna de chumbo (Sepultura 105, não localizada), púcaro de cerâmica (Cinzeiro M) e no interior de uma caixa de madeira (Cinzeiro H). Alguns destes ossos foram depositados directamente no solo, ou dentro das estruturas formadas por tégulas, embora a informação disponível nem sempre nos permita identificar com esta prática com clareza.

Não se afigurou fácil identificar supostos enterramentos *in bustum* na necrópole da Caldeira, situação que muito se deve à fragilidade dos dados disponíveis a este respeito. De facto, a presença de cinzas em muitos dos enterramentos descritos por Manuel Heleno poderia levar-nos a classificá-los como *busta* mas nunca é claro se essas cinzas fazem parte do processo de incineração do cadáver, ou se são o resultado de rituais pós-deposicionais relacionados com libações. Talvez as únicas excepções a este cenário sejam os chamados “cinzeiros” M e O e a sepultura 33A, que pelas suas características parecem corresponder a este tipo de ritual. O primeiro, caracteriza-se por uma camada escura, supostamente de cinzas, com cerca de 1,5m de comprimento e apresenta uma série de peças depositadas sobre esta camada. Como bem observou Manuel Heleno, este local foi certamente utilizado para a combustão de algum tipo de material, mas é muito difícil aferir se se trata de um enterramento, de uma zona de *ustrinum*, ou até de um local onde se praticou algum tipo de ritual que não corresponda necessariamente a um enterramento.

O cinzeiro O, por sua vez, parece estar mais próximo deste tipo de ritual funerário devido à semelhante camada de cinzas e de um conjunto aparentemente seleccionado de ossos humanos incinerados colocado em um dos extremos desta camada. Neste caso, a tratar-se de um enterramento *in bustum*, é de estranhar a ausência de espólio associado, e de uma estrutura que envolvesse e sinalizasse o enterramento. Por fim, como hipótese mais plausível de entre os enterramentos aqui analisados, encontramos a sepultura 33A do tipo A2, Fase 1C datada entre a segunda metade do séc. II e o início do séc. III d.C. que se encontra a sul da estrutura que delimita a necrópole mais antiga, constituída por uma estrutura rectangular de tijolos e pedras com uma caixa interior formada por tégulas por sua vez coberta por imbrices. Durante todo o processo de escavação são referidas grandes quantidades de cinzas, como aliás é bem visível na fotografia (Anexo 1, fig.36), o que pode indiciar que esta sepultura foi construída nos limites do que restou de uma incineração. Outro dado importante é que os chamados “cinzeiros” descritos por Manuel Heleno se encontram – com excepção para o “D” – encontram-se dentro da área murada, embora seja difícil aferir se o(s) *ustrina* estavam reservados ao interior da necrópole durante os dois primeiros momentos da Fase 1. Uma das zonas que poderia corresponder a um local de *ustrinum* seria o compartimento do canto Este da estrutura (Anexo 1, fig.10 –canto inferior esquerdo da planta 9). Foi identificada uma sepultura (nº.82) (Anexo 1, fig. 95) embora a um nível mais elevado não tendo revelado qualquer outro tipo de enterramento mais antigo, o que pode significar uma utilização reservada. Infelizmente não temos dados sobre as características do terreno após a escavação da sepultura 82, o que poderia esclarecer em parte a existência de tal compartimento. Em suma, seriam estes os únicos contextos passíveis de serem identificados com um enterramento *in bustum*, ainda que com algumas reservas.

### **5.3.1.1 Arquitectura Funerária – Incinerações (Anexo 1, Arquitectura Funerária 1)**

Pela descrição e análise da documentação fotográfica, foi possível identificar dois grandes grupos e respectivas variantes de monumentos funerários correspondentes às incinerações que em baixo se descrevem:

#### **A1 – Fossa revestida**

**A1.1** – Fossa revestida por tégulas ou *lateres*, formando caixa paralelipipédica, coberta com tégula.

**A1.2** – Fossa revestida por tégulas, como a anterior, coberta por uma camada de pedras (?) e encimada por um bloco rectangular construído com tijolos e pedra.

**A1.3** – Fossa revestida por tégulas, como as anteriores, coberta por uma placa de *opus signinum* de forma rectangular, encimada por um monumento em forma de cupa estucada que poderia apresentar pintura, construída com tijolos com um pequeno anexo rectangular cuja função poderá estar ligada a libações praticadas junto da sepultura.

**A1.4** – Fossa revestida nas paredes laterais por aparelho de pedra e *lateres*, coberta por uma placa de *opus signinum* de forma rectangular com um pequeno anexo rectangular, semelhante ao descrito no tipo A1.3

## **A2 – Fossa simples**

**A2.1** - Fossa simples sem revestimento coberta com tijolos, telhas e pedras dispersos

**A2.2** - Fossa simples coberta por duas camadas de *lateres*.

**A2.3** – Fossa simples com os restos osteológicos cobertos por imbrices dispostos na diagonal formando um “V” invertido. Por cima desta estrutura, várias tégulas dispostas na horizontal, seguidas de uma bordadura marginal de *lateres* formando um rectângulo, por sua vez coberta por uma camada de tégulas ou *lateres* de grandes dimensões, estucada.

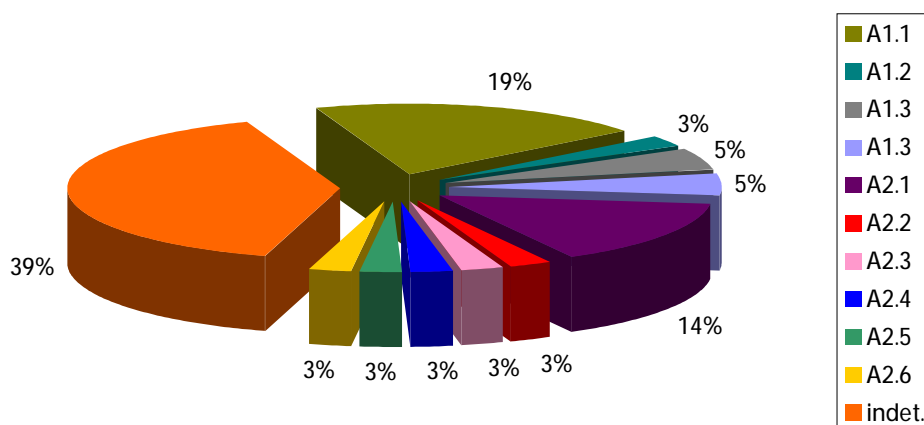
**A2.4** – Fossa simples coberta por placa de opus rectangular com anexo e monumento em forma de cupa constituído por pedras e tijolos

**A2.5** – Semelhante à anterior sem anexo

**A2.6**– Fossa revestida, coberta por três camadas de *lateres*, seguidas de placa de *opus signinum* de forma rectangular encimada por um monumento em forma de cupa construída com *lateres*, estucada.

Em baixo apresentamos um quadro com uma leitura possível dos rituais de incineração praticados na necrópole, onde se pode observar por um lado o grande número de interrogações e por outro constatar que as deposições secundárias em uma construída em forma de caixa revestida de *lateres*/tégulas (A1.1) são predominantes. O segundo tipo com maior ocorrência trata-se de uma simples deposição no solo com cobertura de pedras e/ou materiais de construção dispersos (A2.1). Com excepção dos tipos A2.2 ; 3 ; 4 ; 5 e 6 que são exclusivos da Fase 1C, todos os outros tipos estão genericamente representados em todas as fases. (Anexo 1, Tabela 1)

Incinerações: Arquitectura Funerária - Necrópole da Caldeira -



**Quadro 1: Arquitectura Funerária: Incinerações**

### 5.3.2 Inumações

O ritual de inumação surge em Tróia ainda em finais do séc. II d.C., um pouco antes do que se pode observar em locais com tradição indígena prévia, como são os casos de *Carmo*, *Baelo Claudia*, *Gades* ou *Cástulo* (DESIDERIO VAQUERIZO, 2001: p.81).

Para além dos motivos ligados aos critérios de tradição familiar, gosto pessoal ou motivos meramente económicos (*idem*: 147), parece-nos importante salientar que a manutenção do corpo físico no enterramento é precisamente uma das características dos cultos orientais. Esta atitude perante a morte, ou melhor, perante a pós-morte, prende-se com a crença no renascimento. Não significa que a noção de renascimento tenha necessariamente que ver com a tradição cristã, no sentido de renascer fisicamente no mesmo corpo e no mesmo local onde foi depositado e ascender aos céus. Embora seja também ele um culto oriental, o Cristianismo chegou ao Ocidente Peninsular depois de outras manifestações religiosas, como é o caso do Mitraísmo.

Este culto, herdeiro de uma tradição persa, cujas raízes poderão estar ligadas ao Zoroastrismo, deverá ter chegado a Roma no final do séc. I a.C., sendo que a versão mais conhecida é a de que piratas da Cilícia, situada na costa sul da Anatólia, tivessem introduzido o culto na Península Itálica, conforme descrito por Plutarco (Pompeio, 24).

Em Tróia, foi descoberto em 1925 um dos mais importantes testemunhos do mundo romano, certamente proveniente de um Mitreu hoje desaparecido, um tríptico, do qual apenas resta o último quadro com a representação do banquete com Hélios, antes da sua ascensão apoteótica. A celebração do solstício de inverno é relacionado com o nascimento de Mitra, precisamente numa data mais tarde adoptada pelo Cristianismo como o nascimento de Jesus. Esta data celebra sobretudo a inversão dos dias mais curtos e noites mais longas, representando simbolicamente o triunfo da luz sobre as trevas, ou o renascimento da vida.

Naturalmente que é extremamente difícil, senão mesmo impossível, reconhecer quaisquer traços deste, ou de outro culto oriental nas manifestações funerárias em Tróia, mas a

orientação solar de grande parte das sepulturas das primeiras fases de inumação – Nascente-Poente, poderá de certa forma relacionar-se com o simbolismo inerente a um ciclo de vida e de morte.

Da mesma forma este raciocínio pode ser aplicado quando observamos as últimas fases dos enterramentos, cuja orientação se inverte radicalmente, no sentido NO-SE com os pés orientados para este último, muitas vezes relacionado com uma prática cristã, pelo facto de o defunto se erguer em direcção ao oriente, do qual surgiria Cristo.

### **5.3.2.1 Arquitectura Funerária – Inumações (Anexo 1, Arquitectura Funerária 2)**

Uma vez mais, foi possível através da descrição e análise da documentação fotográfica identificar vários tipos de arquitectura funerária na necrópole que passamos a descrever sucintamente:

#### **B1- fossa simples**

**B1.1** –fossa simples com cadáver depositado.

**B1.2** – fossa simples com telha debaixo do crânio.

**B1.3**- fossa simples, coberta por placa de opus encimada por pequeno rectângulo construído por tijolos, estucado.

**B1.4**- fossa simples coberta de *opus* formando um rectângulo e um pequeno anexo, eventualmente para libações

**B1.5**- fossa simples, com cadáver protegido na zona da cabeça e do tronco por imbrices dispostos em forma de “V” invertido, coberta por placa de *opus*.

**B1.5.1** – semelhante ao anterior, mas a estrutura interior em “V” invertido cobre todo o cadáver.

**B1.6** – fossa simples com cobertura de placa de *opus* sem anexo.

**B1.7** – fossa simples com cobertura de *lateres* em degrau, de forma piramidal.

**B1.7.1** – fossa simples com cobertura de *lateres*.

**B1.8** – fossa simples coberta por pedras.

**B1.9** – fossa simples com cobertura de placa de *opus* encimada por monumento em forma de cupa.

**B1.10**- fossa simples coberta por fragmentos de ânforas.

**B2**- fossa simples com cadáver inumado em ânfora.

**B3- fossa com revestimento**

**B3.1**- paredes revestidas com pedra coberta por placa de *opus* encimada por monumento em forma de cupa.

**B3.2**- paredes revestidas com pedra coberta por *lateres* em degrau, de forma piramidal.

**B3.3** - paredes revestidas de pedra, coberta por *tégulas* de grandes dimensões.

**B3.4** - paredes revestidas de tijolo, coberta por *imbrices* e *tégulas* dispersos.

**B3.5** - paredes revestidas de tijolo com quatro nichos no interior. Coberta por placa de *opus* encimada por monumento em forma de cupa.

**B3.6** - fossa delimitada por pedras, coberta por *lateres* encimada por monumento de forma rectangular.

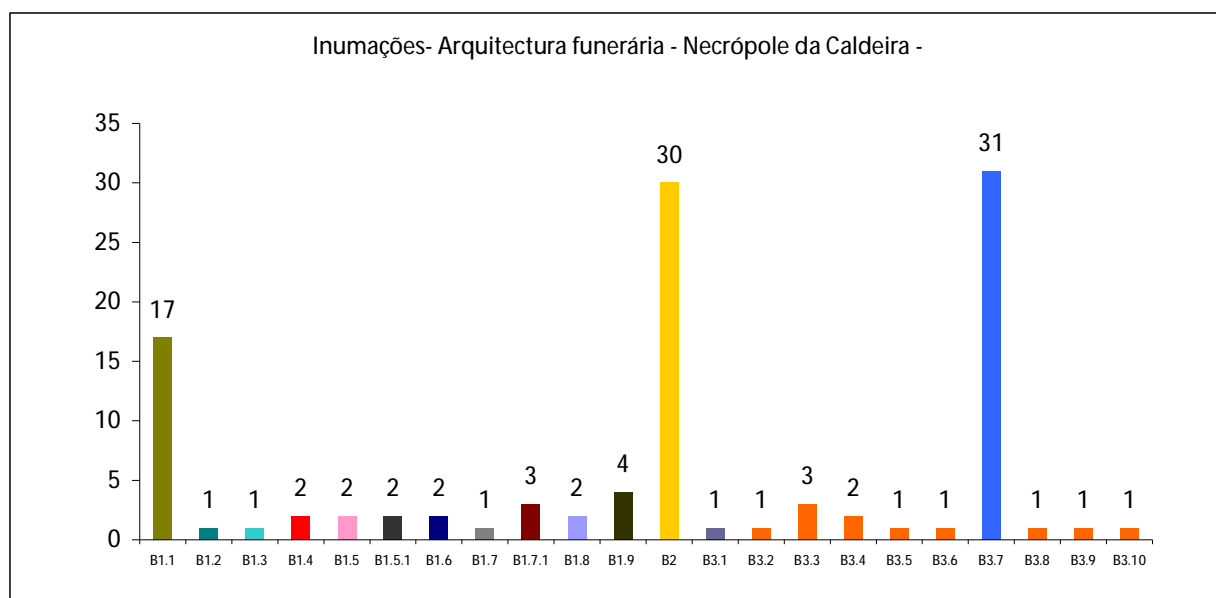
**B3.7** - paredes revestidas de pedra e fragmentos de cerâmica.

**B3.8** - paredes revestidas de pedra e fundo de *lateres*.

**B3.9**- paredes revestidas por *lateres*(?) ou *tégulas* de grandes dimensões, cadáver protegido por estrutura de *lateres* dispostos em forma de “V” invertido

**B3.10** – extremidades da fossa revestidas com *tégulas* verticais.





#### Quadro 2: Arquitectura funerária : Inumações

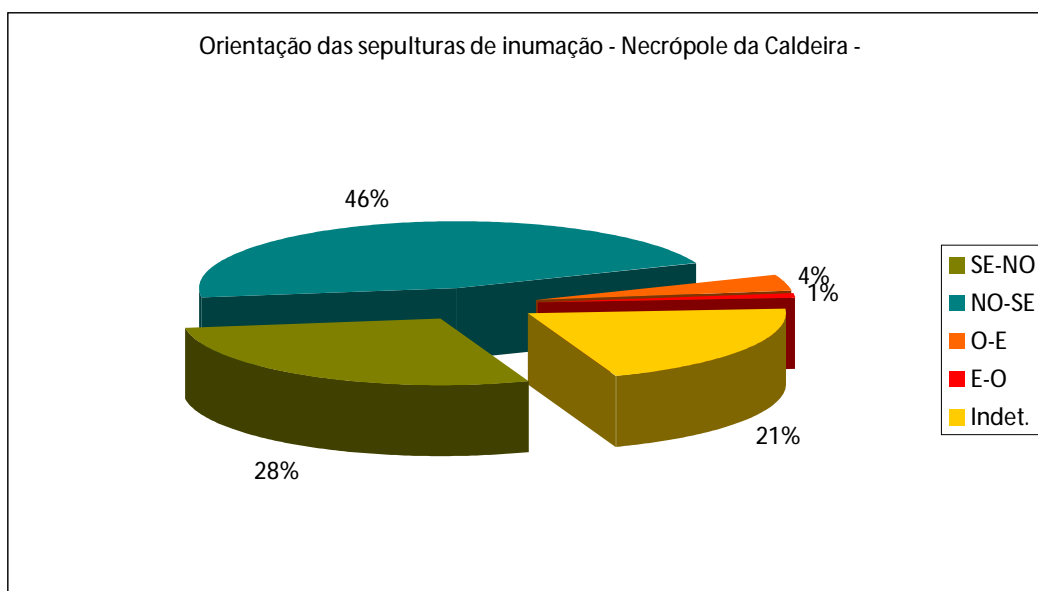
Pela análise do quadro podemos observar a predominância dos tipos B3.7 que corresponde a 28% do total de inumações, do tipo B2 – enterramentos em ânfora – que corresponde a 27% e do tipo B1.1 – enterramento em fossa simples – com 15 % do conjunto.

Os enterramentos em ânfora B2 correspondem na sua maioria à nossa fase 2C, datada entre a segunda metade do séc. III e os inícios do séc. IV d.C., e as sepulturas do tipo B3.7 situam-se praticamente todas na fase 2D que compreende os sécs. IV e V d.C. (Anexo 1, Tabela 2).

#### 5.4 Orientação das sepulturas de inumação

A orientação das sepulturas difere no que diz respeito ao âmbito cronológico de cada uma das fases, como já tivemos oportunidade de comentar. Assim, resumidamente, as orientações (cabeça-pés) SE-NO, genericamente Nascente-Poente, correspondem às fases 2-A, B e parte dos contextos da Fase 2D (Anexo 1, Tabela 2), o que significa que esta orientação que representa 28% do conjunto, é utilizada nos contextos funerários entre os finais do séc. II e os finais do séc. III d.C., altura em as orientações NO-SE passam a ser a orientação dominante durante os sécs. IV e V d.C. (Anexo 1, Tabela 2). Não foi possível estabelecer qualquer tipo

de orientação para os enterramentos em ânforas, pelo que não podem ser considerados nesta análise.



Quadro 3: Inumação: orientação das sepulturas

## 6. Estudo de materiais

### 6.1. As lucernas<sup>1</sup>

O estudo de lucernas não se revela uma tarefa fácil, principalmente quando nos deparamos com um conjunto relativamente heterogéneo como é o caso das lucernas da necrópole da Caldeira. Este tipo de materiais, à semelhança de outros tipos cerâmicos, conheceu uma variedade de centros produtores e de formas que podem ser por um lado excelentes indicadores cronológicos como podem gerar alguma incerteza no que diz respeito às dinâmicas de importação dos respectivos centros de consumo. Para além da questão tipológica, que por si só não é pacífica, existe ainda a questão da identificação dos centros produtores através da observação macroscópica da pasta. Terá sido porventura este, o principal problema com que o autor destas linhas se deparou quando iniciou o estudo deste

<sup>1</sup> Os desenhos apresentados nas estampas do vol II deste trabalho são baseados em COSTA, 1973.

conjunto. Um tipo de produção em massa, como é o caso das lucernas, produzidas em olarias um pouco por todas as províncias romanas tem como consequência uma enorme quantidade de informação muito difícil de cruzar. Ao ler as descrições de pastas dos diversos autores que se dedicaram de alguma forma a esta temática, rapidamente se chega à conclusão que é preciso muito mais do que a simples observação macroscópica para uma tentativa segura de aproximação aos respectivos locais de produção. Uma triagem do ponto de vista formal também não é uma solução fiável, já que praticamente todos os tipos são reproduzidos em diversos pontos do Império. É portanto, a partir desta constatação de factos, que optámos por criar determinados grupos de pastas segundo os mesmos critérios utilizados para a classificação dos restantes materiais cerâmicos deste conjunto, e possível atribuição de um centro produtor, com mais ou menos segurança, que se relaciona directamente com alguns tipos de pastas melhor conhecidos e portanto “identificáveis”, como são por exemplo as produções de Mérida, da Bética e da Península Itálica.

O conhecimento que temos hoje sobre algumas zonas produtoras deste tipo de materiais é manifestamente insuficiente quando se pretende fazer algumas considerações a este nível. É expectável que em função de outro tipo de materiais – *terra sigillata*, ânforas, paredes finas p.e. - aos quais são taxativamente atribuídas determinadas áreas de produção – Península Itálica, Gália, Hispânia e África Proconsular – e devidamente identificados nos centros de consumo se associem também, segundo este quadro geral de importações, as lucernas. Quer isto dizer que a investigação atingiu um nível relativamente seguro no que diz respeito à identificação de lucernas de centros produtores bem conhecidos, no entanto, estaremos sempre perante uma dúvida constante quando lidamos com produções menos(?) comuns. Obviamente que esta dúvida está e estará sempre presente em qualquer tipo de material arqueológico, mas, em relação à lucernas, parece ser bastante mais complicado devido à sua própria cadeia operativa. O alto grau de depuração aplicado no tratamento das argilas – muito mais cuidado de forma a produzir uma parede bastante fina – faz com que a identificação de minerais seja por vezes praticamente impossível através da simples observação macroscópica. Sabemos que nem sempre é fácil, nem possível, submeter à análise química um conjunto considerável de fragmentos que permitam uma abordagem mais segura, que também está longe de ser infalível.

O reverso desta moeda é o facto de que independentemente do seu local de produção, podemos caminhar através de uma evolução tipológica que nos permite datar com alguma segurança cada tipo de lucerna. Em relação à questão cronológica, embora ainda existam algumas propostas divergentes, é hoje possível estabelecer com alguma segurança um leque temporal para a produção das principais tipos, não obstante, determinadas lucernas, principalmente as produzidas local/regionalmente através de sobremoldagem ou fruto de inspiração em tipos canónicos possam ter tido uma existência para além das cronologias clássicas. Será talvez a este nível que este tipo de materiais possam dar o seu maior contributo quando se pretende datar alguns contextos uma vez que a relação entre classificações tipo/cronologias existentes são apesar de tudo fiáveis. As marcas de oleiro também permitem explorar e afinar algumas proveniências e respectivos períodos de laboração, embora não sejam raros os casos em que as cópias e as sobremoldagens reproduzam não só a forma, mas por vezes a marca que pertenceu ao original, o que se traduz em marcas conhecidas e associadas a determinadas áreas de produção sobre lucernas cuja pasta não encontra paralelos nestes centros produtores. Ainda assim, estaremos sempre perante uma cópia que circulou na fase em que foi reproduzida, e mais uma vez, poderemos daí retirar o seu contributo ao nível cronológico.

Ainda assim, as variações formais, por vezes mínimas, têm contribuído para a proliferação de tipologias, cada uma com a sua inegável utilidade, que correspondem sobretudo a estudos de grandes conjuntos depositados em museus ou provenientes de escavações.

*(...) Ce mal nécessaire risque de durer tant que n'auront pas été recensées les centaines de milliers de lampes trouvées ou à découvrir.(...) (BUSSIÉRE, 2000 : p.15)*

É de louvar, portanto, o esforço que alguns autores têm vindo a fazer na tentativa de reunir equivalências entre as várias tabelas produzidas, permitindo desta forma uma linguagem universal mesmo quando se utiliza uma tipologia diferente.

Adoptar uma única tipologia, pelas razões já referidas no início deste capítulo, não poderia cobrir todos os aspectos relacionados com a classificação de cada uma destas lucernas.

### **6.1.2 Pastas das lucernas**

O conjunto analisado permitiu-nos agrupar as 44 lucernas em cinco grandes grupos de pastas que correspondem a outras tantas áreas de produção e respectivos subgrupos.

#### **Pasta L1.1 - Bética**

Pasta pouco depurada e algo suja, dura, muito parecida com as pastas de algumas ânforas do Guadalquivir. É relativamente dura com cerca de 5% de elementos não plásticos onde se distinguem alguns quartzos rolados e sub-rolados, raras micas e óxidos de ferro. A cor oscila entre o bege e o cinzento muito claro no interior

#### **Pasta L1.2 – Bética**

Pasta que partilha algumas características da anterior embora seja em geral bem depurada e muito compacta, pouco dura com cerca 3-5% de elementos não plásticos dos quais se distinguem alguns grãos de quartzo arredondados, rara mica e minúsculos pontos de óxido de ferro. A cor é geralmente clara entre amarelo muito pálido e o cinzento esbranquiçado.

#### **Pasta L1.3 – Bética**

Pasta bem depurada, embora pouco compacta e pouco dura talvez mal cozida. Tem entre 5-10% de elementos não plásticos dos quais se destacam os quartzos leitosos muito rolados. A cor desta pasta é um rosa muito pálido.

#### **Pasta L2.1 - Itálica**

Pasta muito bem depurada e compacta muito suave ao toque, dura, com menos de 5% de elementos não plásticos de pequena dimensão, o que dificulta a sua identificação. A cor é predominantemente bege muito claro, quase branco e pode apresentar um engobe muito fino que oscila entre o castanho claro esverdeado e o laranja.

#### **Pasta L2.2 - Itálica**

Semelhante à anterior, embora menos depurada mas igualmente compacta com cerca de 5% de elementos não plásticos. Destes, destacam-se minúsculos grãos de quartzo rolados, micas

douradas e pequenos elementos negros, não brilhantes (xistos?). A cor é beije claro e a única peça produzida nesta pasta, nº209, apresenta um engobe fino de cor castanha.

### **Pasta L3- Africana**

Pasta muito semelhante à anterior, bem depurada e compacta, dura, com cerca de 3-5% de elementos não plásticos. É muito difícil distinguir algum tipo de mineral apenas os quartzos de minúsculas dimensões. Ausência de mica e dos elementos negros observados

A cor é geralmente beije e todas as lucernas fabricadas nesta pasta apresentam vestígios de engobe castanho muito fino.

### **Pasta L4 – Lusitana**

Pasta depurada, pouco compacta mas dura e rugosa, com grande concentração de elementos não plásticos entre os 10-15%. Distinguem-se os quartzos rolados e subrolados e raras micas.

A cor oscila entre os tons laranja claro e escuro.

### **L5.1 – Mérida**

Pasta muito depurada, compacta e dura, com baixa concentração de elementos não plásticos – menos de 5% - praticamente imperceptíveis e muito difíceis de identificar.

A cor da pasta oscila entre o branco e o cinzento muito claro. Apresenta um engobe muito fino de tons alaranjados.

### **L5.2 - Mérida**

Pasta bem depurada, compacta e pouco dura, muito suave ao toque, com cerca de 5% de elementos não plásticos, dos quais apenas se podem identificar alguns quartzos minúsculos e raras micas. Não apresenta nenhum tipo de engobe e a cor é de um tom beije claro.

### **L6.1 – Indeterminada (Africana?)**

Pasta pouco depurada, muito compacta e muito dura, com mais de 20% de elementos não plásticos dos quais se identificam a olho nú grandes partículas de calcites e minerais negros, não brilhantes. A cor é genericamente rosa muito claro com o cerne acinzentado. Apenas a lucerna nº172-B foi produzida nesta pasta.

## **L6.2 – Indeterminada (Africana?)**

Pasta muito depurada, compacta, pouco dura, com menos de 5% de elementos não plásticos, sendo praticamente impossível distinguir qualquer tipo de mineral. A cor da pasta é beije muito clara e apresenta um engobe muito fino de cor avermelhada. Apenas a lucerna nº223 foi produzida neste tipo de pasta.

### **6.1.3 Motivos decorativos**

Admitindo no entanto que alguns temas tivessem uma preferência sobre outros quando se procedia à deposição de espólio junto do defunto, seria precisamente em contexto funerário que se poderia aferir esta suposta preferência.

A análise iconográfica também deve ser feita com algumas reservas. É um facto que este tipo de decoração revela um quotidiano da época, da cultura, e das próprias crenças. É através da imagem, não só sobre lucernas mas numa grande variedade de suportes que se faz chegar uma mensagem seja ela de índole social, política ou religiosa. No caso das lucernas, certamente presentes em cada lar romano, a iconografia teria ou não uma relação estreita com a função a que se destinava. Parece-me difícil relacionar a produção intencional de uma lucerna com um qualquer tema iconográfico especificamente ligado a uma qualquer ocasião ou função, sendo que a presença de determinados temas num local de consumo serão provavelmente fruto de uma compra ocasional e espontânea e representa mais a imediata necessidade de aquisição do que propriamente a cena nela representada. Sobre este assunto Angél Morillo Cerdán também faz algumas considerações interessantes:

*“ (...) Desde hace ya mucho tiempo há quedado completamente superada la opinión que ponía en relación la elección de una decoración concreta com el uso al que estuviera destinado el ejemplar, hipótesis sugestiva por su misma ingenuidad y, en su momento, muy popular. El critério del taller lucernario es elaborar un producto atractivo y fácil de vender, aunque no cabe duda que el comprador puede escoger, entre una oferta bastante amplia, aquellas representaciones que resulten más de su gusto, selección que puede estar motivada o no por un propósito definido. (AMARÉ, 1987b)(...)” p.165*

Recorrendo ao quadro sistematizado por Bailey (Bailey, 1980: p.88) onde são apresentados cinco temáticas gerais, apenas um – Personagens Históricos- está ausente. Todas as outras representações estão deste modo representadas em vários tipos e em diferentes fases como podemos observar no quadro seguinte.

<b>Tipo</b>	<b>Orla</b>	<b>Disco</b>	<b>Fase</b>
DR/L.20		Ave	1C
DR/L.20		<i>Kantharos</i> (?) Crátera(?)	1B
DR/L.20		Folhas de palma	1C
Loeschcke VIII		Ilegível	2C.2
RioTinto /Aljust.	Pérolas		1B
DR/L.30 A (?)	Pérolas	Vitória alada	2C.3
RioTinto /Aljust.	Radiada		1B
RioTinto /Aljust.	Pérolas		1B
DR/L.28 A	Radiada	Selene	2C.3
DR/L.28 A		Hélios	2C.3
DR/L.11B		Mercúrio	1A
DR/L.20		Leão	2B
DR/L.9C		Musa Erato	1A
DR/L.28 A	Vegetalista	Diana, cão e cerv.	2B
Bussière DIII2		Três máscaras	1B
Indeterminada	Vegetalista		2D(?)
Deneauve VII-B	Radiada		1C
DR/L.28 A	Vegetalista	Vitória em biga?	2A
Indeterminada	Glóbulos	Rosácea	2C.2
RioTinto /Aljust.	Pérolas		1C
DR/L.11B		Rosácea	1A
DR/L.28 A	Videiras	Diónisos	2C.3
RioTinto /Aljust.	Pérolas		2B(?)



DR/L.20		Leão	1C(?)
Bailey O	Óvulos		1A
DR/L.9		Fortuna	1A
Bailey O		Cena erótica	1A

**Quadro 4: Decorações nas lucernas da necrópole.**

Entre as divindades representadas encontramos Diónisos e uma alusão a este culto na representação de um *Kantharos*(?)/Crátera(?), Hélios, Selene, Diana e Mercúrio. A representação de Diónisos ou de temas dionisiacos poderia, se considerarmos válida a intencionalidade na escolha de um repertório iconográfico, estar ligado ao seu simbolismo como próprio deus da Morte. Na iconografia grega é Diónisos que espera o defunto no submundo com um *Kantharos* para beber vinho, também um símbolo da imortalidade. A presença de temas dionisiacos em contextos funerários poderá estar directamente relacionados com o renascimento e a imortalidade da alma.

Mercúrio é também associado à viagem do defunto nesse submundo desconhecido que se situa nos antípodas da realidade conhecida em vida. Esta derradeira viagem está bem representada em um desenho de uma lucerna de M.Witteyer e P.Fasold (1995) (*apud in* DESIDERIO VAQUERIZO, 2001: p.47) onde Mercúrio parece cumprir a sua missão de acompanhar o defunto até à barca de Caronte.

No entanto, esta abordagem parece-me um pouco frágil na medida em que estará sempre presente a dúvida sobre a escolha de uma lucerna de acordo com o tema representado.

#### **6.1.4 Análise dos tipos de lucernas**

##### **Dressel Lamboglia 20**

Este tipo caracteriza-se essencialmente pelo seu corpo circular, bico redondo por vezes delimitado do disco através de uma linha horizontal com dois pontos incisos na extremidade

desta linha. O disco pode ter uma ou duas molduras e é frequentemente decorado. Nas lucernas da necrópole da Caldeira, apenas três das oito registadas não ostentam qualquer decoração.

Este tipo de lucernas encontra-se entre os tipos mais antigos das lucernas de disco, originalmente produzidas no centro de Itália provavelmente fruto de uma evolução do tipo anteriormente referido: Bailey O (vide *supra*), e difundem-se largamente por todo o Mediterrâneo Ocidental (MORILLO CERDÁN, 1999: 117). De acordo com Pavolini, em um segundo momento surgem algumas sucursais na África Proconsular, que cuja distinção dos originais itálicos se torna muito difícil de fazer (*Apud in* MORILLO CERDÁN, 1999: 117).

É precisamente sobre esta dúvida que residem algumas dificuldades na atribuição de locais de produção do conjunto aqui estudado. Do total de oito lucernas do tipo Dressel 20 que representam **18%** do total, seis delas ostentam marca de oleiro, que se dividem de igual forma (três) entre a marca CIVNALEX (Est.XVI-C “B”, Est. XVI-D “C” e Est.XVI-E “D”) e CIVNDRA (Est.XVI-F “E”, Est.XVIII, nº100 e Est. XLIII, nº209). Estas correspondem respectivamente aos oleiros C.IVN(I) ALE(XANDER) e C.IVN(IVS) DRAC(O) cuja actividade está situada por Bailey na *África Proconsularis* (*apud in* BUSSIÉRE, 2000: p.144) entre os anos 120-180 para o primeiro, e 120-200 para o segundo.

As lucernas nºs “B”, “C” e “D” de pasta L3 com engobe castanho e de grande qualidade parecem corresponder a uma produção Africana. Ainda a este propósito tive a oportunidade de trocar algumas impressões com Michel Bonifay sobre as lucernas do seu tipo 4 (=Deneauve VII) de Pupput (BONIFAY, 2004: p.317). Aparentemente o tipo de engobe acastanhado e fino das lucernas do tipo Dressel 20 com marca CIVNALEX da necrópole da Caldeira parece ser semelhante ao das lucernas de Pupput (BONIFAY, 2004: p.318, nº3) às quais o autor atribui sem reservas uma produção africana.

Quanto à segunda marca, CIVNDRA, Bailey também lhe atribui uma localização Africana, embora uma das lucernas do nosso estudo (nº209), proveniente de um contexto de difícil interpretação, (ver *supra* Sepultura 5) tenha um tipo de pasta diferente das suas congéneres Africanas, sobretudo pela presença na superfície e aparentemente no interior da pasta de

micas douradas. Michel Bonifay (2004: p.321) reconhece que estas pastas micáceas podem corresponder a uma produção itálica, embora as marcas tipicamente itálicas sejam impressas em relevo, ao contrário do que sucede na nossa lucerna:

“ (...) *En mettant de côté les productions italiques, bien connues depuis la seconde moitié du Ier s., auxquels appartiennent peut-être quelques exemplaires à pâte micacée, timbrés CIVNDRACO en relief (1), la lampe de type Deneauve VII –sous-type 1 constitue, en Afrique, la forme «standard» (BUSSIÈRE 2000, 96) du IIe siècle.*”.

Esta lucerna ostenta um leão à esquerda, num estilo iconográfico muito parecido com o nº Q952 de Bailey no seu trabalho sobre lucernas Itálicas da colecção do British Museum (1980: p.72). É provável que esta lucerna seja a única entre este grupo de proveniência centro-itálica, correspondendo portanto à fase 1 de Salomonson (=Variante A de Bonifay) (vide *infra*) (*apud in* BONIFAY, 2004: p.317), onde a qualidade do molde e incisão das marcas é sobejamente superior ao da fase seguinte.

Quanto às duas restantes com marca CIVNDRA, Est. XVI-F, “E”, decorada com um *Kantharos*(?) no disco poderia corresponder, com muitas reservas, à fase 2 de Salomonson (Variante B de Bonifay) (*vide infra*) (*idem*, p.317), caracterizadas pela fraca nitidez da decoração e pela quase ilegibilidade da marca, mas na verdade esta lucerna de pasta L5.2 parece ser uma sobremoldagem produzida em Mérida e o facto de conviver com produções da primeira metade do séc. I d.C. poderá afastá-la desta fase 2 da produção de lucernas africanas.

A lucerna nº 100, com decoração de duas palmas verticais no disco, apresenta também a marca CIVNDRA, embora o “N” se encontre em retro. Sobre esta particularidade Balil propõe tratar-se de uma produção bética (*apud* MORAIS, 2004: p.340) o que neste caso, coincide com as características gerais da pasta em que foi produzida, L1.1.

A lucerna nº115 (Est.XXI) também de pasta L1.1, bética, ostenta uma decoração no disco com a representação de uma ave em cima de ramos Já a nº162 de pasta L4, provavelmente a única deste tipo produzida em âmbito local/regional apresenta um leão á direita. Nenhuma

destas duas lucernas apresenta marca de oleiro. Esta última parece tratar-se de uma das últimas produções deste tipo, na medida em que apresenta uma qualidade muito inferior às anteriores, tratando-se com grande probabilidade de uma sobremoldagem.

Todas as lucernas deste tipo foram recolhidas em contextos a partir da **Fase 1B** e a última que acima referimos provém de uma inumação da sepultura 3B ( **Fase 2B** ), o que significa que este conjunto compreende uma cronologia que vai desde os finais do séc. I até à primeira metade do séc. III, com maior incidência em contextos do séc. II d.C.

Sobre a cronologia para este tipo, Bonifay sugere três momentos de produção Africana para estas lucernas com base na documentação de Pupput (BONIFAY,2004: 317)

**Variante A** (=Salomonson fase 1): orla lisa, decoradas com incisão profunda, fundo com impressão bem definida marcas CIVNDRAC; CIVNALEX; AVFFRON; MNOVIVSTI  
Datação proposta: 1ªmetade- meados do séc. II d.C.

**Variante B** (=Salomonson fase2): sobremoldagem da variante A, marcas pouco legíveis, orla decorada com óvulos e círculos, frequentes os discos não decorados. 2ªmetade do séc. II d.C.

**Variante C**: fim do séc. II – primeiro quartel do séc. III.

**Bailey O** (=Dressel 17,18,19,24 e 27; Deneauve VII A e D)

Este tipo está representado por três lucernas, todas provenientes do Cinzeiro I, das quais apenas nos foi possível ilustrar uma (Est.III, nº5)

Segundo Bailey, são maioritariamente da segunda metade do séc. I d.C. e caracterizam-se por uma forma muito simples e funcional com um corpo circular, com uma orla arredondada e um disco circular rebaixado, com um bico redondo e curto. Podem também apresentar uma asa, mas os exemplares mais antigos não partilham esta característica, como é o caso da lucerna nº5 que se encaixa no grupo (i) deste tipo O de Bailey. Esta lucerna está decorada com uma cena erótica que encontra paralelos também na obra deste autor no nº Q828 (BAILEY, 1980: estampa 7) embora neste caso se trate de uma lucerna de volutas do tipo

Dressel 9C. A datação proposta ronda os meados do séc. I, e segundo o autor, não deverá ultrapassar o reinado de Vespasiano. A outra lucerna deste tipo, é passível de ser atribuída ao grupo (v). Embora se encontre em mau estado de conservação, é possível reconhecer uma decoração de pequenos óvulos na orla e teria muito provavelmente uma asa, hoje inexistente (não ilustrada). A este grupo é atribuída uma datação entre os Flávios e o início do reinado de Trajano. Uma terceira lucerna passível de ser integrada neste grupo (v) do tipo O de Bailey (não ilustrada), provavelmente de produção local/regional com uma qualidade muito inferior às duas acima referidas e provavelmente obtida através de sobremoldagem.

Resta ainda dizer que estas três lucernas convivem no mesmo contexto cronológico com outras lucernas do tipo Dressel 9C (Est.II, nº3) e serão provavelmente um dos conjuntos itálicos mais antigos em contexto funerário da necrópole da Caldeira.

Será a partir deste tipo O de Bailey que as lucernas Dressel 20 (=Bailey tipo P) vão buscar inspiração, dominando grande parte do mercado e atingindo grande popularidade em praticamente todo o Império Romano (BAILEY, 1980: 293).

### **Rio Tinto / Aljustrel**

As chamadas lucernas “mineiras” pela sua presença em torno de necrópoles ou povoados mineiros, ou de Rio Tinto /Aljustrel (ALARCÃO, 1966: p. 26), assumem-se como a maioria deste conjunto, com 12 exemplares o que se traduz em **28%**. São lucernas de corpo circular e tendência piriforme, com disco ligeiramente côncavo sem decoração onde normalmente se encontra ao centro o orifício de alimentação (MORILLO CERDAN, 1999: p. 104).

O seu âmbito cronológico é vasto e as tentativas de López Rodríguez em relacionar a presença de decoração nos exemplares mais antigos perdendo-a progressivamente até à ausência total de decoração assim como das volutas nas produções mais tardias (*apud in* MORILLO CERDAN, 1999: p.105) parece não ter consistência como assinala Morillo Cerdan (1999: p. 105). Teremos oportunidade de analisar esta proposta mais à frente com o conjunto aqui apresentado.

Onze das doze lucernas ( cinco passíveis de serem desenhadas e ilustradas) deste tipo surgem-nos em contextos mais antigos da Fase 1 (Anexo 1, Fase 1) e correspondem a uma produção em pasta L1.2 (Est.IX, nº61, Est.X, 62, Est.XI, nº63, Est.XVII, nº96), e apenas duas delas, à pasta L1.1 (Est.XXVI, nº146). Esta última apresenta decoração perolada na orla, com volutas bem demarcadas e surge na inumação da sepultura 9 inferior (vide *supra*). A datação deste contexto não deverá ser anterior ao séc. II, e poderá estender-se ao início do séc. III d.C. pelo que estaremos perante o exemplar mais tardio deste tipo, curiosamente um dos que apresenta melhor qualidade de execução.

As lucernas nºs 63 e 146 apresentam vestígios de marca de oleiro, a primeira parece conservar C[...]O e a segunda D(.)C.

#### **Dressel / Lamboglia 9 (Loeschcke I)**

Estas lucernas caracterizam-se pelo seu *rostrum* triangular bem definido, flanqueado por volutas (MORILLO CERDAN, 1999: p. 71) e disco geralmente decorado. Loeschcke estabeleceu três variantes em função da largura da volutas em relação à largura do bico, sendo que o único exemplar inteiro deste conjunto (Est.II, nº3) se pode genericamente classificar como o tipo Loeschcke IC com a largura do bico ligeiramente maior que as volutas, datado por este autor entre o reinado de Nero e Vespasiano (*apud* MORILLO CERDAN, 1999: p. 71). Esta lucerna, de pasta L2.1, produzida na área centro-italica, apresenta no fundo uma marca *in planta pedis* anepígrafa e apresenta no disco a decoração da musa Erato tocando lira e é proveniente de um contexto não identificado junto da sepultura 40 (vide *supra*). Dos outros dois fragmentos, ambos provenientes do Cinzeiro I (vide *supra*) não é possível incluí-los com segurança em nenhum destes subtipos devido ao seu estado de conservação, mas podemos afirmar com certeza que se tratam de exemplares do tipo Dressel Lamboglia 9 (=Loeschcke I) , não ilustrados.

Ambos os contextos onde estas peças foram recolhidas correspondem à Fase 1A, datada entre meados do séc. I d.C. e o 3º quartel do mesmo século.

### **Deneauve V-G**

Este tipo, representado por um único exemplar (Est.I, nº1) proveniente do Cinzeiro B, caracteriza-se por um corpo arredondado, bico em forma de ogiva e sobretudo pelas duas aletas laterais com os extremos apontados e a parte central arredondada (MORILLO CERDAN, 1999: p. 97). A cronologia deste tipo está bem atestada em diversos níveis do séc. I d.C., situando-se o início da sua produção em torno do reinado de Tibério, segundo Szentleky com os dados do acampamento de Haltern (*apud* MORILLO CERDAN, 1999: p.97) e parece continuar durante todo o séc. I d.C.(DENEAUVE, 1969: p. 158). Bailey sugere uma produção itálica para este tipo (BAILEY, 1980: p.233), no entanto o nosso exemplar, de pasta L5.1, parece assemelhar-se às produções típicas de Mérida.

### **Dressel Lamboglia 28 A**

Este tipo, representado por cinco exemplares (Est.XXV, nº142, Est.XXIX, nº159, Est. XL, nº204, Est.XLI, nº205 e Est. XLV, nº212) que representam **10%** do conjunto, caracteriza-se sobretudo por um corpo circular, orla inclinada para o exterior frequentemente decorada com motivos vegetalistas. O bico liga-se ao corpo através de duas linhas curvilíneas que se assemelham no topo a um coração estilizado (MORILLO CERDAN, 1999: p. 119).

O nº 142 de pasta L1.3, apresenta uma decoração no disco com uma figura muito desgastada, mas que parece corresponder à representação de uma Vitória numa biga(?). A orla ainda conserva os vestígios de decoração vegetalista. O nº 159, de pasta L1.1 (?) apresenta também decoração no disco, neste caso a deusa Diana, à direita com o arco, um cão e cervídeo em segundo plano. Também a orla desta lucerna ostenta decoração bem definida com cachos de uvas. No fundo é ainda possível identificar a marca de oleiro AV.

O nº 204, de pasta L1.1, está profusamente decorada na orla com videiras e cachos de uvas, e o disco apresenta a representação de Diónisos estilizado e pouco realista. Junto ao bico, são visíveis três pontos em relevo, e duas cruzes dentro de círculos.

O nº205, de pasta L1.1, apresenta a orla radiada, obtida por linhas rectas em relevo e no disco é possível observar uma representação antropomórfica. No catálogo das Religiões da

Lusitânia, Nolen (2002) sugere que esta figura represente Selene, com o crescente lunar em segundo plano.

O nº205, de pasta L5.2, foi sem dúvida produzida em Mérida, comprovada pela marca que ostenta GES sobre palma, correspondente a um oleiro da área de Villafranca de los Barros (RODRIGUEZ MARTIN, 2002). Trata-se de uma lucerna de grandes dimensões, com asa de fita canelada, e apresenta a figura de Hélios no disco.

Todas estas lucernas foram recolhidas em contextos compreendidos entre as Fases 2A e 2C a que corresponde uma cronologia entre os finais do séc. II e inícios do séc. IV d.C.

### **Dressel Lamboglia 11 (=Loeschcke IV)**

Trata-se de uma lucerna de volutas de bico em ogiva que pode ou não apresentar asa. Encontra-se representada por dois exemplares, ambos da Fase 1A (Est.IV, nº10 e Est.V, nº24). O primeiro, sem asa, proveniente da sepultura 80 (vide *supra*) foi produzida em pasta L5.1, e apresenta decoração de Mercúrio no disco.

O outro exemplar, nº24, proveniente da sepultura 105 (vide *supra*) com asa, apresenta uma decoração no disco, formada por oito pétalas estilizadas, formando uma rosácea que ocupa todo a área do disco. Foi produzida na pasta, L2.1, de proveniência itálica como aliás é comprovada pela marca que apresenta no fundo, que corresponde a um oleiro desta área: C. OPPI(VS) RES(TITVTVS). Bailey data este oleiro entre os reinados de Domiciano e Trajano o que se adequa à nossa proposta de incluir este contexto na Fase 1-A que se situa entre os meados do séc. I até ao 3º quartel do séc. I d.C.

### **Deneauve VII- tipo 6**

Este tipo encontra-se representado por um único exemplar, trata-se do nº 130 (Est.XXIII) e para além da tipologia deste autor, pode ainda integrar-se no tipo DX2 de Bussiére (BUSSIÈRE, 2000: p. 28 e 29) datada por este entre os meados do séc. II d.C. e o primeiro quartel do séc. III d.C.. Foi produzida em pasta L3, provavelmente Africana, e caracteriza-se sobretudo pelo corpo circular de grandes dimensões, orla radiada e umbigo central. No fundo



é ainda visível o vestígio de uma marca EX OF [...], infelizmente incompleta. Faz parte do espólio da sepultura 37 da Fase 1C datada da segunda metade do séc. II, início do séc. III d.C.

### **Loeschcke VIII?**

Duas lucernas provenientes das sepulturas 41 e 24 (Est.XXXIV, nº173 e Est. XXXIX, nº186), ambas da Fase 2C, são claramente duas produções locais em pasta L4, obtidas por sobremoldagem. Não é fácil atribuir um tipo a estas duas peças, no entanto parece-nos integrar-se neste tipo VIII, caracterizadas por um corpo circular compacto, com bico apontado (MORILLO CERDAN, 1999: p.124 e 125). Ambas as lucernas aqui apresentadas podem ser datadas entre a segunda metade do séc. III e início do séc. IV d.C.

### **Dressel Lamboglia 30-A?**

Outra das lucernas cujo tipo nos oferece algumas dúvidas é a nº206 (Est.XLI) proveniente da sepultura 22, da Fase 2C.3. Este tipo caracteriza-se por um corpo circular com orla larga e inclinada para o exterior e frequentemente decorada com uma ou mais linhas de pérolas ou glóbulos. O exemplar aqui apresentado trata-se provavelmente de uma sobremoldagem produzido em pasta L4. A qualidade é fraca e rude, e a decoração está muito esbatida, quer na orla (pérolas) quer no disco (Vitória alada à direita). Pelas características gerais desta peça, assim como da cronologia em que se insere, finais do séc. III - inícios do séc. IV d.C., parece-nos aceitável inclui-la neste tipo, embora com algumas reservas.

### **Bussière DIII-2**

Optámos por classificar a nossa lucerna “A” (Est.XVI-B) produzida em Mérida, pasta L5.2, com base na tipologia de Bussière por nos parecer que se ajustava melhor às características formais e decorativas do nosso exemplar. Esta peça, de corpo circular de grandes dimensões, apresenta dois apêndices na orla e uma decoração de três máscaras teatrais, impossível de distinguir. A produção parece ter sido obtida por sobremoldagem, o que explica o aspecto rude e pouco cuidado que apresenta. O autor situa este tipo entre os finais dos Flávios e os Antoninos (BUSSIÈRE, 2000: p.28 e 29). Esta lucerna provém da sepultura 101-A da Fase

1B datada entre os finais do séc. I e meados do séc. II d.C., onde convive com outras lucernas do tipo Dressel Lamboglia 20.

### **Indeterminadas**

Apesar das várias tipologias existentes, existe ainda um grupo de cinco lucernas provenientes da necrópole da Caldeira que oferecem alguns problemas quanto à sua tipificação. Começando talvez pela lucerna mais atípica que encontramos neste conjunto (Est.XIX, nº101) produzida na mesma pasta que a cerâmica comum do tipo A2, provavelmente de um centro oleiro sadino, deparamo-nos com uma morfologia muito diferente das habituais lucernas. O corpo é largo e alto, tem um bico elevado abaixo da altura máxima do reservatório, e apresenta uma asa de fita. O reservatório é aberto e estreita ligeiramente em direcção à sua altura máxima. As características desta peça levaram-nos a colocar a hipótese de não se tratar de uma lucerna, mas de um recipiente para servir líquidos. No entanto, as marcas de utilização junto ao bico e na parede do reservatório junto a este permitem para já considerar a sua classificação como lucerna. Esta peça provém da sepultura 14, da Fase 1C datada entre a segunda metade do séc. II e o início do séc. III d.C.

### **Nº223 (Est. XLVIII)**

Lucerna de canal de pasta L6.1, de pequenas dimensões, com orla decorada com elementos vegetalistas, disco com concavidade muito pronunciada e asa perfurada. Parece-nos uma forma evolucionada do tipo Dressel Lamboglia 28 das quais partilha a típica decoração vegetalista na orla, embora o corpo e a existência de um canal se aproxime muito mais das formas mais tardias das lucernas africanas de pequenas dimensões do tipo Atlante VIII. Esta lucerna provém da sepultura 51, da Fase 2D e a sua datação (séc. IV-V d.C:) parece confirmar a aproximação às lucernas tardias africanas.

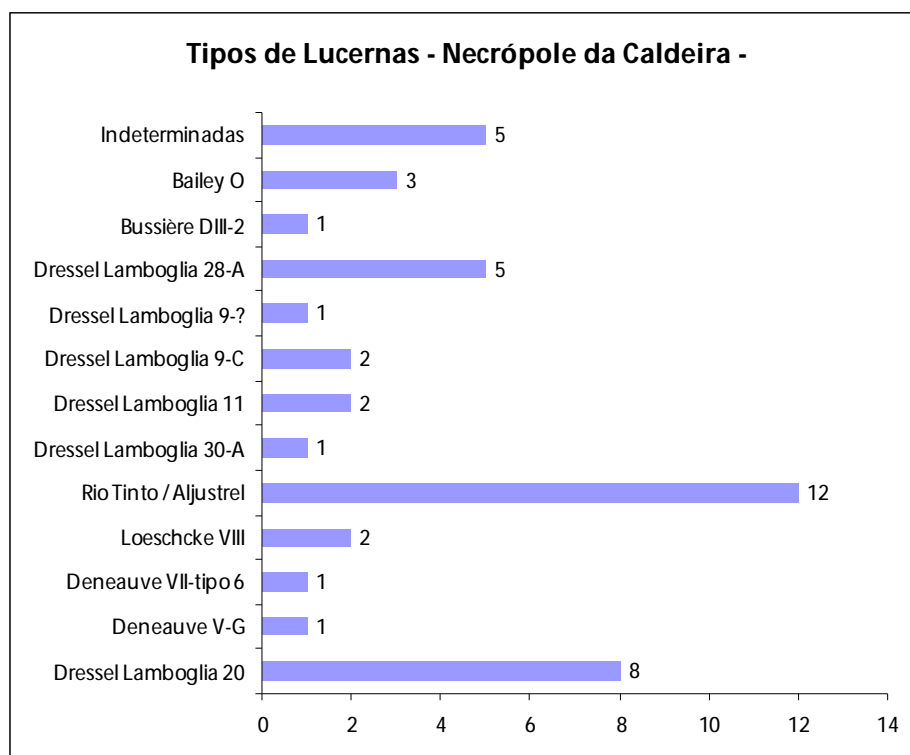
### **Nº172-B (Est.XXXIII)**

Outra das lucernas de canal sem classificação dentro das tipologias conhecidas é o nº172-B do nosso catálogo. A pasta, L6.2, é muito dura e pouco depurada, sendo visíveis a olho nú

grandes partículas de calcites e minerais negros não brilhantes. O corpo desta lucerna parece acompanhar a decoração que ostenta na orla, glóbulos ovóides, que confere ao corpo desta lucerna um aspecto ondulado. Apresenta decoração no disco constituída por várias pétalas estilizadas que são interrompidas pela presença de um canal que se desenvolve até ao bico que se encontra fragmentado. É possível observar que esta lucerna teve uma asa, hoje inexistente. Esta lucerna provém da sepultura 19, da Fase 2C.2, datável entre a segunda metade do séc. III e início do séc. IV d.C. Á semelhança da anterior, parece-nos um tipo que se aproxima das lucernas de canal africanas tardias.

**Nºs 73 (Est.XIII) e nº158 (Est.XXVIII)**

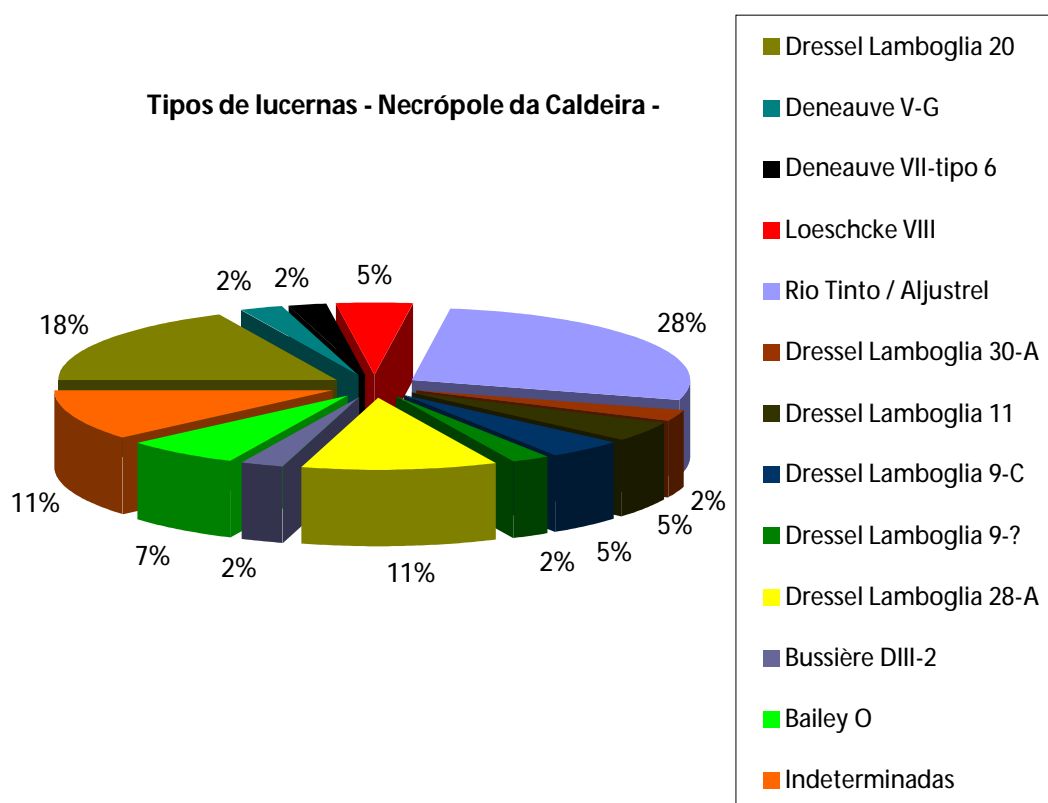
As duas lucernas aqui apresentadas caracterizam-se pela sua reduzida dimensão, assemelhando-se quase a miniaturas de lucernas. São ambas produzidas em pasta L3(?), embora provenientes de contextos diferentes. A primeira, nº73 faz parte do espólio da sepultura 47 da Fase 1B de finais do séc. I, início do séc. II d.C. e a segunda provém da sepultura 36 da Fase 2B situada na primeira metade do séc. III d.C.



**Quadro 5- tipos de lucernas da necrópole da Caldeira**

Em suma, existem uma série de variáveis que aconselham grande precaução no que concerne à abordagem ao estudo das lucernas da necrópole. A grande e inequívoca vantagem que este conjunto tem em relação a muitos outros já apresentados, é que a grande maioria das lucernas aqui apresentadas têm um contexto seguro, na maior parte das vezes com outros materiais associados, o que permite não só aferir a validade das propostas existentes como provavelmente trazer alguns dados novos.

Apesar de diversos tipos de culto e até mesmo de rituais funerários, a lucerna está quase sempre presente em praticamente todas as fases de enterramento desta necrópole. O seu carácter simbólico está directamente ligado à sua função prática, ou seja, a produção de luz e é esta simbologia que está associada, por oposição, ao triunfo do homem sobre as trevas e o desconhecido.



**Quadro 6 - Percentagem por tipos de lucernas.**

## 6.2 As ânforas

As ânforas aqui apresentadas correspondem aos indivíduos localizados nas reservas do MNA a àqueles que conseguimos identificar pela descrição dos cadernos de campo, ou pela observação das fotografias. Os enterramentos em ânfora são normalmente associados a uma tradição funerária Africana, quer se trate de enterramentos infantis ou de adultos (CORRADO, 2003). Pelas descrições dos cadernos de campo, aparentemente todos os enterramentos em ânfora identificados parecem corresponder a enterramentos exclusivamente infantis. A análise das fotografias não parece contradizer esta hipótese.

Do total das 111 inumações identificadas ao longo deste trabalho, vinte e sete correspondem a enterramentos em ânfora e um eventual, mas não confirmado, enterramento em *dolium*, e um ânfora utilizada para localizar os limites de uma sepultura (vide *infra*). Este número traduz-se em 25% do total dos enterramentos.

Dos tipos passíveis de identificação segura, onze correspondem a ânforas do tipo Keay LXXVIII, um do tipo Africana IID, um tipo Almagro 50, dois do tipo Almagro 51-a/b e três do tipo Almagro 51C, duas delas da variante alongada a outra impossível precisar.

### 6.2.2 Pastas das ânforas

Identificámos quatro grupos de pastas recorrendo à observação macroscópica e com lupa de 16x aumentos, que passamos a descrever:

#### ANF-1

Pasta depurada, compacta, com 15-20% de elementos não plásticos dos quais se identificam quartzos e feldspatos de calibre muito fino, fino e médio, rolados e subrolados, micas raras, pequenos grãos negros não brilhantes e óxidos de ferro. A cor é um laranja muito vivo na pasta e na superfície. Esta pasta é muito semelhante ao nosso grupo A1 de cerâmica comum.

### **ANF-2**

Pasta pouco depurada, compacta e dura com 20-25% de elementos não plásticos dos quais se destaca uma grande quantidade de quartzos muito rolados, alguns feldspatos, calcites e micas. O grão é sobretudo médio com elementos maioritariamente rolados e subrolados. A cor oscila entre o laranja vivo e um tom ligeiramente mais escuro.

### **ANF-3**

Pasta pouco depurada, compacta e muito dura com 25-30% de elementos não plásticos que se dividem por quartzos e feldspatos, calcites e micas. O calibre é geralmente médio e fino, rolado e subrolado. Esta pasta distingue-se da anterior sobretudo pela maior quantidade de micas e pela concentração de calcites. A cor oscila entre o laranja escuro e o castanho.

### **ANF-4 - Bética**

Pasta pouco depurada, compacta e muito dura com 15-20% de elementos não plásticos, onde se identificam quartzos e feldspatos, raras micas e minerais cinzentos/negros não brilhantes (xistos?) e calcites. O calibre é geralmente fino e médio e encontram-se rolados, sub-rolados e alguns, raros, angulosos. A cor oscila entre o branco amarelado e o amarelo pálido.

Com excepção das ânforas do tipo Almagro 51-a/b n.ºs 228 e 229, de produção bética, todas as restantes ânforas deste conjunto correspondem a produções lusitanas, localizadas com grande probabilidade no vale do Sado.

## **6.2.3 Análise dos tipos de ânforas**

### **Keay LXXVIII (=Cardoso 91; Diogo 8; Sado 1A e B)**

Este tipo representa 41% do total de ânforas, distribuindo-se pelas sepulturas 19 (Anexo 1, fig.67) ; 25-A (Anexo 1, fig.103); 58 de pasta ANF-3 (Anexo 1, fig.78) (Est. XXXVI, n.º176); 61-A de pasta ANF-3 (Anexo 1, fig.75); 65 de pasta ANF-3 (Anexo 1, fig.90) (Est.XLVI, n.º216); 72 de pasta ANF-3 (Anexo 1, fig.76) (Est. XXXV, n.º175); 56-A de pasta ANF-3 (Anexo 1, fig.73) (Est. XXXV, n.º174); 103 sem registo fotográfico de pasta ANF-1 (Est. XXXVII, n.º178); 89 de pasta ANF-1 (Anexo 1, fig.79) (Est. XXXVI, n.º177) e 3 de pasta

ANF-3 (Est. XXXVII, nº179). Estas sepulturas situam-se na nossa Fase 2C.2, datada a partir da segunda metade do séc. III até ao início do séc. IV d.C.

Este tipo de ânfora, identificado pela primeira vez por Guilherme Cardoso é pouco conhecido nos registos arqueológicos, e encontra-se ainda mal tipificado. Na monografia do centro oleiro do Pinheiro, os autores identificaram duas variantes de um tipo que designaram por Sado 1 (MAYET e SILVA, 1998: p.150).

A **variante A**, do qual não se conhece nenhum exemplar completo, apresenta um bordo oblíquo com pequeno lábio, colo estrangulado e asas de perfil ovalado, recolhidas em um depósito do séc. III d.C. (*idem*: p.151).

A **variante B** apresenta um bordo direito, sem lábio, de perfil “almofadado”, usando a terminologia dos próprios na publicação sobre o centro oleiro de Abul onde é repetida a informação sobre este tipo (MAYET e SILVA, 2002: p.175).

Ambas as variantes apresentam um fundo maciço de perfil moldurado e oco. Este tipo de fundos é apresentado ao longo das monografias dedicadas às ânforas sadinas em depósitos dos sécs. III , IV e primeira metade do séc.V d.C.

Quanto à cronologia sugerida, situam a variante A no séc. III d.C. e a variante B durante o séc. IV-V d.C.

É interessante notar que a variante A do tipo Sado 1 se aproxima mais à forma Almagro 50, cuja identificação também ofereceu algumas dúvidas aos autores, que as confundiram numa primeira fase com o tipo Almagro 50 (MAYET e SILVA, 1998: p.150). Quanto ao tipo B, reconhecem que corresponde à ânfora da Keay LXXVIII (=Cardoso 91; Diogo 8; Sado 1B).

A variante B está bem tipificada neste conjunto e confirma-se que se trata de uma ânfora de grandes dimensões, de corpo cilíndrico, bordo curto e destacado, formando uma moldura pouco pronunciada de perfil elipsoidal com asas curtas e encurvadas. O fundo é maciço e apresenta vários tipos de perfis, que podem corresponder ao “típico” moldurado, ou apenas

apontado. Apenas a variante B, bem caracterizada pelos autores, corresponde, de facto à forma publicada pelo investigador inglês (KEAY, 1984: p.369, fig. 172 nºs 3-4).

Quanto à variante A do tipo Sado 1, apenas se encontra representado, embora com algumas reservas, por um exemplar (Est. XXXVI, nº176) do conjunto anfórico da necrópole da Caldeira. Esta dúvida na atribuição a este tipo prende-se sobretudo com o perfil do bordo, que apresenta o perfil mais próximo da variante B, embora o estrangulamento do colo se assemelhe de facto à variante A.

Para além da forma típica Keay LXXVIII, e da forma Sado 1A, identificámos uma ânfora de características um pouco diferentes das restantes. Durante o desenho da peça nº216 (Est.XLVI) , um enterramento em ânfora da sepultura 65, encontrámos a parte superior de uma ânfora que se integra sem dificuldades no tipo Keay 78, mas que colava com um fragmento de corpo e fundo que à primeira vista se aproximaria à forma Almagro 51C, variante alongada. Esta colagem, sobre a qual não restam quaisquer dúvidas, permitiu a identificação de uma variante do tipo Keay LXXVIII que até agora permanecia inédito, sobretudo pelas características que geralmente se reconheciam neste tipo. Esta situação vem lançar alguma confusão, sobretudo na identificação de fragmentos que à partida podem ser integrados no conjunto das Almagro 51C mais tardias, com corpo estreito e alongado e fundo apontado. Para já, não existem dados suficientes para tecer qualquer proposta sobre a evolução para, ou a partir, deste tipo.

A produção deste tipo corresponde a um momento em que surgem novas formas, distintas das anteriores. Esta forma em particular, parece ter algumas afinidades com as produções Norte Africanas, com uma espessura de parede mais fina, quebrando a tradição que se verificava nas produções anteriores, quiçá fruto da chegada de oleiros originários daquela área (FABIÃO, 2008: p. 738).

### **Almagro 51C, variante C**

Este tipo está representado por três exemplares em enterramentos em ânfora na necrópole, nas sepulturas 56 (Anexo x, nº92) não localizada, sepultura 67 de pasta ANF-3 (Est.



Est.XLIX, nº227) sem registo fotográfico e na sepultura 85 de pasta ANF-3 (Est. Est.XLVII, nº217) sem registo da fase de escavação e um exemplar utilizado para sinalizar o limite da sepultura 59, não ilustrada. Este conjunto representa 11% do total de enterramentos em ânfora. O fragmento anterior não foi contabilizado como enterramento em ânfora, porque efectivamente serviu apenas para sinalizar o limite de uma sepultura.

O tipo Almagro 51c, variante C (MAYET e SILVA, 1998: p. 202 e 203) distingue-se das variantes A e B do mesmo tipo sobretudo pela forma do corpo, fusiforme, de fundo cónico. As asas são ligeiramente mais altas, de perfil ovalado e o bordo apresenta um perfil triangular.

Esta produção, que se encontra atestada no forno 5 do centro oleiro do Pinheiro deve situar-se na última fase de produção das olarias sadinas, desde os inícios do séc. IV, até meados do séc. V d.C. (MAYET e SILVA, 1998: p. 207)

### **Almagro 50 (=Diogo 5)**

Este tipo conta apenas com um exemplar no total e encontrou-se no enterramento nº 42 (Anexo 1, fig.72) (Est. XXXIV.B). É uma ânfora de pasta ANF-2 que se caracteriza por um corpo cilíndrico de diâmetro reduzido, colo curto, bordo amendoado ou de secção triangular, asas curtas e estreitas de perfil ovalado (MAYET e SILVA, 1998: p.148).

A cronologia proposta por Mayet e Silva situa esta produção entre os sécs. III e IV com base nos dados de Abul D, onde foi recolhido um exemplar inteiro (1998: p.149).

### **Almagro 51 a/b**

Este tipo está representado em dois enterramentos traduzindo-se em 7% do total do conjunto. Trata-se das sepulturas 1-A (Anexo 1, fig.139) (Est. XLIX, nº228) e sepultura 68 (Anexo 1, fig.140) (Est. L, nº229). Correspondem ambas ao nosso grupo ANF-4, de provável produção bética.

A primeira caracteriza-se por um corpo largo de forma ovóide, de bordo alto e vertical, com um ressalto no interior e uma pequena carena no exterior que se traduz numa linha de separação deste com o colo. As asas são curtas, de perfil circular. Este exemplar não conserva o fundo.

A segunda apresenta genericamente o mesmo tipo de bordo e asas, mas o corpo é menos largo, fusiforme, estreitando em direcção ao fundo. Este é maciço e alto, terminando com um ligeiro ressalto.

### **Africana II D**

Esta ânfora foi utilizada na sepultura 17-A, e apenas contamos com o seu registo fotográfico (Anexo 1, fig.66). Esta peça, anteriormente publicada por Manuel Maia (MAIA, 1975 :p.156) mas não localizada nas reservas do MNA. Transcrevemos a descrição deste autor:

*“(...)Exemplar inteiro mas com abertura praticada no corpo para se reutilizada como sepultura. Pasta-Vermelha alaranjada viva, de grão fino, muito depurada, com fendas e bolhas de ar. É muito porosa. Engobe-Amarelo-esverdeado, bastante espesso.*

*No colo apresenta um grafito : + (...)”*

Este tipo caracteriza-se por um corpo largo e cilíndrico, de fundo maciço, típico das produções africanas e situa-se entre os meados do séc. III e o primeiro terço do séc. IV (BONIFAY, 2004: p.117).

As sepulturas 102, 87 e 104 estão descritas nos cadernos de campo como sendo enterramentos em ânfora, mas não foi possível identificar nenhum objecto nem registo fotográfico no MNA.

Embora com a cautela que este tipo de dados implica, podemos afirmar que os primeiros enterramentos em ânfora ocorrem a partir da segunda metade do séc. III, e perduram pelo menos até ao início do séc. IV. O que corresponde genericamente à nossa Fase 2C.2. Pelas

descrições dos cadernos de campo, aparentemente todos os enterramentos em ânfora reportam-se a indivíduos infanto-juvenis, mas esta informação carece de confirmação.

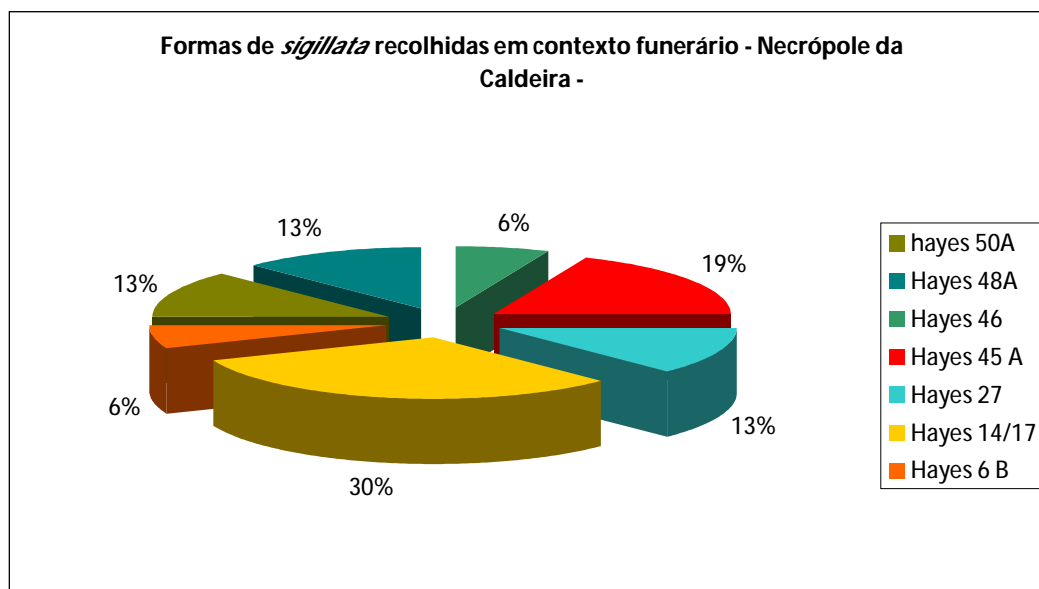
## **6.3 A terra sigillata**

### **6.3.2 A terra sigillata recolhida em contexto funerário**

A análise da *sigillata* presente em contextos funerários bem definidos representa apenas uma pequena amostra da realidade das importações deste tipo de cerâmica, quer na totalidade do sítio em geral, quer na zona da necrópole em particular. Por esta razão optámos por analisar um conjunto de *sigillata* recolhido durante as campanhas de escavação na área da necrópole.

A terra *sigillata* presente nos contextos funerários é de certa forma monótona e recorrente. Recolheram-se dezasseis peças todas elas de produções norte africanas, dividindo-se de igual forma pelas produções de clara A e clara C, encontrando-se ausentes, surpreendentemente a *sigillata* clara D.

Do tipo A, a taça da forma Hayes 14/17 é a que se encontra melhor representada com um total de 5 peças, o que representa 30% do conjunto, seguindo-se o tipo Hayes 27 com dois exemplares, 13%, e Hayes 6B com um exemplar. Do tipo C, destacam-se os pratos 45-A com um total de 3 indivíduos – 19%, seguindo-se os pratos Hayes 50 A e Hayes 48 A com dois indivíduos cada representando 13%. Por fim, foi ainda recolhido um exemplar de Hayes 46.

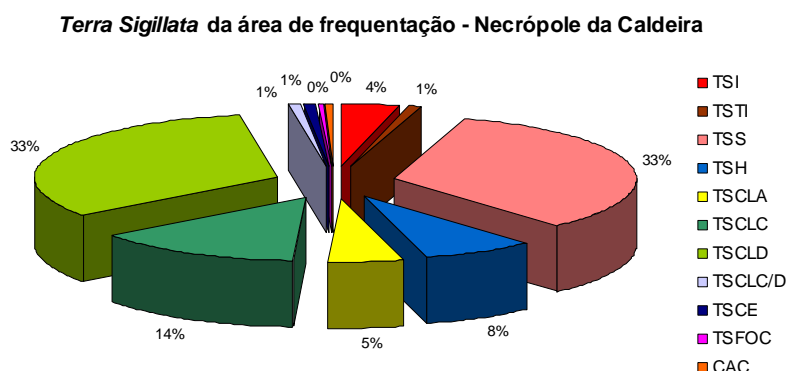


#### Quadro 7- *Terra sigillata* recolhida em contexto funerário.

Como podemos observar, o conjunto é bastante reduzido e pouco diversificado, o que não corresponde à realidade. Sabemos que o sítio importou grande quantidade de *sigillata* sudgálica e *sigillata* clara D, ambas ausentes dos contextos funerários, mas presentes, e de forma bastante expressiva na zona de frequência e no restante sítio como podemos observar adiante.

#### 6.3.3 A *terra sigillata* da área de frequência da necrópole

Este conjunto de 239 fragmentos de *Terra Sigillata* apesar de não ser proveniente de contextos selados, representa a amostra referente aos complexos apelidados genericamente de: “Cemitério”, “Cemitério – 1.<sup>a</sup> Camada” e “2.<sup>o</sup> Cemitério – 2.<sup>a</sup> Camada”. Todos eles parecem referir-se à totalidade da área de frequência da Necrópole da Caldeira, pelo que, podem espelhar a incidência cronológica da utilização deste espaço funerário.

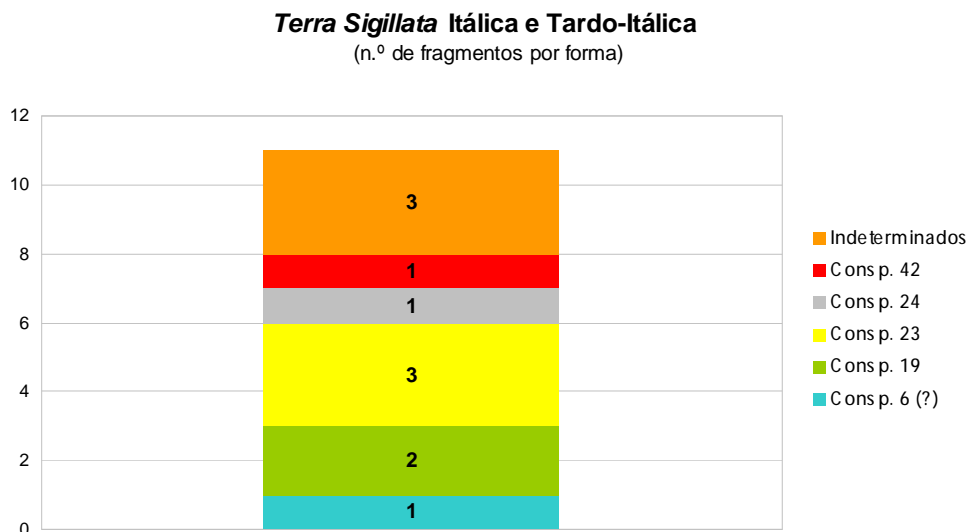


**Quadro 8 - Percentagem de fragmentos dos tipos na área de frequência**

A *Terra Sigillata* Itálica (TSI) revela-se claramente minoritária, tal como havia sido percepcionado anteriormente (MAIA, 1974) (ÉTIENNE, MAKAROUN e MAYET, 1994: p. 27). No entanto, a percentagem de 5 % é superior neste contexto (4% de TSI + 1% de TSTI), face à generalidade do sítio, para a qual se apresentava uma relevância ainda menor de 0,32 % (*Ibidem*). Foram assim identificados nove fragmentos de TSI que se repartem por uma variedade de quatro formas distintas: Consp. 19, Consp. 23, Consp. 24 e Consp. 42 (Est. LI, n.ºs 230 a 236). Em qualquer um destes casos parecem não existir evidências dos modelos mais arcaicos, mas antes, de modelos mais tardios, que incidem sobretudo na forma Consp. 23/24 e 42, que tal como analisadas por Catarina Viegas (2006: p.23 e 2003: p.73), representam formas tardias que encontram também representatividade na amostra de *Terra Sigillata* Tardo-Itálica (TSTI). Aos três fragmentos decorados não podem ser atribuídos tipos específicos, à excepção de um fragmento de bordo em aba de um possível prato da forma Consp. 42 com decoração a barbotina de linhas de pérolas (MONTESINOS I MARTÍNEZ, 2004: p. 95). Estas formas representam assim os momentos mais tardios da importação deste tipo cerâmico, “quando já eram abundantes as importações de sigillata com origem no Sul da Gália.” (VIEGAS, 2003: p.73), podendo ser inseridas genericamente entre meados do séc. I d.C. e inícios do séc. II d.C.

A referência a dois fragmentos de *Terra Sigillata* Tardo-Itálica (TSTI) foi baseada nos estudos prévios sobre a marca de oleiro que ambas ostentam: *Lucius Rasinius Pisanus* (SEPÚLVEDA, 2004; SILVA, 2005: p.303). Foram assim identificados dois fragmentos de fundos que nos reportam para um prato da forma Consp. 6 (?), que apresenta decoração

roletada, e um outro fundo de uma taça da forma Consp. 23 (Est. LI, n.ºs 237 e 238). Ambos os casos apresentam marca centrada no fundo interno “*in planta pedis*”, com as iniciais “L•R•P[I ?]”. De qualquer modo, este oleiro representa “*momentos de importação mais avançados, situados desde os finais do século I d.C., aos meados do seguinte*” (SILVA, 2005: p.303).

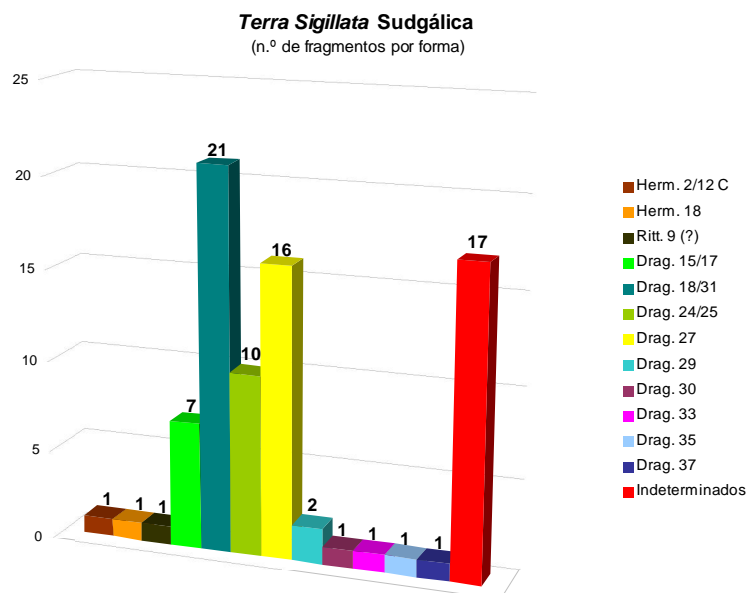


**Quadro 9. Formas de TSI e de TSTI na área de frequência**

A *Terra Sigillata* sudgálica (TSS) representa 33% dos fragmentos analisados, onde constam cinco marcas de oleiro e 16 fragmentos decorados a molde, barbotina, roleta ou guilhoché. Tipologicamente, a forma Drag. 18/31 revela ser a presença mais significativa entre os pratos com 17% da amostra. Nas taças, a forma Drag. 27 é também esclarecedora, detendo aproximadamente 13% da amostra. No entanto, as formas Drag. 24/25 (taças) e Drag. 15/17 (pratos) registam respectivamente 8% e 6% do conjunto. Com valores menos expressivos e residuais surgem as formas: Hermet 2/12C, Hermet 18, Ritterling 9 (?) e Drag. 29, 30, 33, 35 e 37 (Estampas LII a LVI, n.ºs 239 a 284).

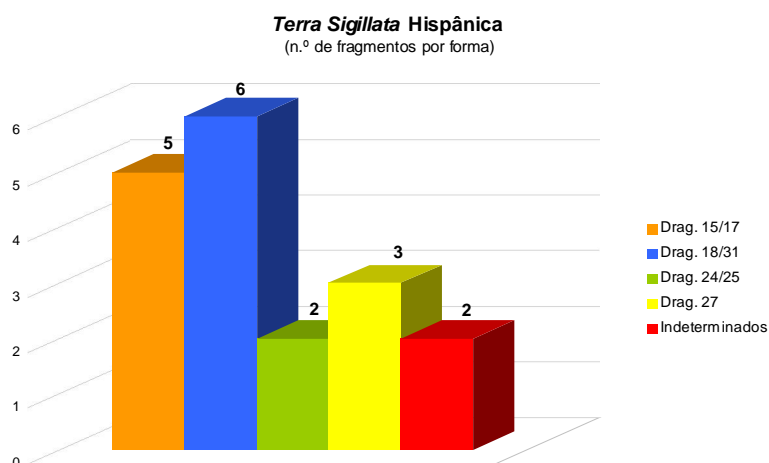
Quanto às produções, La Graufesenque é claramente maioritária, estando representada pelos oleiros *Vapuso*, forma Drag. 27 (Est. LV, n.º 271) de 30 a 60 d.C. (SILVA, 2005: p.191) e *Licinus* (forma indeterminada, não ilustrado). Identificaram-se ainda duas marcas que provavelmente correspondem a produções de Argonne: *Cossillus* “COIL” forma Ritt.9(?) (Est. LII, n.º241) de 120 a 160 d.C.) e *Bovdillus* “[ JV.VDIL” , forma Drag. 18/31 (Est.LII,

nº248) entre 140 a 180 d.C. Assim sendo, cronologicamente podemos retratar genericamente um período que engloba os meados do século I d.C. até meados do século II d.C.



**Quadro 10. – Formas de TSS presentes na área de frequência**

Por seu lado, a *Terra Sigillata* Hispânica (TSH) (Estampas LVI a LVII, nºs 285 a 298) representa apenas 8% da totalidade da amostra, o que não é de todo significativo, nomeadamente quando comparada à expressão da TSS. As formas decoradas presentes limitam-se apenas às taças da forma Drag. 24/25 com decoração de guilhoché. O repertório formal parece espelhar a mesma preferência ditada na expressão das TSS: pratos das formas Drag. 15/17 e Drag. 18/31, acompanhadas de taças Drag. 24/25 e Drag. 27. Quanto aos centros produtores, Andújar é claramente superior face às produções de Trício, o que seria de esperar tendo em conta o carácter de importações por via marítima em Tróia. À semelhança do que sucede com a TSS, a amostra de TSH indicia cronologias de finais do século I d.C. a finais do século II d.C.



**Quadro 11. – Formas de TSH presentes na área de frequência**

As produções africanas representam 54% da amostra total, o que é bem representativo da ocupação deste sítio arqueológico entre os séculos II d.C. e V d.C. Por produções africanas entendem-se: a *Terra Sigillata* Clara A, Clara C, Clara D, Clara E, e também a Cerâmica de Cozinha Africana. A TSCLA representa apenas 5% da amostra, e à semelhança do que sucede em Santarém (VIEGAS, 2003: 168), a variedade formal distribui-se por apenas três formas: Hayes 2/3, 9 e 14/18 (Est.LVII, nºs 300 a 308), com cronologias balizadas entre a segunda metade do século II e a primeira metade do século III d.C. (QUARESMA, 2003: p.152)

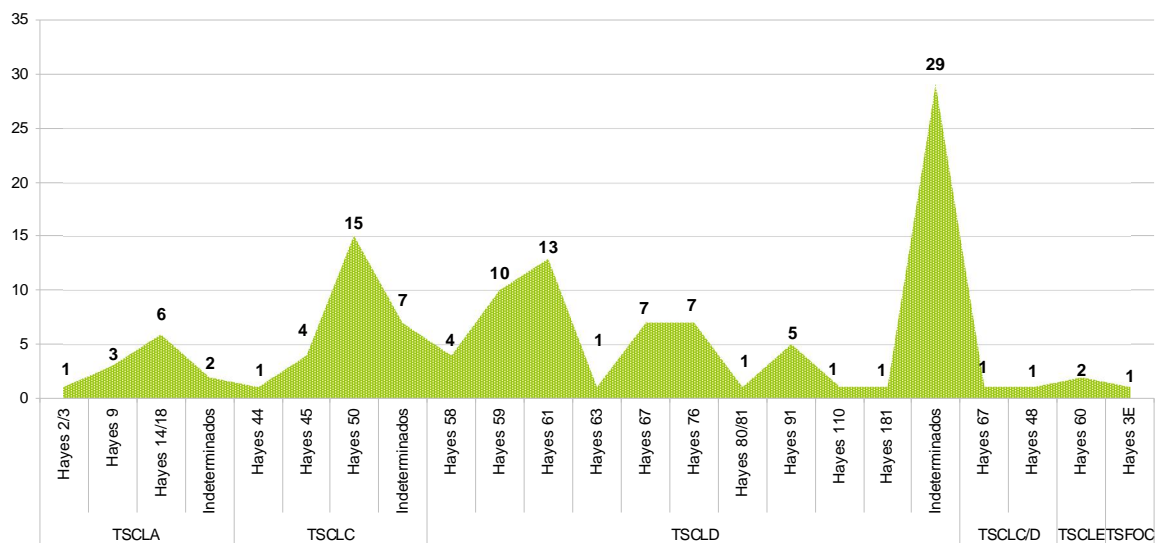
A TSCC apresenta-se como 14% do conjunto e a variedade formal também se dispersa apenas por três formas: Hayes 44, 45 e 50 (Estampas LVIII a LXI, nºs 309 a 332), sendo que a última é claramente maioritária em todo o conjunto de produções africanas, com 14 fragmentos da variante A (230-325 d.C.) e cinco fragmentos da variante B (350-400 d.C.). Ao nível da metodologia deste estudo, a TSCLC foi dividida em fabrico C1/2 (com seis fragmentos) e C3 (com 27 fragmentos). A cronologia deste conjunto situa-se entre o século III e inícios do século V d.C., sendo que o fabrico C3 data essencialmente de inícios do século IV a meados do século V d.C. (QUARESMA, 2003: p.154).



Quanto à TSCD, esta representa 32 % da amostra total dos fragmentos, distribuídos por nove formas distintas: Hayes 58, 59, 61, 63, 67, 76, 80/81, 90 e 110 (Est.LVII, nº299 e Estampas LXI a LXVI, nºs 333 a 381). Surge ainda um fragmento de Cerâmica Africana de Cozinha da forma Hayes 181.B, com engobe (A2) aplicado apenas na superfície externa, com proveniência do Norte da Tunísia (BONIFAY, 2004: 213) e que se encontra datado da 1.<sup>a</sup> metade do século III d.C. A forma Hayes 58, representada por cinco fragmentos data entre finais do século III/ inícios do IV d.C. até ao terceiro quartel do século IV d.C. (VIEGAS, 2003: 175). A forma Hayes 59, com 10 fragmentos, apresenta um deles da variante A (inícios do século IV a inícios do século V d.C.) e quatro da variante B, cuja “*cronologia parece prolongar-se até quase ao primeiro quartel do século V*” (Hayes, 1972: p.96 e 100 *Apud in* VIEGAS, 2003: p.176). A forma Hayes 61, com 13 fragmentos identificados, divide-se entre a variante A, com quatro fragmentos, e a variante B com dois fragmentos. Os outros sete fragmentos são referentes a fundos que impossibilitam a correcta atribuição de variantes. De qualquer modo, a variante A, datada entre o primeiro quartel do século IV e as primeiras décadas do século V d.C., prevalece face à variante B, datada entre inícios e meados do século V d.C. (VIEGAS, 2003: 178). A forma Hayes 63 encontra-se representada apenas por um fragmento de bordo, à semelhança do que se observa na Alcáçova de Santarém, e encontra-se datada de finais do século IV d.C. (*Idem*: p.180). A forma Hayes 67 e Hayes 76 apresentam sete fragmentos cada, datando genericamente entre o último quartel do século IV e o último quartel do século V d.C. (*Idem*: p.181). A tigela da forma Hayes 91 encontra-se representada por cinco fragmentos de bordo com aba, que parecem enquadrar-se na variante B, datada entre 350 e 530 d.C. (*Idem*: p.186). A forma mais tardia deste grupo encontra-se representada por um fragmento de bordo da forma Hayes 110, datada entre finais do século V e inícios/ meados do século VI d.C. (*Idem*: p.187).

Foram ainda identificados dois fragmentos de fundo decorados, de possível forma Hayes 60, inseridos numa produção de *Terra Sigillata* Clara E (Est.LXVI, nºs 383 e 384), e que provavelmente datam do século V d.C. Foi ainda identificado um fragmento de bordo e bojo de *Sigillata* Foceense da forma Hayes 3 (Est.LXVI, nº385), datada entre meados do século V e meados do século VI d.C. (VIEGAS, 2006: p.101).

**Terra Sigillata Clara e Focense**  
representatividade tipológica



**Quadro 12. Produções africanas presentes na área de frequência**

#### **6.4 Pastas de cerâmica comum**

Com o volume de dados disponíveis, e tal como frisámos na introdução, não foi possível efectuar um estudo pormenorizado de cada tipo de material, dos quais seleccionámos uma parte dos materiais ditos datantes. Neste sentido, este trabalho não pôde, infelizmente, contemplar uma análise morfológica da cerâmica comum recolhida na necrópole. Ainda assim achamos importante caracterizar sumariamente os tipos de pasta que identificámos durante o nosso trabalho, com recurso a lupa de 16x aumentos, esperando assim contribuir para uma futura análise que o conjunto reivindica.

A localização geográfica do sítio romano de Tróia fazia antever a presença de elevado número de cerâmicas ditas comuns que se podem atribuir com alguma segurança aos centros produtores do Baixo-Sado.

Não se revelou fácil, porém, a abordagem do signatário em fazer corresponder os diferentes grupos cerâmicos com alguma área de produção em conformidade com a distinção feita por Anne Schmitt entre Sado Jusante e Sado Montante (MAYET, F.; SCHMITT, A. e SILVA., 1996). A semelhança entre alguns materiais do conjunto com as produções, por exemplo, anfóricas do Sado é evidente, mas o âmbito do trabalho e a dificuldade inerente a este tipo de análises, ou a ausência delas, fizeram com que esta questão fosse abordada de forma cautelosa. Ainda assim, espera-se que o resultado possa contribuir para um estudo mais aprofundado sobre esta matéria. Neste sentido, não é de excluir que algumas formas em particular possam ter sido produzidas em determinados centros oleiros ou em determinadas zonas do Sado, mas a interpretação dos dados actualmente disponíveis não permitem, para já, tecer considerações muito elaboradas a este respeito.

#### **Local /Regional(?)**

##### **Pasta A1**

Pasta muito depurada com elementos não plásticos que variam entre um calibre muito fino, fino e médio: quartzos, feldspatos, óxidos e raras calcites e. A sua distribuição situa-se entre

os 10-15% e encontram-se na sua maioria rolados e sub-rolados, raramente angulosos. Uma das características que a distingue do subgrupo A3 é a rara presença de micas, quer na superfície, quer na pasta. A sua textura é compacta, revelando quase sempre uma boa cozedura. O grau de dureza deste tipo de pasta oscila entre a dura e muito dura, conferindo-lhe um toque sonoro. A cor é normalmente beije (7.5YR 7/3) com tons mais ou menos escuros e em certos casos aproxima-se do laranja. Normalmente as peças deste subgrupo apresentam-se polidas e no que diz respeito às peças mais finas (como os púcaros de duas asas).

### **Pasta A2**

Pasta em geral depurada com uma elevada concentração de quartzos, contém também calcites e óxidos. Estes elementos não plásticos, de calibre fino e médio encontram-se bastante rolados e a sua dimensão confere-lhe uma textura quase esponjosa com frequentes vácuos à superfície. O seu grau de dureza varia entre o médio e o duro. Os restantes minerais, de calibre muito fino, encontram-se sub-rolados e por vezes angulosos. Também neste subtipo de pasta é praticamente ausente ou muito rara a presença de micas. A cor é geralmente laranja vivo (5YR 6/6), mas pode atingir uma coloração mais escura aproximando-se do castanho claro. O aspecto rugoso que apresenta sem tratamento de superfície é muitas vezes coberto com uma aguada ou polido nas peças mais finas conferindo-lhe um aspecto mais delicado.

### **Pasta A3**

Pasta muito semelhante à anterior, com cerca de 10-15% de elementos não plásticos, dos quais se distinguem quartzos e feldspatos, vestígios de calcite e óxidos de ferro. Apresentam em geral um calibre fino e médio, e apresentam-se rolados e sub-rolados, raramente angulosos. É mais compacta que a anterior, e distingue-se desta pela elevada presença de micas, quer na superfície, quer na pasta. A cor oscila entre o laranja escuro (7.5YR 6/3), e o castanho.

### **Pasta A4**

Pasta pouco depurada com elevada concentração de elementos não plásticos, nomeadamente quartzos, feldspatos e uma significativa presença de minerais negros não brilhantes (xistos?). Apresenta uma textura rude ao toque, embora a única peça produzida neste tipo de pasta (Est. XVIII, nº98) pareça ter uma aguada fina que cobre toda a peça. A cor é um laranja vivo (2.5YR 6/4). Pelas características apresentadas, parece-nos que pode corresponder às pasta tipicamente alentejanas.

### **Importações**

Pastas caulínicas: B1 e B2

Outro tipo de pastas presente neste conjunto diz respeito às chamadas pastas caulínicas, anteriormente identificadas por vários autores em diferentes estações arqueológicas no território português. No conjunto em apreço, esta produção (que ainda carece de identificação quanto ao(s) seu(s) centro(s) produtor(es)), resume-se a formas de paredes finas, sobretudo púcaros de duas asas e pequenos potes/urnas.

A pasta do grupo considerado B1 é, à semelhança do grupo anterior, de elevada qualidade e muito depurada, com elementos não plásticos de calibre muito fino. É em geral muito bem cozida e sonora com uma cor bastante característica, com variações mínimas entre o branco e um tom mais escuro (2.5Y 8/2).

A exceção a este grupo caulínico vai para uma única peça que “obriga” à criação de novo subgrupo, o B2, imitação da forma Mayet XXVIII, (Est.XIX, nº105) onde a característica predominante é a presença de abundantes quartzos muito rolados e de calibre médio. Esta pasta é bastante esponjosa e de dureza média. O seu toque é algo rugoso e a cor é um pouco mais escura (10YR 8/3) que o subgrupo anterior. Não é de excluir, neste caso, uma provável produção Bética.

### **Pasta C**

Esta pasta é sem dúvida a mais depurada de todo o conjunto. A presença de elementos não plásticos, nomeadamente calcites, é de ocorrência praticamente residual e de calibre finíssimo. É extremamente depurada e produz uma sonoridade quase metálica, consequência da sua reduzida espessura e da excelente cozedura, que, em conjunto, lhe conferem um grau de dureza muito elevado. A cor da pasta é vermelha-alaranjada (2.5YR 6/5) e a superfície pode apresentar em certas áreas da peça uma coloração cinzenta. Esta característica não se relaciona com qualquer tipo de tratamento de superfície, mas aparentemente é adquirida durante os processos de cozedura/arrefecimento que se relaciona com o empilhamento dentro do forno e à exposição de certas áreas em detrimento de outras, por exemplo o pé que fica encaixado dentro de outra peça semelhante não adquire esta patine cinzenta.

Esta pasta não é recorrente no conjunto das peças analisadas, e está apenas presente em duas variantes da forma 131 e de Hayes – púcaro com uma asa curta de perfil em rim, que parte do colo e que termina imediatamente antes da curvatura do bojo, o pé é plano e elevado, estreitando em direcção ao corpo, com bordo extrovertido e colo estrangulado. Estes púcaros estão presentes na sepultura 47 e no cinzeiro M (vide *supra*).

## Conclusão

A datação proposta por Robert Étienne para o arranque do complexo industrial situa-se nos reinados de Tibério-Cláudio ( ÉTIENNE, MAKAROUN e MAYET, 1994: p. 30) o que de certa forma é coetâneo com os dados recolhidos na área urbana de Setúbal que, com as devidas distâncias em relação a Tróia, parece ter no entanto o mesmo tipo de vocação, pelo menos nas áreas conhecidas do substrato romano (SILVA, 1986).

É certo que a foz do Sado é desde há muito tempo conhecida pela sua actividade ligada aos preparados de peixe e respectivas actividades subsidiárias. A presença de ânforas claramente sadinas de formas mais antigas, ditas ovóides, e de clara inspiração bética nas formas Haltern 70, Dressel 7-11 e Dressel 2-4 (ARRUDA *et alii*, 2006: p. 238) em sítios como Alcácer e Santarém, os quais conhecem uma longa diacronia de ocupação, sugere que a produção dos fornos mais próximos de Alcácer tenham iniciado a sua difusão no mercado em fase anterior (MORAIS e FABIÃO, 2007) àquela proposta pelos autores das escavações (MAYET e SILVA, 1996).

Como se entende pelo termo “subsidiário”, esta constatação de factos implica a existência de uma, ou mais, zonas de produção – em princípio de preparados de peixe – que necessitem de contentores para fazer escoar a sua produção em larga escala e a longa distância. Naturalmente que ao olharmos para o mapa de ocupação da Península de Setúbal, Tróia será sempre um ponto incontornável no que diz respeito a este tipo de produção. A questão que se coloca é saber se o complexo já estava em funcionamento pleno aquando da produção destes contentores mais antigos. A resposta, com os dados actualmente disponíveis, é negativa. A análise do conjunto proveniente da necrópole da Caldeira não revelou nenhum tipo de material mais recuado que o segundo quartel do séc. I d.C. Referimo-nos concretamente às *sigillatas* itálicas recolhidas na área da necrópole que correspondem já a uma fase tardia deste tipo de produção (vide *supra* Terra *Sigillata*).

Também a moeda de Augusto, cunhada na actual Córdoba entre 19/18 e 2 a.C. não traz nenhuma novidade a este respeito, uma vez que surge numa sepultura incineração da Fase 1C, isto é entre a segunda metade do séc. II e inícios do III d.C. Esta moeda apresenta um desgaste significativo e não é de estranhar a sua longevidade em circulação como aliás acontece com a maior parte dos numismas.

Apesar dos dados apresentados ao longo desta dissertação não colocamos de lado a hipótese de este complexo ter iniciado o seu funcionamento em época anterior, mas por ora apenas podemos analisar os dados conhecidos.

Partindo desta premissa, parece-nos seguro datar os primeiros enterramentos da necrópole da Caldeira nos meados do séc. I d.C., datação esta que poderá ser ligeiramente mais tardia que a presença efectiva de pessoas no sítio. Quer isto dizer que a construção e os meios envolvidos na implantação de todas as estruturas que permitam um funcionamento básico de um complexo com estas características, poderá corresponder a uma margem temporal de alguns anos, pelo que não é de negar a presença romana no local no 2º quartel do séc. I d.C.

Podemos concluir que o reduzido número de enterramentos que correspondem à Fase 1-A, entre os meados do séc. I e o terceiro quartel do mesmo século, parecem corresponder a uma fase pouco consolidada da ocupação do sítio, já anteriormente observadas através da análise das remodelações na Fábrica I (ÉTIENNE, MAKAROUN e MAYET, 1994) e do completo abandono de fábrica do Recanto do Verde em pleno séc. I d.C. (PINTO e MAGALHÃES, no prelo).

As alterações na fábrica I são deveras significativas, sobretudo pela presença de uma estrutura familiar de enterramento – columbário – em plena zona de produção de preparados piscícolas, o que implica de facto um total abandono em dado momento, para que se possa proceder à implantação daquela estrutura. O facto de ter aproveitado estruturas de uma fase anterior, revela que não se perspectivava no momento da sua construção, um regresso à produção naquele local. Talvez a escavação da necrópole a norte deste monumento possa esclarecer de que forma se transformou uma área de trabalho em zona de necrópole facto que não se deveu certamente à falta de espaço no sítio.



Independentemente deste abandono ou abrandamento precoce ser um dado adquirido, não se afigura fácil encontrar uma explicação para este facto, pelo menos à luz dos dados actualmente disponíveis. Poderá ter ocorrido um fenómeno de transgressão marítima, como foi evidenciado no centro oleiro de Abul (MAYET e SILVA, 1998), mas não existem dados que permitam confirmar esta hipótese, e a análise do conjunto da necrópole da Caldeira também não contribui para o seu esclarecimento.

A primeira metade do séc. I d.C. parece corresponder assim a uma fase pouco significativa no quadro das produções de Tróia quando comparada com os séculos seguintes.

Na passagem do séc. I para o séc. II d.C. o número de enterramentos duplica e começam a utilizar outro espaço que não aquele reservado, em princípio a um grupo, ou uma associação, talvez um *collegia funeraticia*. Poderá significar a presença de indivíduos de estatuto menos relevante que os anteriores, já que, mais uma vez, não será o esgotamento de um espaço físico o motivo que justifica que a procura de um novo espaço para os enterramentos.

Esta situação é ainda mais significativa na passagem para as fases seguintes em direcção ao séc. III d.C., onde a concentração de contextos funerários é mais intensa. É também no início do séc. III d.C. que assistimos a uma profunda alteração nos padrões anteriormente observados que se traduzem na mudança do ritual funerário de incineração para inumação.

Esta evidência está intimamente ligada a uma nova atitude mental e cultural perante a morte. A manutenção do corpo numa perspectiva de renascimento em uma nova vida metafísica é a característica principal dos ditos cultos orientais, onde se inclui obviamente o Mitraísmo e o Cristianismo e. É interessante notar que a orientação de grande parte das sepulturas desta fase orientam-se num eixo SE-NO , ou E-O, com os pés orientados para poente. Esta orientação tendo como base o Sol poderá estar ligado ao fim de um ciclo de vida terrestre e ao início de uma nova vida num plano celestial frequentemente associada aos cultos orientais.

É também durante o séc.III e nos inícios do IV d.C. que se registam vários enterramentos infantis em ânforas a maior parte delas do tipo Keay LXXVIII com semelhanças

significativas nas ânforas africanas (FABIÃO, 2008 : p.738) . Esta novidade nos rituais funerários é frequentemente associada à chegada de populações africanas, embora esteja longe de ser um tema consensual (CORRADO, M: 2003).

A última fase nos enterramentos é sem dúvida o auge da população em Tróia. Estes contextos caracterizam-se pela quase ausência de espólio associado, o que poderá ter duas leituras distintas. Uma delas é a condição dos indivíduos, que neste caso poder-se-iam relacionar com a mão-de-obra necessária para o funcionamento do sítio, a outra, o carácter mais humilde que parece relacionar-se com a própria essência do Cristianismo. Estas duas leituras não são de todo incompatíveis, e mais uma vez a orientação das sepulturas num eixo NO-SE, ou seja orientando os pés em direcção a Oriente, poderá indiciar um culto claramente cristão, perfeitamente reconhecido e oficializado no séc. IV. Estas sepulturas mais tardias, por vezes totalmente desprovidas de espólio, e a presença de sigillata fozense, embora meramente residual, no local, levam-nos a admitir uma ocupação pelo menos até meados do séc. V d.C., ficando ainda por esclarecer até quando este local produziu e exportou preparados piscícolas.

A análise do conjunto recolhido na necrópole da Caldeira permite-nos confirmar vocação claramente mediterrânica do sítio e das influências que recebeu ao longo de cerca de cinco séculos. Na ausência de qualquer tipo de via de comunicação terrestre, Tróia esteve sempre exposta às rotas marítimas na condição de destino ou ponto de passagem. Esta dependência extrema, fruto da sua actividade exclusivamente ligada aos recursos marítimos, deixou o local à mercê das oscilações económicas do Império onde rapidamente se sentiu o reflexo de crises, abrandamentos ou picos de procura.

## **Bibliografia**

AGUAROD OTAL, C. (1991) – *Ceramica romana importada de cocina en la Tarraconense*. Saragoça.

ALARCÃO, J. (1965) – *Vidros romanos de Conímbriga*. Coimbra. Imprensa de Coimbra.

ALARCÃO, J. (1966) – O espólio da necrópole luso-romana de Valdoca (Aljustrel). *Conimbriga*. Coimbra. 5

ALARCÃO, J. (1981): Roman glass from Troia (Portugal). *Annales du 8e Congrès International d'Etude Historique du Verre*. [S.l. : s.n., 1981].

ALARCÃO, J. (1988) - *Roman Portugal*. Warminster.

ALARCÃO, J. (1988): *O domínio romano em Portugal*. Lisboa: Europa-América.

ALARCÃO, J. (2005) – Notas de arqueologia, epigrafia e toponímia – III. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Vol. 8, nº2. Lisboa. p.293-311

ALMEIDA, F. de (1978): Piazza Armerina e Tróia: aspecto de protecção das ruínas. *Actas das III jornadas Arqueológicas*. Lisboa. 1, p. 309-319.

ALMEIDA, F. de; PAIXÃO, J.; PAIXÃO, A. (1978): Um tipo raro de sepultura romana (Tróia). *Actas das III jornadas Arqueológicas*. Lisboa. 1, p. 323-325.

ALMEIDA, J. A. F. (1953) - Introdução ao Estudo das Lucernas Romanas em Portugal, *O Arqueólogo Português*, Nova série, vol. II, Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia.

ALVES, F. *et alii* (1988-1989): Os cepos de âncora em chumbo descobertos em águas portuguesas: contribuição para uma reflexão sobre a navegação ao longo da costa atlântica da Península Ibérica na Antiguidade. *Arqueólogo Português*. Lisboa. 6-7, série 4, p.109-185.

ANTUNES, M. (1996) - Tróia e *garum*, in *Portugal romano: exploração dos recursos naturais*. Lisboa: Instituto Português de Museus. p.59.

APPOLINARIO, M. (1897) - Estudo sobre Tróia de Setúbal : termas de Tróia. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 3, série 1, p.157-160.

ARRUDA, A. M. e FABIÃO, C. (1990) - Ânforas da Quinta do Lago (Loulé). *Ânforas Lusitanas: Tipologia, Produção e Comércio*, Conímbriga / Paris: Museu Monográfico de Conímbriga / Diffusion E. de Boccard, p.199-213.

ARRUDA, A.M. *et alii* (2006) – Ânforas Lusitanas da Alcáçova de Santarém. In *Simpósio Internacional “Produção e comércio de preparados piscícolas durante a Proto-História e a Época Romana no Ocidente da Península Ibérica – Homenagem a Françoise Mayet*. Setúbal.

BAILEY, D. M. (1980) – *A Catalogue of the lamps in the British Museum. II, Roman Lamps made in Italy*. Londres. British Museum Publications.

BAILEY, D. M. (1988) – *A Catalogue of the lamps in the British Museum. III, Roman Provincial Lamps*. Londres. British Museum Publications.

BAIRRÃO, O. (1952) - *Catálogo de Lucernas Romanas*, Coimbra: Museu Machado de Castro.

BELTRÁN LLORIS, M.(1990): *Guia de la cerámica romana*. Saragoça. Pórtico.

BEN ABED, A. e GRIESHEIMER (coord.) (2004) – *La nécropole romaine de Pupput*. Roma.Collection de l'école française de Rome, 323.

BENDALA GALÁN, M. (1995) – Necrópolis y ritual funerario en la Hispania altoimperial. In FÁBREGAS VALCARCE. R., PÉREZ LOSADA, F. e FERNÁNDEZ IBÁÑEZ, C. eds. -

*Arqueoloxía da Morte na Península Ibérica desde as Orixes ata o Medievo*. Xinzo de Limia, p. 277-290.

BERNAL CASASOLA, D. (2000) - La Producción de Ánforas en la Bética en el s. III durante el Bajo Imperio Romano. *Congreso Internacional EX BAETICA AMPHORAE*. (Sevilha-Écija, Dezembro 1998), vol. I, Écija, 239-372.

BLÁZQUEZ, J. M. (2002) – Origens do Cristianismo na Lusitânia. In RIBEIRO, J. C. coord. - *Religiões da Lusitânia, Loquuntur Saxa*. Lisboa. Museu Nacional de Arqueologia, p. 317-321.

BONIFAY, M. (2004): *Etudes sur lá céramique romaine tardive d’Afrique*. BAR, I.S. 1301. Oxford: BAR.

BOURGEOIS, A. e MAYET, F. (1991) *Les Sigillées. Fouilles de Belo VI*. Collection de la Casa de Velázquez, 34, Archéologie 16. Madrid.

BUGALHÃO, J. (2001): A indústria romana de transformação e conserva do peixe em Olisipo. *IPA, Trabalhos de Arqueologia*, 15.

BUSSIÈRE, J. (2000) – *Lampes antiques d’Algérie*. Montagnac: Éditions Monique Mergoïl (Monographies *instrumentum*, 16)

CABRAL, M.(1975): A representação do Crismón nas lucernas tardias de Tróia. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 1, p.163-168.

CAETANO, J. C. (2002) – Necrópoles e ritos funerários no Occidente da Lusitania Romana. In VAQUERIZO, D., ed. - *Actas del Congreso Internacional: Espacio y usos funerarios en el Occidente Romano (Córdoba, 2001)*. Vol. 1. Córdoba: Facultad de Filosofía y Letras, p. 313-335.

CARDOSO, G. (1978) - Ânforas Romanas no Museu do Mar (Cascais). *Conimbriga*, vol. XVII, Coimbra: Instituto de Arqueologia da Universidade de Coimbra, 63-78.

CARDOSO, G. (1986) - Fornos de Ânforas Romanas na Bacia do Rio Sado: Pinheiro, Abul e Bugio”, *Conimbriga*, vol. XXV, Coimbra: Instituto de Arqueologia da Universidade de Coimbra, 153-173.

CARRIÉ, J.-M.; ROUSSELLE, A. (1999) – *L’Empire romain en mutation, des Sévères à Constantin, 192-337*. Paris: Éditions du Seuil. (Nouvelle Histoire de l’Antiquité. 10.)

CARSON, R. (1980) – *Principal Coins of the Romans. Vol. II. The Principate – 31 BC- ad. 296; Vol.III. The Dominate AD 294-498*. London: British Museum Publications Limited.

CORRADO, M. (2003) – Le anfore tarde del “dark layer” di UC VIII (US 1098). In *Ricerche archeologiche nei cortiki dell’università cattolica. Dall’Antichità al Medioevo*. Milão: V&P Università, p.101-131.

CASTELO BRANCO, F. (1965) – Aspectos e problemas arqueológicos de Tróia de Setúbal. *Ocidente*. LXV. p.1-100

COSTA, A.M. (1898) - Estudos sobre Tróia de Setúbal. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 4, p.344-352.

COSTA, A.M. (1905) – Estação Pré-histórica da Commenda. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 10, p-188-193.

COSTA, A.M. (1924/1926) – Estudos sobre algumas estações da época luso-romana nos arredores de Setúbal. *O Arqueólogo Português*. Lisboa: 27, p.165-181.

COSTA, A.M. (1933) – Estudos sobre algumas estações da época luso-romana nos arredores de Setúbal. *O Arqueólogo Português*. Lisboa: 29.

COSTA, M. (1973) - Lucernas romanas de Tróia de Setúbal (Museu Nacional de Arqueologia). Lisboa. Dissertação de licenciatura em História apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

COSTA, M. (1975) - A representação do Crismon nas lucernas tardias de Tróia (Setúbal). *Actas do I Colóquio Arqueológico de Setúbal Arqueológica; vol. I*. Setúbal. Junta Distrital de Setúbal.

DENEAUVE, J. (1969) – *Lampes de Carthage*. Paris : Éditions du Centre National de la Recherche Scientifique.

DESIDERIO VAQUERIZO (coord.) (2001) – *Funus Cordubensium. Costumbres funerarias en la Cordoba romana*. Seminário de Arqueologia. Córdoba: Universidade de Córdoba.

DIAS, M. M. A. (2002) – A religião romana e a Lusitânia. Uma perspectiva geral. In RIBEIRO, J. C. coord. - *Religiões da Lusitânia, Loquuntur Saxa*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, p. 93-96.

DIOGO, A.M.D. (198) – Fornos de ânforas do Monte do Bugio. Notícia Preliminar. *Conimbriga*. Coimbra, 19. p.147-150

DIOGO, A.M.D. (1983) – Fornos de ânforas do Monte da Enchurrasqueira e do Vale da Cepa. Notícia Preliminar. *Conimbriga*. Coimbra, 22. p.209-215

DIOGO, A. M. D. (1987) - Quadro tipológico das ânforas de fabrico lusitano. *O Arqueólogo Português*, série IV, 5, 179-91.

DIOGO, D. e PAIXÃO, J.(2001) – Ânforas de escavações no povoado romano de Tróia, Setúbal. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 4-1, p.117-140.

EDMONSON, J.C. (1987) - *Two Industries in Roman Lusitânia: Mining and Garum Production*. BAR, I.S. 362. Oxford: BAR.

EDMONSON, J. C. (1994) – Creating a provincial Landscape: Roman imperialism and rural change in Lusitania. In GORGES, J.-G; SALINAS DE FRÍAS M., eds. - *Les campagnes de Lusitanie romaine. Occupation du sol et habitats*. Madrid - Salamanca, p. 13-30. (Collection Casa de Velázquez; 47)

ENCARNAÇÃO, J. de (1984) - *Inscrições romanas do Conventus Pacencis*. Coimbra. Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

ÉTIENNE, R.; MAKAROUN, Y.; MAYET, F. (1994): *Un grand complexe industriel à Tróia (Portugal)*. Paris. Diff. E. de Boccard.

ÉTIENNE, R.; MAYET, F. (1997): La place de Tróia dans l'industrie romaine des saisons de poisson. in, *Itinéraires Lusitaniens*. Paris [s.n.], p.195-208.

FABIÃO, C. (1992) – O passado Proto-Histórico e Romano, in *História de Portugal (dir. José Matoso)*. Vol. I: *Antes de Portugal*. Lisboa. Círculo de Leitores, p.240-244.

FABIÃO, C. (1996) - A exploração dos recursos marinhos , in *Portugal romano: exploração dos recursos naturais*. Lisboa. Instituto Português de Museus. p.35-38.

FABIÃO, C. (2001) – Mundo indígena, romanos e sociedade provincial romana: sobre a percepção arqueológica da mudança. *Era Arqueologia*. Lisboa. 3, p. 108-131.

FABIÃO, C. (2004) - Centros oleiros da Lusitânia: balanço dos conhecimentos e perspectivas de investigação. Actas del Congreso Internacional FIGLINAE BAETICAE. Talleres alfareros y producciones cerámicas en la Bética romana(ss.II a.C –VII d.C.), Universidade de Cádiz 2003. Oxford: BAR, I.S. 1266, p.379-410.

FABIÃO, C. (2008) – Las anforas de *Lusitania*. *Cerámicas hispanorromanas*.



*Un estado de la cuestión.* Actas del XXVI Congreso Internacional de la Asociación Rei Cretariae Romanae Fautores. D. Bernal Casasola y A. Ribera i Lacomba (eds. científicos), Universidade de Cádiz. p.725-744.

FARIA, A. (1989). A numária de Cantnipo. *Conimbriga*. Coimbra 28

FIGUEIREDO, A. (2001) – Death in Roman Iberia: Acculturation, resistance and the diversity of beliefs and practices. *Era Arqueologia*. Lisboa. 3, p. 90-107.

FONSECA, C.(2004) - A terra sigillata do fundeadouro de Tróia. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 7-1, p.421-449.

GARCÍA Y BELLIDO, A. (1967) – *Les Religions Orientales dans l’Espagne Romaine*. Leiden.

GUERRA, A. (2004) - *Caepiana*: uma reavaliação crítica do problema da sua localização e enquadramento histórico. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 7:2, p. 217-235.

HAYES, J. W. (1972) – *Late Roman Pottery*. London: The British School at Rome.

HELENO, M. (1956) – Um quarto de século de investigação arqueológica. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série 2, 3, p. 221-232.

ISINGS, C. (1957) – *Roman Glass from dated finds*. Groningen/Djakarta: Archaeologica Traiectina.

JALHAY, E. (1948) Franz Cumont e o baixo-relêvo mitraico de Tróia (Setúbal). *Brotéria*. Lisboa. Vol.46, fasc.5.

KEAY, S.(1984) - *Late Roman Amphorae in the Western Mediterranean, a Typology and Economic Study : the Catalan Evidence*. BAR, I.S. 196-I,II. Oxford: BAR.

MAIA, M.G. (1973) - Cerâmica fina oriental de Tróia de Setúbal : late roman c ware. *III Congresso Nacional de Arqueologia*. Porto.

MAIA, M.G. (1975) - *Sigillata* (paleocristã) cinzenta de Tróia de Setúbal. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. Vol.2/3. p.411-416

MAIA, M.G. (1975) - Alguns aspectos da “Terra Sigillata” de Tróia (Setúbal). *Actas do I Colóquio Arqueológico de Setúbal Arqueológica; vol. I*. Setúbal. Junta Distrital de Setúbal.

MAIA, M. (1975) - Contribuição para o estudo das ânforas romanas de Tróia: ânforas do tipo «africano grande». *Setúbal Arqueológica*, I, p.155-158.

MAIA, M.G.. (1977) - *Sigillata* clara com decoração aplicada de Tróia. Setúbal. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 7-9, série 3, p.365-381.

MACHADO, J. L. S. (1964) – Subsídios para a História do Museu Etnológico do Dr. Leite de Vasconcelos. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 5, série 2, p. 68-390.

MACIEL, J. (1996) – *Antiguidade Tardia e paleocristianismo em Portugal*. Lisboa: Policopiado.

MANUPPELLA, G. (coord) *et alii* (1999) – Notícia explicativa da folha 38-B, Setúbal. *Carta geológica de Portugal. Instituto Geológico e Mineiro*. Lisboa

MANTAS, V.G. (1996) - Comércio marítimo e sociedade nos portos romanos do Tejo e do Sado. *Ocupação romana dos estuários do Tejo e do Sado: actas das Primeiras Jornadas sobre Romanização dos Estuários do Tejo e do Sado* (Seixal, 1991), Seixal- Lisboa, p. 343-371.

MAYET, F. (1975) – *Les Céramiques à parois fines dans la Péninsule Ibérique*. Paris : Publications du Centre Pierre Paris.

MAYET, F. (1983) – *Les céramiques sigillées hispaniques. Contribution à l'histoire économique de la Péninsule Ibérique sous l'Empire Romain*. Paris : Publications du Centre Pierre Paris.

MAYET, F.; SILVA, C.T. (1998) - *L'atelier d'amphores de Pinheiro (Portugal)*, Paris. Diff. E. De Boccard.

MAYET, F.; SCHMITT, A. e SILVA, C.T. (1996) – *Les amphores du Sado*. Paris. Diff. E. De Boccard.

MAYET, F. ; SILVA, C. T. (2002) - *L'atelier d'amphores de Abul (Portugal)*, Paris. Diff. E. De Boccard.

MOLANO BRÍAS, J e ALVARADO GONZALO, M. (1994) – La evolución del ritual funerario de *Augusta Emerita* como indicador del cambio social, ideológico y religioso. In *Actas do 1º Congresso de Arqueologia Peninsular*. Porto: Trabalhos de antropologia e Etnologia. Vol.34 (1-2).

MONTESINOS I MARTÍNEZ, J., dir. (2004) – *Terra Sigillata: Antigüedades Romanas I*. Madrid. Real Academia de la Historia.

MORAIS, R. (2003) - Problemàtiques i noves perspectives sobre les àmphores ovoides tardo-republicanes. Les àmphores ovoides de producció lusitana. *Culip VIII i les àmfores Haltern 70. Monografies del Casc*, 5. Girona, 36-40.

MORAIS, R.; CARRERAS MONFORT, C. (2003) - Geografia del consum de les Haltern 70", *Culip VIII i les àmfores Haltern 70. Monografies del Casc*. 5, Girona, 93-112.

MORAIS, R. (2005) - *Autarcia e Comércio em Bracara Augusta no período Alto-Imperial: contribuição para o estudo económico da cidade*, Vols. I-IV (tese de doutoramento apresentada em 2005 na Universidade do Minho)

MORAIS, R. e FABIÃO, C. (2007) – Novas produções de fabrico lusitano: problemáticas e importância económica. *Actas do Congresso Internacional CETARIAE 2005, Salsas y Salazones de Pescado en Occidente durante la Antigüedad*. BAR I.S., 1686, p.127-133

*Congreso Internacional EX BAETICA AMPHORAE*. (Sevilha-Écija, Dezembro 1998), vol. I, Écija, 239-372.

MORILLO CERDÁN, A (1999) - Lucernas Romanas en la Región Septentrional de la Península Ibérica: Contribución al Conocimiento de la Implantación Romana en Hispania. *Monographies Instrumentum*, 8/2, vol. I e II, Montagnac: Éditions Monique Mergoïl.

NOLEN, J. U. S. (1985) - *Cerâmica Comum de Necrópoles do Alto Alentejo*. Lisboa: Fundação da Casa de Bragança.

NOLEN, J. U. S. (1995-1997) – Acerca da cronologia da cerâmica comum das necrópoles do Alto Alentejo: novos elementos. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. 4, 13/15, p. 347-392.

NUNES, M.L.A. (1975): Pequeno tesouro de moedas romanas achado na estação de Tróia. *Actas do I Colóquio Arqueológico de Setúbal Arqueológica; vol. I*. Setúbal. Junta Distrital de Setúbal.

PEREIRA, M. (1971): *Contribuição para o estudo da `Terra Sigillata` de Troia de Setúbal*. Lisboa. 1 e 2. Policopiado

PIMENTA, J. *et alii* (2006)- Cerâmicas romanas do lado ocidental do Castelo de Alcácer do Sal, 4: as ânforas, *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Vol. 9, nº2. Lisboa.

PIMENTEL, C. (2004) – A terra sigillata do fundeadouro de Tróia. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Vol.7, nº1. Lisboa. p.421-449

PINTO, A. (2002) – *Bronzes figurativos romanos de Portugal*. Lisboa: FCT e Fundação Calouste Gulbenkian.

PINTO, I. V. (2003) – *A cerâmica comum das villae romanas de São Cucufate (Beja)*. Lisboa: Universidade Lusíada Editora. (Coleção Teses).

PONSICH, M. (1961) – *Les lampes romaines en terre cuite de la Maurétanie Tingitane*. Rabat : Publications du Service des Antiquités du Maroc, fascicule 15.

QUARESMA, J.C. (2003) – *Terra Sigillata* Sudgálica num centro de consumo: Chãos Salgados, Santiago do Cacém (Miróbriga?). *Trabalhos de Arqueologia*, 30. IPA. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia.

QUARESMA, J.C. (2006) – Almofarizes béticos e lusitanos: revisão crono-morfológica de alguns tipos. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Vol. 9, nº1. Lisboa. p.149-166.

REMENSAL RODRIGUEZ, J. (1996) Mummius Secundinus. El *Kalendarium Vegetianum* y las confiscaciones de Severo en el Bética (HA Severus 12-13). *Gérion*. Madrid, 14, p.195-223.

RAMÍREZ SÁDABA, J. L. (2002) – O Homem e a Morte na Lusitânia. In RIBEIRO, J. C. coord. - *Religiões da Lusitânia, Loquuntur Saxa*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia / IPM, p. 301-306.

RAPOSO, J. M. C. (1990) - Porto dos Cacos: Uma Oficina de Produção de Ânforas Romanas no Vale do Tejo. *Ânforas Lusitanas: Tipologia, Produção e Comércio*, Conimbriga / Paris: Museu Monográfico de Conímbriga / Diffusion E. de Boccard, 117-151.

RAPOSO, J. M. C., *et alii*, (1995) - Ânforas do Vale do Tejo: As Olarias da Quinta do Rouxinol (Seixal) e do Porto dos Cacos (Alcochete). *1º Congresso de Arqueologia – Actas VII, Trabalhos de Antropologia e Etnografia*, Ano 77, vol. XXXV, fasc. 3, Porto, 331-352.

REMESAL, J. (2002) – Aspectos legales del mundo funerario romano. In VAQUERIZO, D., ed. - *Actas del Congreso Internacional: Espacio y usos funerarios en el Occidente Romano (Córdoba, 2001)*. Vol. 1. Córdoba: Facultad de Filosofía y Letras, p. 369-377.

RODRÍGUEZ MARTÍN, F. G. (2002) – *Lucernas romanas del Museo Nacional de Arte Romano (Mérida)*. Madrid: Real Academia de la Historia; Mérida: Museo Nacional de Arte Romano (Monografías Emeritenses, 7).

SÁNCHEZ RAMOS, I. (2002) – La incidencia del Cristianismo en el mundo funerario romano cordubense. In: VAQUERIZO, D., ed. - *Actas del Congreso Internacional: Espacio y usos funerarios en el Occidente Romano (Córdoba, 2001)*. Vol. 2. Córdoba: Facultad de Filosofía y Letras, p. 325-342.

SCHEID, J. (1998) – *La Religion des Romains*. Paris: Armand Colin Éditeurs.

SEPÚLVEDA, E. de (1996) – Terra Sigillata Tardo-Itálica (Padana) proveniente de Tróia de Setúbal. *Almadan*, II.<sup>a</sup> Série, 5. Centro de Arqueologia de Almada, Almada, pp.13-17.

SILVA, C.T. (1966) – Necrópole luso-romana de S. Sebastião (Setúbal) . *Actas do IV Colóquio Portuense de Arqueologia Lucerna*. Porto. Vol. V

SILVA, C.T. e COELHO-SOARES, A. (1981) – A praça do Bocage (Setúbal) na época romana. Escavações arqueológicas de 1980. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 6-7, p.249-278.

SILVA, C.T. e COELHO-SOARES, A. (1987) – Escavações arqueológicas no Creiro (Arrábida). Campanha de 1987. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. Vol.7, p.221-237.

SILVA, C. T. (1996) - Produção de ânforas na área urbana de Setúbal: a oficina romana do Largo da Misericórdia”, in Filipe, G.; Raposo, J.M.C., (eds.) *Ocupação romana dos estuários do Tejo e do Sado (actas das jornadas, Seixal, 1991)*, Lisboa, D. Quixote, 43-54.

SILVA, C.T. (2001) – A Idade do Ferro na Região do Baixo Sado. Contribuições Recentes. *Actas do Colóquio Arqueologia e História Regional da Península de Setúbal (1999)*. Lisboa: Universidade Aberta.

SILVA, R. (2005) – *Marcas de oleiro em terra sigillata da Praça da Figueira (Lisboa): contribuição para o conhecimento da economia de Olisipo (séc. I a.C. – séc. II d.C.)*. Instituto de Ciências Sociais. Dissertação de Mestrado apresentada na Universidade do Minho em 2005.

SOARES, J. e SILVA, C. T. (1986) – Ocupação pré-romana de Setúbal: Escavações arqueológicas na Travessa dos Apóstolos, *Actas do I Encontro Nacional de Arqueologia Urbana (Setúbal, 1985)*. Lisboa. 3, p. 87-101.

SOUSA, É.M. (1994) – Cerâmica vidrada romana proveniente de Tróia de Setúbal. *Conímbriga*. Coimbra. XXXII-XXXIII.

SOUSA, É.M. ; SEPÚLVEDA, E. (1998) – Contentores cerâmicos de Tróia de Setúbal : conservada no Museu Municipal de Mafra. *In Boletim Cultural '97*. Mafra. Câmara Municipal de Mafra.

TREMOLEDA i TRILLA, J. (2000) – *Industria e artesanato cerámico de época romana en el nordeste de Cataluña (Época augustea y altoimperial)* . BAR, I.S. 835. Oxford: BAR.

VAQUERIZO, D. (2002) - *Espacio y usos funerarios en el Occidente Romano*. In Seminario de Arqueología. Universidad de Córdoba. Córdoba.

GONZÁLEZ VILLAESCUSA, R. (2001) – *El mundo funerario romano en el País Valenciano. Monumentos funerarios y sepulturas entre los siglos I a de C. – VII d. de C.* Casa de Velásquez – Instituto A.C. «Juan Gil-Albert» Madrid-Alicante.

VASCONCELOS, J.L. (1897) - A inscrição de Galla. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 3, série 1, p.201-220.

VASCONCELOS, J.L. (1898) – Excursão archeologica ao sul de Portugal. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 4, série 1, p.103-134

VEGAS, M. (1973) - *Cerámica Común Romana del Mediterráneo Occidental*, Barcelona.

VIEGAS, C. (2003) – *A terra sigillata* da Alcáçova de Santarém. Cerâmica, Economia e Comércio. *Trabalhos de Arqueologia*, 26. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia.

VIEGAS, C. (2006) – *A cidade romana de Balsa (Torre de Ares – Tavira): (I) A terra sigillata*. Câmara Municipal de Tavira. Tavira.

ZEVI, F. e TCHERNIA, A. (1969) - Amphores de Byzacène au Bas-Empire. *AntAfr*, 3, p.173-214.



A necrópole romana da Caldeira, Tróia de Setúbal.  
Escavações de Manuel Heleno das décadas de 40-60 do século XX

A necrópole romana da Caldeira, Tróia de Setúbal.  
Escavações de Manuel Heleno das décadas de 40-60 do século XX